

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Estratégias de Pensamento e Produção de Conhecimento

EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE:
ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ -
JOÃO CÂMARA/RN
Vol. 1

Hiramisis Paiva de Paula

Natal, Setembro de 2005.

Hiramisis Paiva de Paula

**EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE:
ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ -
JOÃO CÂMARA/RN
Vol. 1**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Marta Maria C. Almeida Pernambuco

Natal, Setembro de 2005.

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA
Divisão de Serviços Técnicos

Paula, Hiramisis Paiva de.

Educação e sustentabilidade: Assentamento Maria da Paz - João Câmara/RN. /
Hiramisis Paiva de Paula. – Natal, 2005.

297 f. 2.v. il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marta Maria C. Almeida Pernambuco.

Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Centro de Ciências Sociais e Aplicadas. Programa de Pós-Graduação de Educação.

1. Educação - Tese. 2. Educação ambiental - Tese. 3. Assentamento rural - Tese. 4.
Sustentabilidade - Tese. 5. Dialogicidade – Tese. I. Pernambuco, Marta Maria C. Almeida.
II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 37(81) (043.2)

**EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE:
ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ – JOÃO CÂMARA/RN (Vol. 1)**

por

HIRAMISIS PAIVA DE PAULA

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Marta Maria C. Almeida Pernambuco - UFRN(Orientadora)

Prof^o Dr^o Marcos Sorrentino - ESALQ (1^o Examinador)

Prof^a Dr^a Claudia Engler Curi - UFPB (2^o Examinador)

Prof^a Dr^a Amadja Henrique Borges - UFRN (3^o Examinador)

Prof^o Dr^o Francisco de Assis Pereira - UFRN (4^o Examinador)

(1^o Suplente)

(2^o Suplente)

Tese defendida em seção pública no dia 03 de novembro de 2005 no Auditório do CCSA da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Dedicatória

À Deus,
presença maior na minha vida.

À memória de meus pais, Armando e Júlia
que me tornaram um ser humano capaz de realizar sonhos.

À Antônio Roberto, meu marido
companheiro em todos os momentos desta caminhada.

À Amarílis e Artemis, minhas filhas
partes vivas e constitutivas da minha existência.

À memória do mestre Paulo Freire e a Profa. Marta Pernambuco,
grandes balizadores da minha práxis educativa.

Aos assentados do Maria da Paz, sujeitos desta tese
que no exercício da prática dialógica tornaram-se parte da minha história.

Agradecimentos

Ao concluir essa trajetória, fundamental na minha formação humana, queria agradecer a valiosa colaboração de pessoas e instituições, que não mediram esforços para tornar possível essa produção acadêmica, resultado de um processo de construção a “várias mãos”.

Ao Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, espaço importante de aprendizado e formação profissional, por ter me liberado integralmente para essa atividade acadêmica e pelo apoio e amizade dos que fazem a sua direção e corpo de funcionários. De forma especial, aos colegas do Núcleo de Unidades de Conservação – NUC e da Subcoordenadoria de Planejamento e Educação Ambiental – SPEA; a João Vital Evangelista Souto, parceiro inquieto e criativo na produção de materiais educativos, autor da capa/diagramação desse trabalho.

Aos colegas do Grupo de Estudos de Práticas Educativas em Movimento – GEPEM, do Departamento de Educação - DARQ da UFRN, com quem pude compartilhar conhecimentos, em especial a Cheng Hsin Nery Chao, irmão espiritual e presença amiga; a Irene Paiva, companheira nessa aventura dialógica; a Carmem Rêgo, pela solidariedade e a Pedro Daniel, que de forma atenciosa orientou/revisou as normas técnicas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, através dos professores Betânia Leite, Francisco de Assis Pereira (“Chiquinho”) e Márcia Gurgel que me acolheram e estimularam nessa caminhada. Aos mestres que constituem o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Ciência e Tecnologia - NEPCET, com quem tive oportunidade de estudar/aprender nesse processo de formação doutoral, em especial, a Maria da Conceição de Almeida e Ana Lúcia Aragão.

Ao Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat – GERAH do Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DARQ da UFRN, através de professores e colaboradores, em especial a Amadja Henrique Borges, idealizadora/coordenadora do Projeto de Extensão no PA Maria da Paz, grande companheira no processo de construção coletiva; a Yuri Fujishima

e Cecília Marilaine Rego, indispensáveis no apoio técnico, presenças sempre disponíveis e muito queridas.

A todos os colegas profissionais que trabalharam de forma voluntária no inventário do meio natural do Assentamento Maria da Paz, minha profunda gratidão pelo compromisso social e trabalho competente: Erivaldo de Souza, José Brás Diniz Filho, Aristotelina Pereira Barreto Rocha, José Dantas Araújo, Adalberto Braga de Carvalho, Alexandre de Oliveira Lima, Antônio Roberto Lisboa de Paula e Nilson Cunha.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, um dos principais atores no processo de organização e mobilização dos trabalhadores na luta pela reforma agrária, nas pessoas de Pedro Neves e Chico Santana, Dirigentes Regionais, que acreditaram e compartilharam com a equipe do GERAH/GEPEM do desafio de realizar o “O Desenho do Possível na Construção de uma Referência: Assentamento Maria da Paz”.

Ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária do Rio Grande do Norte – INCRA, através do seu antigo superintendente César José de Oliveira, que solidário à metodologia proposta pela Universidade, procurou incorporá-la na implantação de novas áreas de assentamento rural no Estado e, pelo suporte dado nas atividades de campo; a Paulo Sidney Gomes da Silva, atual superintendente e a Cícero Gomes Correia, assessor técnico, pelo apoio às ações desenvolvidas pela UFRN e MST no PA Maria da Paz.

Aos amigos de antigas e novas vivências, pela presença marcante na minha trajetória de vida, Maria Adelaide Guedes, Gilvan Borba, Anchella Fernandes, Maria Socorro Santos, Fátima Tavares, Gustavo Henrique, Almira Navarro, Cléa Bacurau, Marize Costa, Dominique Valéry, Clélia Azevedo, Karla Mariz e Rodrigo Cardenuto.

Um agradecimento muito especial à minha família, exemplo de união espiritual, de ética e de solidariedade humana, através de meus irmãos, suas esposas e filhos. Não poderia deixar de lembrar com carinho, da atenção permanente de Bruno e Vítor, sempre disponíveis nos inúmeros “stress” do meu computador.

RESUMO

Este trabalho se constitui em uma pesquisa-ação no campo da educação ambiental, orientada para a construção do parcelamento do solo do Assentamento Maria da Paz em João Câmara/RN, enquanto processo de aprendizagem social, de produção coletiva de novos conhecimentos, valores e atitudes com relação ao meio ambiente. Foi consolidado através de uma parceria entre a UFRN (GERAH/DARQ e GPEM/DEPED), MST e INCRA/RN. O desenho que representa a forma de organização espacial do assentamento, construído a várias mãos, num processo de discussão com a comunidade, teve como suporte técnico o inventário do meio natural (solos, vegetação, recursos hídricos, entre outros) permitindo o zoneamento agroecológico da área. São analisadas também as condições de participação dos assentados, suas contradições e conflitos, os desafios que se colocam na busca de consenso e os fatores geradores de mudanças.

Palavras-chave: assentamento rural, sustentabilidade, educação ambiental, dialogicidade.

ABSTRACT

This work is a research and action in the field of environmental education, oriented for the construction of the land's distribution of the Maria da Paz Settling, in João Câmara/RN, as process of social learning, collective production of new knowledge, values and attitudes related to the environment. It was consolidated through a partnership between the UFRN (GERAH/DARQ and GEPEM/DEPED), MST and INCRA/RN. The drawing that represents the way the space organization of the settling was made – constructed through effort of many people, in a process of discussion with the community – had as technical support the environment inventory (soil, vegetation, water resources, and others) allowing the agro-ecology zoning of the settlers' participation conditions, their contradiction and conflicts, the challenges that appear in the search for consensus and the factor that create changes.

Key-words: rural settling, sustainability, environmental education, dialogicity.

Sumário geral

VOLUME 1

LISTA DE SIGLAS

LISTA DE FIGURAS

APRESENTAÇÃO	14
CAPITULO 1 – O AMBIENTAL NAS VEREDAS DO VIVIDO	18
1.1 TECENDO OS FIOS DE UMA TRAMA.....	19
A Construção das Sensibilidades Ambiental e Social	19
Vias de Acesso ao Ambiental	30
1.2 UMA TRAJETÓRIA E O IDEÁRIO ECOLÓGICO.....	41
Rito de entrada no Campo Ambiental	41
Resgatando Práticas Educativas	51
1.3 CAMINHOS DE UMA TESE.....	64
Educação e Sustentabilidade em Assentamentos Rurais ...	64
CAPITULO 2 – A TRAJETÓRIA DO ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ	80
2.1 O ACAMPAMENTO E O PROCESSO DE CONSCIENTIZAÇÃO	81
A Atuação do MST	90
O Acampamento Maria da Paz	91
2.2 O ASSENTAMENTO E A LUTA PARA CONCRETIZAR SONHOS	99
Do Acampamento ao Assentamento	99
O MST e a Organização do Assentamento	103
A Construção de uma Referência	108
CAPITULO 3 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	116
3.1 O DESAFIO DE CONSTRUIR A VÁRIAS MÃOS.....	117
Os Primeiros Diálogos	117
Integrando a Dimensão Ambiental	122
3.2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM NOVO SABER.....	132

Ação Dialógica no Processo Educativo.....	132
Descodificando a Situação Problematizada.....	138
3.3 A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA PARA A TOMADA DE	150
DECISÃO.....	
Principais Embates e Conflitos.....	150
Enxergando com Novas Lentes.....	162
REFERÊNCIAS.....	169

VOLUME 2

LISTA DE TABELAS

LISTA DE MAPAS

LISTA DE PLANTAS

LISTA DE FIGURAS

1.0 O MUNICÍPIO DE JOÃO CÂMARA.....	9
2.0 ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ – INVENTÁRIO DO MEIO	17
NATURAL.....	
2.1 CLIMA.....	18
2.2 GEOLOGIA.....	19
2.3 GEOMORFOLOGIA.....	21
2.4 SOLOS E CAPACIDADE DE USO DA TERRA.....	23
2.5 RECURSOS HÍDRICOS.....	26
2.6 VEGETAÇÃO.....	32
2.7 FAUNA.....	35
2.8 RESERVA LEGAL.....	36
2.9 ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE.....	40
2.10 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.....	42
2.11 DANOS AMBIENTAIS.....	48
3.0 ZONEAMENTO AGROECOLÓGICO.....	55
REFERÊNCIAS CITADAS.....	117

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AESCA – Associação Estadual de Cooperação Agrícola do Rio G. do Norte

ADURN – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio G. do Norte

ACCMV – Movimento Ação da Cidadania, Contra a Miséria e pela Vida

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

CASOL – Companhia de Águas e Solos do Rio Grande do Norte

CIEA – Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental

CMA – Coordenadoria de Meio Ambiente

CNDRS – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CNUMAD – Conferencia Internacional das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONCRAB – Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DARQ – Departamento de Arquitetura e Urbanismo

DEPAVE – Departamento de Parques e Áreas Verdes de São Paulo

DEPED – Departamento de Educação

EA – Educação Ambiental

EMPARN – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte

FETARN – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio G. do Norte

FNA – Federação Nacional dos Arquitetos

FAUSP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

GERAH – Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat

GPEM – Grupo de Práticas Educativas em Movimento

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IDEC – Instituto de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte

IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do RN
IGEPA – Instituto Guará de Estudos, Pesquisas e Ações Ambientais
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IMARN – Instituto de meio Ambiente do Rio Grande do Norte
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo
ITERN – Instituto de Terras do Rio G. do Norte
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP – Medida Provisória
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NUC – Núcleo de Unidades de Conservação
ONGs – Organizações Não-Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PA – Projeto de Assentamento
PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PIEA – Programa Internacional de Educação Ambiental
PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental
PNF – Programa Nacional de Florestas
PNMA – Programa Nacional de Meio Ambiente
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPD – Projeto Político Pedagógico
PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo
PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental
PSD – Partido Social Democrático
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SAARA – Sistema de Controle de Áreas Adquiridas
SAR – Serviço de Assistência Rural
SECTEMA – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente

SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento

SERHID – Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente

SPEA – Subcoordenadoria de Planejamento e Educação Ambiental

UDN – União Democrática Nacional

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e
Cultura

USATAG – Unidade Sindical de Apoio aos Trabalhadores na Agricultura

USP – Universidade de São Paulo

Lista de Figuras

- Figura 01** – Capa: Casebre de taipa no PA Maria da Paz
- Figura 02** – Paisagem da Caatinga no período seco
- Figura 03** – Entrevista do GERAH com as famílias assentadas
- Figura 04** – Paineira, árvore da Caatinga , conhecida como “barriguda”
- Figura 05** – Reunião do Parcelamento do Solo com os Núcleos de Base
- Figura 06** – Reunião do GERAH no Acampamento Maria da Paz
- Figura 07** – Cenas do cotidiano do Acampamento
- Figura 08** – Entrada do Assentamento Maria da Paz
- Figura 09** – Casebres construídos no PA Maria da Paz
- Figura 10** – Reunião do Parcelamento do Solo com os Núcleos de Base
- Figura 11** – Dinâmica realizada na Oficina de Recursos Hídricos
- Figura 12** – Trabalho de demarcação da área da agrovila
- Figura 13** – Moradias construídas no processo de mutirão

Observação: As fotografias são do Acampamento Maria da Paz (Figuras 6 e 7, data: 2002) e do Assentamento Maria da Paz. Fazem parte do acervo do GERAH/UFRN, com exceção da Figura 13, gentilmente cedida pela Arquiteta Rosa de Fátima - data: 2004.

Apresentação

A construção dessa Tese privilegia um novo campo do saber, ainda em formação - a educação ambiental - *uma práxis educacional pautada pelo ideário ambientalista* (SORRENTINO, 2004), tendo como foco uma pesquisa-ação orientada para a construção do Projeto de Parcelamento do Solo do Assentamento Maria da Paz, no município de João Câmara (RN), enquanto processo de aprendizagem social, de produção coletiva de novos conhecimentos, valores e atitudes voltadas para formas mais sustentáveis, justas e solidárias de relação com a natureza, além de refletir uma trajetória pessoal e profissional identificada e comprometida com os ideais preconizados por esse campo social.

Essa trajetória, contada em forma de narrativa no Capítulo 1 (**O Ambiental nas Veredas do Vivido**), se constitui em um conjunto de fatos vividos que vão sendo ressignificados e se transformam em experiências, historicamente situadas na relação com os outros. **Tecendo os Fios de Uma Trama** representa as experiências significativas desenvolvidas no processo de *Construção da Sensibilidade Ambiental e Social*, que me conduziram por *Vias de Acesso ao Ambiental*.

Nessa releitura do passado vai se revelando **Uma Trajetória e o Ideário Ecológico**, mostrando como se deu meu *Rito de Entrada no Campo Ambiental* e as experiências vivenciadas no âmbito da educação ambiental (*Resgatando Práticas Educativas*) situações que ocorrem em meio ao processo de criação/implantação do órgão ambiental do Estado, onde desenvolvo atividades profissionais deste 1980. Registram também, como despertei para uma atuação no social, evocada nas memórias da adolescência e, mais recentemente, através de **Caminhos de Uma Tese** (*Educação e Sustentabilidade em Assentamentos Rurais*), uma experiência de prática dialógica com trabalhadores sem-terra do Assentamento Maria da Paz, com ênfase na sustentabilidade socioambiental da área.

O Capítulo 2 trata da **Trajetória do Assentamento Maria da Paz**, reconstituída a partir do relato de dois Dirigentes Regionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST e dos próprios assentados,

através de entrevistas semi-estruturadas e de pesquisa participante. O primeiro registro é sobre **O Acampamento e o Processo de Conscientização**, quando se procura resgatar a *Atuação do MST*, importante movimento social que emerge nos anos 80, em pleno processo de abertura política e redemocratização do País, com o objetivo de mobilizar e organizar a população camponesa na luta pela reforma agrária e para a transformação social e, sua trajetória no Rio Grande do Norte, mais especificamente, na Microrregião de Baixa Verde.

Na seqüência, descreveremos o processo de constituição do *Acampamento Maria da Paz*, desde as reuniões preparatórias, visando à ocupação da terra, até o momento da criação do Projeto de Assentamento. **O Assentamento e a Luta para Concretizar Sonhos** relata a chegada à terra conquistada (*Do Acampamento ao Assentamento*) e a luta para reconstruir projetos de vida e concretizar sonhos através da construção do Assentamento. *O MST e a Organização do Assentamento* apresenta orientações técnicas da Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil – CONCRAB, relativas à organização de novos assentamentos rurais no País, dirigidas à militância do MST.

Concluindo o Capítulo 2, *A Construção de uma Referência* aponta para o conjunto de ações desenvolvidas pelo Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat – GERAH, do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que assessora o MST desde 1994, na construção de seus *habitats*. Dentre essas ações, destaca-se a construção coletiva do Parcelamento do Solo do Assentamento Maria da Paz (2002/2004), um trabalho integrado com o Grupo de Práticas Educativas em Movimento – GEPEM, do Programa de Pós Graduação em Educação.

Educação Ambiental e a Construção do Conhecimento é o título do Capítulo 3, que analisa no item **O Desafio de Construir a Várias Mãos** todas as etapas da pesquisa-ação, resgatando o trabalho da UFRN/DARQ – GERAH no Acampamento Maria da Paz (*Os Primeiros Diálogos*), através de uma demanda do MST/RN, visando orientar na

organização espacial e na elaboração/construção dos projetos de habitação, equipamentos sociais e de produção do novo assentamento; a realização do inventário do meio natural (*Integrando a Dimensão Ambiental*) através do trabalho realizado por uma equipe interdisciplinar voluntária, junto com as famílias assentadas (um processo dialógico, de troca de saberes), dando suporte à elaboração do Zoneamento Agroecológico da área.

A Construção Social de um Novo Saber descreve os momentos de interação dialógica entre a equipe da Universidade e o grupo de assentados (*Ação Dialógica no Processo Educativo*), tanto nas atividades de campo quanto na discussão da proposta de Parcelamento do Solo, revelando as condições de participação dos sujeitos nesse processo de aprendizagem social. *Descodificando a Situação Problematizada* revela o processo de discussão realizado com os quatro Núcleos de Base e a capacidade de análise crítica dos sujeitos, recortando e ajustando o desenho do Assentamento, para atender às necessidades e expectativas da comunidade.

Finalmente, no último item do Capítulo 3, **Construção da Autonomia para a Tomada de Decisão**, analisamos os *Principais Embates e Conflitos* que emergem nesse processo de construção coletiva, a partir das diferentes visões e falas dos atores envolvidos (INCRA/RN, MST, UFRN e os próprios assentados) e a busca de consensos. Em *Enxergando com Novas Lentes*, procuramos registrar algumas questões estratégicas para o planejamento de assentamentos rurais, visando uma reflexão crítica daqueles que atuam nesse processo e, os resultados da prática educativa, revelados através de mudanças significativas na relação dos sujeitos com a natureza.

O Volume 2 dessa Tese constitui-se em suporte para a leitura do Volume 1: apresenta uma caracterização geral do município de João Câmara, onde se situa o Assentamento Maria da Paz e os resultados dos estudos (diagnósticos e mapas) relativos ao Inventário do Meio Natural; a proposta de Zoneamento Agroecológico da área, que subsidiou o Plano de

Desenvolvimento do Assentamento – PDA, através dos Programas de Organização Físico-Territorial, Produção e Ambiental e as Plantas relativas ao processo de discussão do Projeto de Parcelamento do Solo.

1.0 - O Ambiental nas Veredas do Vívido



1.0 – O Ambiental nas Veredas do Vivido

1.1 TECENDO OS FIOS DE UMA TRAMA

A Construção das Sensibilidades Ambiental e Social

Quando nasci na primeira metade dos anos 50, em Natal (RN), havia no mundo uma bipolarização política, ideológica e militar, a chamada “guerra fria”, que teve início no final da Segunda Guerra Mundial (1945), quando os Estados Unidos (líder do bloco capitalista) e a União Soviética (líder do bloco socialista) acirraram a disputa pela hegemonia do globo, o que só terminou no final da década de 80. Esse foi um dos períodos mais tensos da história, pois as pessoas viviam sobressaltadas com a ameaça de uma guerra nuclear que destruiria a todos. Era um tempo de expectativas, quando a paz parecia algo impossível (dado os conflitos de interesse) e uma guerra global algo improvável (pelo grande poder de destruição).

Os anos 50 ficaram conhecidos como a “década da reconstrução” (do pós-guerra) e dos “rebeldes sem causa”, tendo como ícones James Dean e Marlon Brando, que ditavam os valores e comportamentos da juventude transviada. O mundo nesse período deixa de ser micro, o bairro, a vizinhança, para se transformar em macro, com a formação de grandes centros urbanos. Nesse cenário, surge um novo e revolucionário gênero musical o “Rock and Roll”, com artistas como Bill Halley, Chuck Berry e Ray Charles, que eram ídolos do meu pai. Cresci envolvida por esse ritmo contagiante. Mais tarde, quando já podia ir ao cinema (na década de 60), assistia nas matinés de domingo ao “rei do rock” Elvis Presley. Também fazem parte das memórias de infância os concursos de dança promovidos pela Rádio Poty de Natal, embalados pela música de Tonny e Celly Campelo.

No Brasil, no início dos anos 50, durante a consolidação do processo industrial, a cena política era dominada pela discussão entre

dois projetos de desenvolvimento econômico: o Liberalismo e o Nacionalismo. O primeiro defendia a entrada de capital estrangeiro visando acelerar o desenvolvimento industrial; o outro, ao contrário, defendia a construção de uma indústria com tecnologia e recursos nacionais. Os partidos políticos se dividiram na época: o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, inspirado no populismo de Getúlio Vargas, optou pelo Nacionalismo; a União Democrática Nacional - UDN que representava os setores médios urbanos e a elite, inclusive a agrária, pelo Liberalismo. No Partido Social Democrático - PSD, a indefinição era norma. Seus líderes estavam dispostos a aceitar qualquer proposta desde que os levasse ao poder e os mantivesse nele. Era o partido da “máquina”, dos caciques, chefões políticos espalhados por todo o Brasil, que controlavam os últimos (e não poucos) currais eleitorais. (VICENTINO, 1997, p.382).

Esse antagonismo Liberalismo-Nacionalismo me traz à lembrança conversas acaloradas entre meu pai e colegas de trabalho na varanda da nossa casa, quando alguns defendiam que a melhor opção para o Brasil era o alinhamento com o bloco capitalista e uma política mais liberal; enquanto outros argumentavam em favor da independência econômica e da possibilidade de se adotarem, através da intervenção do Estado, medidas de caráter social, como o combate às desigualdades. Só fui compreender mais tarde o significado dessas discussões, que apontavam para posições consideradas mais de esquerda ou de direita, que configuravam disputas pelo poder político no País e que levariam, anos depois, ao golpe militar de 1964.

Na cena cultural brasileira, o surgimento da televisão abre um novo espaço para a divulgação de diversas manifestações artísticas. Na música, além do impacto gerado pelo “rock and roll”, que agitava a juventude da época, surge um outro ritmo, a “bossa nova”, tendo como principais expoentes João Gilberto, Roberto Menescal, Carlinhos Lyra, Antônio Carlos Jobim e Vinicius de Moraes. Lembro-me de que nas discussões poéticas realizadas na escola, na fase da adolescência, entre os

autores mais lidos estavam Vinícius de Moraes, com os livros “Poemas, Sonetos e Baladas” e “Antologia Poética”, e Cecília Meireles, com “Canções” e “Antologia Poética”.

No processo de constituição do movimento ambientalista, em nível global, os anos 50 são classificados como os do “ambientalismo dos cientistas”, pois é pela via da ciência que emerge a preocupação ecológica em âmbito mundial (MONTIBELLER-FILHO, 2001). Restrita inicialmente aos círculos acadêmicos, essa questão transforma-se em preocupação social e política na década de 60, a partir da pressão de organizações da sociedade civil que lutam pela proteção ambiental.

As atividades voltadas para a conservação da natureza, com ênfase no manejo de áreas silvestres, constituíram a tônica predominante nesse período. Muitas áreas protegidas foram criadas no sentido de preservar espaços com grande potencial cênico-paisagístico do avanço do processo civilizatório. Nesses ambientes, os visitantes poderiam usufruir o espetáculo da natureza intocada e encontrar alívio para os males psicológicos e físicos inerentes à vida urbana (MAGNOLI; ARAUJO, 2001, p.255).

A concepção de natureza que predominava nessa época e que está fortemente inscrita em nosso ideário ambiental é a do mundo da ordem biológica, essencialmente boa, pacificada, equilibrada, estável em suas interações ecossistêmicas. Nessa visão, a natureza não interage com o mundo cultural humano e, quando isso ocorre, a presença humana é percebida como problemática e nefasta (CARVALHO, 2004, p.35). O mito da “natureza intocada” que se afirma nesse contexto faz parte de um movimento romântico surgido na Europa no final do século XIX, valorizando o mundo natural selvagem e se contrapondo à violência social e ambiental do mundo urbano. Há um sentimento estético em torno do que é natural que não se restringe ao comportamento de uma determinada classe, mas que abrange um conjunto maior da sociedade (CARVALHO, 2001, p.43-46).

Essa visão romântica conservacionista do meio ambiente vai

marcar a emergência da educação ambiental no Brasil e no mundo, através de práticas educativas que visam reverter a degradação ambiental, a partir da mudança de comportamentos ligados à agressão ou à má utilização dos recursos ambientais, e reforçar as atitudes de conservação e respeito à natureza. De acordo com Lima (2004, p.80), nesse tipo de abordagem, também denominada de “educação ambiental convencional”, a educação é entendida

em sua dimensão individual, baseada em vivências práticas de sensibilização ou baixa compreensão de que a relação do eu com o mundo se dá por múltiplas mediações sociais; como ato comportamental pouco articulado à ação coletiva e à problematização e transformação da realidade da vida, despolitizando a práxis educativa. Como conseqüência, parte-se da crença ingênua de que as mudanças das condições objetivas se dão pelo desdobramento das mudanças individuais, faltando complexidade no entendimento das relações constituintes do ser.

Parte da minha infância e adolescência transcorre em um mundo marcado por eventos importantes como a chegada do homem à Lua, os protestos contra a Guerra do Vietnã e a reação contracultural. São os chamados “loucos e coloridos anos 60”, período de grande contestação e de profundas transformações no mundo ocidental. Nesse contexto, surge o movimento ecológico, um dos desdobramentos da contracultura, fazendo críticas ao progresso e ao capitalismo industrial, denunciando agressões ao meio ambiente.

A Contracultura representou um importante movimento de contestação social ligado à geração jovem dos anos 60/70, que se revolta contra as instituições culturais dominantes e promovem mudanças nos valores e padrões de comportamento da sociedade, considerada utilitarista e predatória. A militância ecológica, a reação contra a Guerra do Vietnã, a luta pelos direitos das minorias (negros, mulheres, índios, homossexuais, etc.), os festivais de “rock” (destaque para Woodstock/1969), a revalorização da cultura oriental e a busca do auto-aperfeiçoamento são manifestações dessa onda contracultural. Na visão de Carvalho (2001,

p.56), foram *anos de utopia e ousadia, embalados por uma visão romântica da revolução radical e da contestação à ordem e as disciplinas limitantes do potencial humano e societal com que se podia sonhar.*

Dentre os mentores intelectuais dessa geração da “Era de Aquário”, destacam-se o psiquiatra Wilhem Reich, que associava a agressividade humana à repressão sexual e defendia, paralelo à revolução política, uma revolução sexual, e o filósofo alemão Herbert Marcuse, integrante da Escola de Frankfurt e um dos mais importantes estudiosos de Freud. No livro “Eros e Civilização”, ele faz uma análise da sociedade moderna, reformulando e ampliando conceitos freudianos, a partir de componentes históricos e sociais. Outras obras desse autor são “A Ideologia da Sociedade Industrial” e “O Fim da Utopia”.

Como ídolos literários, destacam-se o escritor alemão Herman Hesse, cujos livros abordavam histórias de iniciação e abandono à introspecção e à meditação nirvânica; Kurt Vonnegut, que através de uma linguagem solta e irreverente traçava um painel dos valores e costumes americanos; e Albert Camus, escritor francês, definido como um homem preocupado com as angústias do seu tempo, com o absurdo e o desespero que determinam o ato de existir. Mas foi principalmente através da música de influência “pop”, que esta geração mais se expressou e se comunicou, através de artistas como Janis Joplin, Jimmy Hendrix, Bob Dylan e John Lenon.

Nessa época, a humanidade já começa a enfrentar problemas decorrentes da concentração industrial e do rápido processo de urbanização: superpopulação nas grandes metrópoles, poluição ambiental (atmosférica, das águas e do solo) e esgotamento dos recursos naturais. Além disso, havia a ameaça, sempre presente, de um holocausto nuclear devido à “guerra fria”. Duas publicações, consideradas clássicos do Movimento Ambientalista marcam esse período e, de certa forma, o curso da história: *Primavera Silenciosa* (1962), da bióloga norte-americana Rachel Louise Carson, que denuncia os efeitos danosos do uso excessivo de inseticidas, pesticidas e outros produtos químicos na agricultura,

contaminando alimentos e deixando resíduos no ambiente (um alerta sobre a produção de tecnologias e processos produtivos ameaçadores à perenidade da vida); e *Antes que a Natureza Morra*, de Jean Dorst (1965), que trata dos riscos associados à exploração irracional dos recursos naturais nas sociedades industriais.

Os grupos e organizações ambientalistas que vão se fortalecendo nesse contexto levam a questão ambiental a fazer parte das inquietações políticas internacionais, através de severas críticas ao modelo de desenvolvimento dominante, centrado na variável econômica e baseado no uso intensivo de tecnologia, responsável por graves problemas ambientais e pela ampliação das desigualdades sociais. Foram determinantes nesses debates as contribuições do Clube de Roma (1968), um grupo formado por 30 especialistas, entre cientistas, educadores, economistas, humanistas, industriais e funcionários públicos, através da publicação de relatórios tratando *sobre a crise e dilemas atuais e futuros da humanidade, expondo como preocupação mundial a pobreza e a abundância, deterioração do meio ambiente, crescimento urbano acelerado, entre outros* (MEDINA, 2001, p.29). O lema desse grupo era: *não oposição cega ao progresso, mas oposição ao progresso cego*.

No Brasil, o campo ambiental emerge concomitantemente ao aumento da importância e visibilidade dessa questão no plano internacional. Para alguns autores (CARVALHO, 2001), o surgimento desse campo está relacionado aos anos 70. Na visão de Paulo Nogueira Neto, antigo militante conservacionista e ex-secretário da Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA: *o começo do movimento ambientalista no Brasil foi conservacionista. Para nós, meio ambiente era conservação da natureza. E permaneceu mais ou menos assim até os anos 70* (CARVALHO, 2001, p.80). As primeiras instituições conservacionistas brasileiras datam ainda da década de 50, como a Associação de Defesa da Flora e da Fauna, em São Paulo e a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN no Rio de Janeiro.

O período pós golpe militar se caracterizava no País *pelo clima de*

repressão política, pela frágil organização da sociedade civil e pela baixa percepção dos problemas ambientais (Carvalho, 2001, p.85). O modelo de desenvolvimento vigente priorizava o crescimento econômico a qualquer custo, mesmo que de forma predatória. Muitas indústrias poluidoras estrangeiras transferiam-se para o Brasil, pois não havia exigências ambientais, “os danos poderiam ser resolvidos mais tarde” (LEITE; MEDINA, 2001).

De acordo com Carvalho (2001, p.85), nessa época, as questões ambientais eram cercadas por uma certa aura apolítica, embora ressalte que

o baixo gradiente de politização inicialmente associado aos problemas e às manifestações ambientais fosse efeito de uma percepção da época, não correspondendo necessariamente a uma condição intrínseca. Trata-se justamente de um período de transição no qual se inicia a organização da sociedade civil em torno da questão ambiental.

Na perspectiva de Loureiro (2004, p.75-76), essa questão chega ao Brasil sob o signo da ditadura militar,

com os movimentos sociais esfacelados e a educação sob forte repressão, de modo a evitar a politização dos espaços educativos. O resultado foi, em termos de educação ambiental, uma ação governamental que primava pela dissociação entre o ambiental e o educativo/político, favorecendo a proliferação dos discursos ingênuos e naturalistas e a prática focada na sensibilização do “humano” perante o “meio natural”, ambos desvinculados dos debates sobre modelos societários como um todo.

Durante o período da ditadura militar, foram instituídos dois instrumentos legais que estabelecem uma relação com a questão ambiental: o Estatuto da Terra (Lei nº 4.505/64), primeira Lei de Reforma Agrária do Brasil, elaborada com uma visão progressista e que se propunha, segundo Graziano (2000), a realizar a democratização da posse da terra (que nunca saiu do papel para valer), mas que impulsionou o desenvolvimento do capitalismo no campo, através da modernização do latifúndio e a expansão da agricultura de exportação, a partir de crédito rural subsidiado e abundante (GRAZIANO citado por MOREIRA; SENE,

2002). Mesmo assim o trabalhador rural e o pequeno proprietário rural foram excluídos dos planos governamentais de desenvolvimento social e econômico. *Muitos pequenos proprietários, sem acesso a financiamentos bancários subsidiados e a programas de assistência técnica foram levados a mudar do campo, deslocando-se para a periferia das grandes cidades. A esse grupo somam-se aqueles que perderam seus postos de trabalho, substituídos pela mecanização agrícola* (MOREIRA; SENE, 2002, p.192).

Com relação à proteção ambiental, o Estatuto da Terra (BRASIL, 1983, p.18) prevê, no seu Capítulo 1, Art. 2º que a propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.

Assim, para cumprir a sua função social, o imóvel rural precisa atender simultaneamente aos elementos econômicos (aproveitamento racional e adequado), ambiental (utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente) e social (observância das normas que regulam as relações de trabalho). A propriedade que não possuir áreas de preservação permanente e de reserva legal devidamente florestadas, por exemplo, não cumpre a sua função social, sendo passível de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária. Essas condições estabelecidas na Lei não ocorrem na prática na grande maioria dos imóveis rurais, entre outras razões, pelo próprio processo de modernização adotado na agricultura que, ao mesmo tempo em que possibilitou um aumento da eficiência econômica, também reduziu a mão-de-obra e gerou um quadro de degradação ambiental.

O outro importante instrumento legal aprovado nesse período foi o Código Florestal (Lei nº 4.771/65), que dispõe sobre o uso e a proteção dos recursos florestais brasileiros, definindo no seu Art. 2º as formações florestais de preservação permanente: aquelas situadas nas margens de rios, lagoas e rios, nas nascentes e ao redor dos açudes, nas encostas com

declividade superior a 45° e nos topos de morros, montes, montanhas e serras. Essa Lei também prevê, no seu Artigo 5º, a criação de parques nacionais, estaduais e municipais e reservas biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos. E, se referindo às propriedades rurais, no seu Art. 16º, estabelece que deve ser respeitado o limite mínimo de 20% de cada imóvel para a constituição de Reserva Legal. (MACHADO, 1982).

Na primeira metade dos anos 60, esses acontecimentos marcantes, em nível mundial e nacional, ainda não faziam parte do cotidiano da minha infância. Não havia no processo educativo escolar um direcionamento para as questões ambientais e as lutas das entidades ecológicas não se refletiam tão fortemente no contexto local. Ao resgatar as lembranças desse período, o que surge são vivências mais lúdicas, as brincadeiras nos quintais urbanos de Natal, verdadeiros sítios (os tradicionais pomares domésticos), onde predominavam frondosas mangueiras. Foi nesse cenário que se deu o meu primeiro encontro com a natureza e, certamente, quando começou a se definir a minha identidade com o ideário ecológico.

Os quintais das cidades de pequeno e médio porte naquela época, ainda resguardados do “boom” imobiliário que resultou no rápido processo de verticalização urbana, eram lugares mágicos. As vivências ali desenvolvidas eram partilhadas pelas crianças do bairro. Sentia-me parte de uma grande família. Nesses espaços construíamos circos improvisados, aproveitando lonas antigas de caminhão, para abrigar a nossa fantasia e criatividade infantil: peças de teatro, recital de poesias, júri popular, desfile de fantasias, apresentações musicais. Um ambiente que me encantava particularmente, por ser o cenário dessas manifestações “culturais” e pelos sentimentos que despertava com relação à natureza, idealizada numa perspectiva romântica, enquanto uma reserva de bem, beleza e verdade. A idéia de liberdade se expressava, na minha percepção

infantil, através da imagem de felicidade das crianças “penduradas” nas mangueiras, se “lambuzando” de alegria.

Um registro importante nesse período se refere às férias escolares que passava na fazenda do meu avô, em Sousa na Paraíba, onde pude presenciar, pela primeira vez, garotos com espingardas matando pássaros, nos seus “momentos de lazer”. Não conseguia compreender nem aceitar aquela prática que vinha de encontro aos meus princípios e valores, mas que na percepção daqueles garotos era algo natural, parte da sua tradição cultural. A imagem dos pássaros abatidos ficou gravada na minha memória, me levando, posteriormente, a refletir sobre as complexas e contraditórias relações do homem com a natureza e a pensar na educação ambiental como um espaço privilegiado para a problematização dessas questões.

Além dessas experiências resgatadas pela memória, poderia destacar alguns acontecimentos que me marcaram particularmente nessa década:

- Em Natal, o golpe de 64 deixou profundas marcas, como a prisão e exílio do Prefeito Djalma Maranhão, político extremamente carismático, idealizador de um projeto educacional de grande impacto social, “De pé no chão também se aprende a ler”. Tinha apenas 10 anos na época, mas me lembro do clima de medo e insegurança das pessoas. Meu pai procurava manter todos em casa e, depois de uma certa hora, tudo era fechado, como se a cidade estivesse sob “toque de recolher”. Na minha ingenuidade, não entendia por que alguém que queria libertar os mais pobres do analfabetismo tinha que ser preso como um marginal perigoso;

- Ainda como acontecimento ligado à fase da repressão militar, lembro-me das mobilizações populares de 1968, noticiadas através dos meios de comunicação. A morte do estudante secundarista Edson Luiz de Lima, numa operação policial no Rio de Janeiro, gerou uma verdadeira comoção nacional, três meses antes do levante dos estudantes em Paris (maio/68). Após esse incidente, ocorreu a Passeata dos Cem Mil, quando uma multidão marchou pelas ruas do Rio de Janeiro exigindo

abrandamento da repressão, o fim da censura e a redemocratização do País. As cenas de violência da polícia ou do exército, procurando, a todo custo, impedir tais demonstrações de insatisfação, chocavam profundamente;

- O clima de rebeldia da Contracultura convivia no País com o regime militar. Acompanhei na minha adolescência essa tensão entre os que “queriam calar” (qualquer contestação podia ser taxada pelo governo militar como comunista) e os que “queriam falar,” que eram os setores mais organizados e esclarecidos da sociedade. Lembro-me de que muitos artistas que se mobilizaram em oposição ao Governo acabaram sendo presos e exilados;

- Na fase do chamado “milagre brasileiro” (no Governo Médici, início dos anos 70), idealizado pelo economista e Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto, quando a economia cresceu em ritmo bastante acelerado graças ao ingresso maciço de capital estrangeiro no País, recordo que as pessoas de classe média tiveram seus salários elevados, aumentando assim o seu poder de compra, o que gerou uma verdadeira febre de consumo: casas de campo e/ou de praia, apartamentos, carros, eletrodomésticos, acesso a escolas particulares, entre outros. A minha família se beneficiou, em parte, desse “milagre” que ocultava problemas graves, como a dependência cada vez maior em relação ao capital estrangeiro e o crescimento assustador da dívida externa.

A minha sensibilidade para com a natureza foi sendo construída a partir dessas experiências da infância e da identificação, na adolescência, com alguns valores do ideário contracultural, que viriam a influenciar decisões futuras: a minha formação profissional na área de Arquitetura e Urbanismo, com Especialização em Paisagismo e, posteriormente, a atuação nas áreas de conservação e educação ambiental; a mudança nos hábitos alimentares e nas práticas de saúde, através da opção pelo vegetarianismo e a medicina homeopática; e a adoção de uma perspectiva espiritual que celebra a natureza enquanto dimensão do sagrado e valoriza o pensamento da unidade, homem-natureza, matéria-espírito.

Além dessas memórias que marcaram a minha infância, considero relevantes para a construção da minha sensibilidade social as experiências vividas na fase adolescente, através da instituição onde cursei todo o então Ginásio. Nesse tradicional colégio religioso havia um Setor de Reflexão que articulava jovens para desenvolver trabalhos pastorais junto a comunidades carentes. A preocupação com o social veio desse aprendizado nas favelas e bairros pobres da cidade, quando começou a me inquietar a questão das desigualdades sociais: se uns têm muito e outros têm pouco, alguma coisa está errada, o que se pode fazer para resolver essa questão?. Essas vivências com a natureza e os aprendizados no trabalho pastoral se constituíram a base para a construção de valores identificados com o ideário ecológico e para uma postura ética de crítica à exploração ilimitada dos bens ambientais e à desigualdade e exclusão social.

Vias de Acesso ao Ambiental

A década de 70 demarca a institucionalização do debate sobre a questão ambiental em âmbito mundial, tendo como marco histórico a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (Suécia) em 1972, sob o forte impacto da divulgação, no mesmo ano, do relatório de Denis Meadows “Os Limites do Crescimento” ao Clube de Roma que, além de gerar uma grande polêmica na comunidade científica, *acabou transformando essa Conferência num acirramento das disputas entre países pobres e ricos* (CARVALHO, 2001, p.84).

Esse evento abre o chamado Ciclo Social da ONU, que compreende as diferentes Conferências Internacionais sobre temas sociais promovidas entre os anos 70 e 90. A Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, formulada na Conferência, expressa a necessidade de se adotarem princípios comuns que sirvam para inspirar e orientar a humanidade na preservação e melhoria da qualidade do meio ambiente. Entre as

recomendações do Plano de Ação aprovado em Estocolmo, várias incidem sobre a educação ambiental, considerada como importante campo de ação pedagógico. Merece destaque a Recomendação nº 96, dirigida à Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, no sentido de estabelecer um

Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA, de enfoque interdisciplinar e com caráter escolar e extra-escolar, que envolva todos os níveis de ensino e se dirija ao público em geral, jovem e adulto indistintamente, com vistas a ensinar-lhes as medidas simples que, dentro de suas possibilidades, possam tomar para ordenar e controlar seu meio (LEITE; MEDINA, 2001, p.20-21)

Como decorrência dos compromissos assumidos nessa Conferência, surgem agências estatais responsáveis pela Política de Meio Ambiente e cresce o número de organizações da sociedade civil que procuram espaços de participação na questão ambiental e se engajam no movimento ambientalista. De acordo com Carvalho (2001, p.84), a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, ligada ao Ministério do Interior, no final de 1973, mais respondia a *pressões externas do que a uma demanda interna. Contudo, apesar dessa espécie de “nascimento forçado”, as instituições governamentais de meio ambiente no Brasil terminaram sendo, em alguns casos, espaços de referência, nos quais militantes, ambientalistas e educadores ambientais se formaram.*

A expressão usada pela autora de “nascimento forçado” da primeira agência de meio ambiente do Brasil e a própria resistência em se adotarem políticas de controle ambiental no país se explica pela posição oficial do governo brasileiro nessa Conferência:

uma postura desenvolvimentista, alegando que a proteção ambiental foi inventada por países desenvolvidos, com o propósito de frear a expansão do parque industrial dos países em desenvolvimento, impedindo o seu crescimento. O crescimento econômico era tido como incompatível com a harmonia ambiental. O general Costa Cavalcanti, então Ministro do Interior, chefiando a delegação brasileira na Conferência, repetia a frase da primeira-ministra Indira Ghandi: “a pior poluição é da miséria”. E, para combatê-la, era preciso levar o País a um patamar maior de crescimento econômico. (LEITE; MEDINA, 2001, p.48-49).

Nesse contexto de governos autoritários e de luta pela redemocratização do País, começam a surgir entidades e movimentos ecológicos ou ambientais, destacando-se, entre outros, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – AGAPAN, criada em 1971 por vários militantes ambientalistas coordenados pelo agrônomo José Lutzenberger. A partir de 1979, ocorre um fato relevante para o Movimento Ambientalista Brasileiro: o retorno das lideranças políticas exiladas pela ditadura militar, que assimilaram as idéias ambientalistas do Partido Verde e dos movimentos sociais do Primeiro Mundo, possibilitando uma discussão mais ampla sobre as questões socioambientais e dando o impulso necessário para a fundação do Partido Verde no Brasil, em 1986.

Em 1977, cinco anos após Estocolmo a Unesco, com a cooperação do Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente - PNUMA, realiza a I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Tblisi, capital da Geórgia (ex-URSS), um marco histórico para a evolução da educação ambiental. De acordo com Medina (2001, p.26), a Conferência foi organizada em torno dos seguintes pontos fundamentais :

principais problemas ambientais da sociedade contemporânea; pressupostos da educação para contribuir na resolução dos problemas ambientais; atividades implementadas em nível nacional e internacional, com vistas ao desenvolvimento da educação ambiental; estratégias de implementação da mesma em nível nacional; cooperação regional e internacional, de modo a promover a educação ambiental; necessidades e modalidades para a implantação das ações.

O Informe Final dessa Conferência (Unesco, 1978) reúne orientações importantes a serem incorporadas ao marco teórico da educação ambiental, dentre as quais destacamos:

- A compreensão do conceito de meio ambiente, não somente como meio físico biótico, mas, também, como meio social e cultural. Até a Conferência de Estocolmo o que predominava era uma *visão naturalista-conservacionista, que reduzia o meio ambiente a apenas uma de suas dimensões, desprezando a riqueza da permanente interação entre a*

natureza e a cultura humana (CARVALHO, 2004, p.37-38). Nesta nova visão, de acordo com Carvalho (2004), a natureza e os seres humanos, bem como a sociedade e o ambiente, estabelecem uma relação de mútua interação e co-pertença, formando um único mundo.

- A percepção integrada do meio ambiente, possibilitando o desenvolvimento do senso crítico e a identificação das causas geradoras dos impactos ambientais e não apenas dos seus efeitos. De acordo com Lima (2004, p.88), *a eliminação dos sintomas sem a supressão de suas causas formadoras traz uma ilusão de mudança, mas não transforma a realidade do problema que nos atinge*. Um exemplo disso são as práticas educativas que tratam das questões relacionadas ao consumo, deixando de lado os aspectos relativos à esfera da produção. Não se conseguirá um resultado satisfatório apenas tentando controlar o consumo, sem realizar mudanças na origem do processo, onde se decide o quê, quanto e como produzir (LIMA, 2004).

- A vinculação estreita entre os processos educativos e a realidade dos educandos. Os conteúdos das práticas pedagógicas devem estar sintonizados com os problemas que se impõem à comunidade e com a sua situação existencial concreta. Numa experiência de alfabetização com camponeses no Chile, Paulo Freire (1983) observou que só havia interesse pela discussão, quando os temas diziam respeito, diretamente, a aspectos concretos de suas necessidades sentidas. De outra forma, a reação era de silêncio e indiferença.

- A análise dos problemas ambientais através de um enfoque interdisciplinar (articulação de diferentes saberes), no sentido de compreender a complexidade das interações entre sociedade e natureza. Na visão de Carvalho (2004, p.122-123), a superação do conhecimento disciplinar (fragmentado e especializado), através da efetivação da abordagem interdisciplinar, constitui-se em um desafio, *pois exige nova maneira de conceber o campo da produção de conhecimento buscada no contexto de uma mentalidade disciplinar. Trata-se de um combate ao mesmo tempo externo e interno, no qual à reorganização das áreas e das*

formas de relacionar os conhecimentos corresponde a reestruturação de nossa própria maneira de conhecer e nos posicionar perante o conhecimento, desfazendo-nos dos condicionamentos históricos que nos constituem.

- Ser concebida como um processo de aprendizagem contínuo e permanente que propicie um saber sempre adaptado às condições variáveis do meio ambiente. Deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal, *de modo a tornar o indivíduo parte integrante dos processos de aprendizagem do grupo social ao qual pertence, tendo aí um papel preponderante e determinante não somente em relação aos aspectos sociais, mas também em relação às interações do grupo com o ambiente que o cerca* (MEDINA, 2001, p.220-221)

A despeito das orientações da Conferência de Tblisi, que propõem uma renovação nas práticas pedagógicas, dentro de uma perspectiva socioambiental, existem diferentes concepções no campo da educação ambiental, baseadas em valores, interesses e objetivos também diversos, orientadas tanto para a mudança quanto para a conservação da ordem social. A aparente unidade desse campo plural tende a confundir educadores e educandos, que precisam estar atentos e refletir sobre os fundamentos políticos e teóricos de cada proposta, no sentido de comparar e escolher, conscientemente, a abordagem que melhor se afina com suas posições e que julga responder de modo mais adequado às suas demandas (LIMA, 2004).

As experiências de educação ambiental desenvolvidas no Brasil nesse período, de acordo com Saito (2002, p.48), refletiam o momento histórico vivido no País, uma ditadura militar que restringia o debate político e as ações coletivas. O enfoque dominante nessas práticas educativas era o naturalista, voltado para a sensibilização quanto à conservação da natureza, desprovido, portanto, de um debate político que articularia as questões ambientais às socioeconômicas. *Acreditava-se que as pessoas estavam distanciadas da natureza e a primeira tarefa da*

educação ambiental era restabelecer essa ligação, tendo sido desenvolvidas, para tanto, uma série de técnicas nesse sentido.

Numa reflexão sobre os caminhos da educação ambiental no Brasil, Carvalho (2004, p.51-52) afirma que essa prática pedagógica foi concebida inicialmente como

preocupação dos movimentos ecológicos com uma prática de conscientização capaz de chamar a atenção para a finitude e a má distribuição no acesso aos recursos naturais e de envolver os cidadãos em ações sociais ambientalmente apropriadas. É em um segundo momento que a EA vai-se transformando numa proposta educativa no sentido forte, isto é, dialoga com o campo educacional, com suas tradições, teorias e saber.

A década de 70 também demarca momentos significativos na minha trajetória pessoal e profissional, quando desenvolvo as primeiras experiências em direção ao campo ambiental, tanto no âmbito acadêmico, enquanto estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, como estagiando na área de Planejamento Urbano e Regional, na Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAN. Essas vivências constituem-se no que chamaria de “vias de acesso” ao ambiental, trilhas que apontam para um horizonte de possibilidades futuras. Nesse período, não há ainda como fazer uma correlação mais direta entre os eventos relatados anteriormente, que tratam do processo de formação do campo ambiental, de um modo geral, e da educação ambiental em particular, e a minha história de vida.

No início dessa década, concluía o Ensino Médio e me preparava para ingressar na Faculdade, uma fase de experiências. Tínhamos na escola e fora dela amigos que costumavam reunir-se para conversar sobre literatura, música, poesia, teatro e cinema. Embalados pelo som do “rock and roll” dos Beatles ou da música de protesto de Geraldo Vandré “para não dizer que não falei de flores”, recitávamos Pablo Neruda, Fernando Pessoa e Carlos Drummond de Andrade. No Cine Clube Tirol, onde costumávamos assistir às sessões de arte, discutíamos os filmes de Ingmar Bergman, Frederico Fellini, Bernardo Bertolucci e Glauber Rocha,

entre outros. Na literatura, muitos eram os nossos ídolos: Herman Hesse, Albert Camus, Kurt Vonnegut, Isaac Asimov, Louis Pauwels e Jacques Bergier, Nietzsche, Rainer Maria Rilke, Máximo Gorki, Krishnamurti, Kahil Gibran, Euclides da Cunha e Graciliano Ramos.

Na Universidade, fiz parte da primeira turma do Curso de Arquitetura e Urbanismo em Natal/RN. Lembro-me do impacto que foi a nossa entrada nas dependências do tradicional Centro de Tecnologia da UFRN, reduto das diversas modalidades de Engenharia. Éramos conhecidos como os “maluco beleza” (numa alusão à música de Raul Seixas), uma turma meio “hippie”, que gostava de coisas alternativas (modo de vestir, jeito de se expressar). Conseguíamos sobreviver naquele ambiente “engessado” porque criávamos o nosso próprio espaço de convivência. Lembro-me com saudade dos protestos nas aulas desinteressantes: trocávamos poesias, desenhos, comentários sobre eventos de arte e assuntos esotéricos. Mas havia momentos em que era necessário enfrentar os problemas de outra forma, com autonomia e determinação, o que gerou alguns conflitos internos e as primeiras mudanças na estrutura e na direção do Curso. A realidade é que as velhas concepções que existiam na antiga Escola de Engenharia se chocavam com as novas idéias que estavam sendo introduzidas pela turma de Arquitetura.

Durante o Curso já tinha claro qual seria a minha área de concentração: Planejamento Urbano e Regional, dado que não me atraía trabalhar apenas com Projetos de Arquitetura. As possibilidades com relação à área de Paisagismo só surgiram mais tarde, no final da Faculdade. Os profissionais que optavam pela área de Planejamento buscavam, de modo geral, ampliar a sua visão de mundo, procurando não dissociar os aspectos estético/funcional, inerentes à nossa formação profissional, das questões socioculturais, políticas e econômicas. A tendência de quem se dedicava, mais especificamente, à área de Projetos de Edificações ou Ambientação era de não se interessar por essas

discussões mais amplas. Cheguei a montar um escritório de Arquitetura com dois colegas, o que só durou dois anos. Não era esse o meu caminho.

Do primeiro ano da Faculdade até à conclusão do Curso, realizei estágio na Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAN, na época reduto de uma elite de técnicos formados pela Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, integrando equipes interdisciplinares que elaboravam planos de desenvolvimento urbano e regional. Sem dúvida, essa foi uma grande escola, onde tive a oportunidade de aprender a pensar a realidade, a partir da integração das suas diversas dimensões, e a conviver/traduzir linguagens de diferentes áreas do saber.

Nessa época, ainda não havia o chamado “planejamento participativo”, que emerge a partir do processo de abertura política (em 1985) e da ascensão de novos movimentos sociais, trazendo no seu discurso a necessidade da descentralização do poder e da consulta à comunidade. Nesse contexto de novas relações entre o Estado e a sociedade, vão evoluir formas de parceria e co-responsabilidade, como alternativa para a articulação e convergência de ações que são de interesse comum. No caso do Rio Grande do Norte, a participação da sociedade civil organizada no processo de planejamento, discutindo com o governo os rumos do desenvolvimento, só ocorre no final dos anos 90, com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do RN.

O envolvimento com estudos e análises físico-ambientais nos planos de desenvolvimento, além da convivência diária com biólogos, geólogos e geógrafos me permitiram entender a complexa inter-relação dos elementos que constituem os ambientes naturais e a grande responsabilidade que teria, enquanto profissional, na produção dos espaços construídos, no sentido de buscar alternativas que possibilitassem uma convivência equilibrada. As intervenções propostas deveriam permitir que os ecossistemas naturais pudessem se recompor, dentro de uma perspectiva de sustentabilidade ecológica. Não havia, na minha concepção, como separar a criatura humana dos seus espaços de

viver, fossem eles naturais ou artificiais, pois que constituíam uma mesma unidade.

A valorização de um pensamento da unidade, homem-natureza, matéria-espírito, indivíduo-sociedade, a busca da totalidade, elementos presentes no ideário romântico, me identificava com os movimentos que contestavam a racionalidade científica do pensamento ocidental, o domínio do homem sobre a natureza e que incorporaram a visão e os valores da tradição oriental (práticas religiosas, filosóficas e terapêuticas, entre outras), uma marca da Contracultura que atravessa o Ecologismo. Essa mudança paradigmática foi denominada por alguns autores (CAMPBELL citado por CARVALHO, 2001, p.58) como a “*orientalização do Ocidente*”, no sentido de uma mudança no paradigma cultural ou teodicéia que tem sustentado a prática e o pensamento do Ocidente.

A idéia de uma “teia da vida” (CAPRA, 1996), onde todos estão interligados, daria suporte, posteriormente, ao conceito de “sustentabilidade ecológica”, enquanto *a capacidade de uma dada população de ocupar uma determinada área e explorar seus recursos, sem ameaçar, ao longo do tempo, a integridade ecológica do meio ambiente* (LIMA; POZZOBON, 2000, p.1). Na base desse novo conceito está a compreensão sistêmica e unificada da vida, inspirada na Teoria Geral dos Sistemas desenvolvida pelo biólogo austríaco Ludwig Von Bertalanffy. No livro “As Conexões Ocultas – Ciência para uma Vida Sustentável” (2002), Capra faz uma nova abordagem dessa teoria e avança com relação a concepções anteriores, voltadas para o campo das ciências naturais (ver “Ponto de Mutação”, 1982), passando a aplicá-la ao domínio social, ou seja, buscando integrar os fenômenos biológicos aos sociais. Na sua concepção, a divisão entre as ciências naturais e as sociais já não será possível no futuro, devendo se desenvolver *uma estrutura conceitual unificada para a compreensão das estruturas materiais e sociais* (CAPRA, 2002, p.17).

Em 1973, Ignacy Sach lança suas idéias sobre “ecodesenvolvimento,” termo que emergiu, pela primeira vez, na

Conferência de Estocolmo/72, face às discussões sobre novas alternativas de desenvolvimento para a humanidade, como um caminho alternativo que incorpora o respeito aos ritmos da natureza no processo de decisão do futuro, baseado em critérios, como justiça social, prudência ecológica e eficiência econômica. (MEDINA, 2001). Ainda nesse contexto, o filósofo e ecologista norueguês Arne Naess cria a expressão “ecologia profunda”, como algo *que vai além da proteção ambiental, em oposição ao entendimento da ecologia apenas como ciência de senso estrito, que gerou o ambientalismo restrito, desenvolvido dentro de uma visão antropocêntrica.* Esse autor propõe *a substituição da ideologia do crescimento econômico pela idéia de sustentabilidade* (ANDRADE, 2001, p. 31-32).

Apesar da existência da SEMA, recém-criada no âmbito do Governo Federal, os conhecimentos e avanços no campo ambiental, ainda não faziam parte do nosso cotidiano de trabalho. Não contávamos com um órgão de meio ambiente no Rio Grande do Norte. Havia, na realidade, certa resistência por parte do Governo do Estado em reconhecer a importância da discussão ambiental, por entender que se constituía em obstáculo ao processo de desenvolvimento. O embate que ocorreu, no final dos anos 70 e início dos anos 80, envolvendo o Governo do Estado e grupos ecológicos locais contrários à implantação do “Projeto Via Costeira/Parque das Dunas”, numa área de extrema fragilidade ambiental, só reforçou as posições do Executivo com relação a essa questão. De acordo com Andrade (1987, p.43), *contrariando a legislação urbana e as forças que se lhe opõem, o governador determina a sua construção através de decreto.* Essa autora acrescenta que, sendo alvo de

constantes pressões populares nos anos seguintes, o Projeto original acabará sofrendo modificações, criando o Parque das Dunas e limitando as áreas de construção a pequenos bolsões na orla marítima. O uso misto proposto será reduzido a um complexo turístico e um Centro de Convenções.

A preocupação em adotar uma visão mais integrada da realidade, baseada numa articulação de saberes não era a posição adotada pela

maioria dos planejadores com quem tive a oportunidade de trabalhar. Havia dificuldades e resistências em mudar a mentalidade disciplinar e realizar novas leituras do real, *voltadas para uma compreensão diversa e multifacetada das inter-relações que constituem o mundo da vida* (CARVALHO, 2004, p.120). Apesar das equipes de trabalho serem interdisciplinares, persistia no grupo a visão fragmentada e especializada. Cada profissional, economista, sociólogo, arquiteto, geólogo, geógrafo, advogado, biólogo, entre outros, procurava cuidar da “sua área” - *fui formado para ser um especialista e não um generalista*, diziam alguns - cabendo ao coordenador da equipe, de modo geral, um arquiteto urbanista ou um economista experiente, “costurar” as diversas partes. O grande desafio da equipe consistia exatamente na síntese entre as diversas dimensões do planejamento, de forma a se estabelecerem os programas e projetos de desenvolvimento.

Numa perspectiva mais atual, considerando a construção do desenvolvimento em bases sustentáveis, entendo ser imprescindível promover o diálogo entre os conteúdos disciplinares e as especialidades. Na visão de Bursztyn (2001, p.15), os espaços interdisciplinares não podem ser vistos como concorrentes, mas como complementares. *Há que se romper com preconceitos de cunho especialista: a visão generalista e integradora não é uma qualidade menor; é um atributo necessário ao enfrentamento de problemas complexos.*

Na fase de conclusão do Curso (1979), tivemos como professora de “Paisagismo” uma artista plástica inglesa, que passou dois anos no Brasil a convite do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Nessa disciplina foram introduzidas discussões e atividades que reafirmaram o meu interesse pelo campo ambiental, fazendo-me decidir sobre o tema do Trabalho Final de Graduação – TFG, qual seja: o projeto de um parque urbano para Natal, voltado para a conservação ambiental, o lazer e a recreação da população.

O planejamento da área foi realizado contando com a participação, em todas as etapas, da comunidade do Bairro de Ponta Negra, onde o

parque seria implantado, numa área de relevante interesse ambiental, formada por dunas recobertas com vegetação nativa e um lago natural. Realizamos, com a ajuda de alguns especialistas, o inventário do meio natural e o levantamento dos principais aspectos socioculturais e econômicos locais. Na fase de estudo preliminar, as plantas produzidas eram apresentadas às famílias reunidas no Centro Comunitário, em discussões abertas, momento em que se faziam os ajustes necessários. No final, a satisfação de poder concluir o Curso e saber que a comunidade, que se identificara com o projeto do Parque, reivindicava a sua implantação junto à Prefeitura de Natal.

Esse exercício de procurar trabalhar a realidade de forma a não fragmentá-la, buscando compreendê-la na sua totalidade, a preocupação em envolver os grupos sociais num processo de planejamento participativo e a opção por estratégias de desenvolvimento que possibilitem a integração do ser humano com a natureza, dentro de uma perspectiva de sustentabilidade, já apontava caminhos a serem trilhados no campo ambiental e, mais especificamente, na área da educação ambiental.

1.2 – UMA TRAJETÓRIA E O IDEÁRIO AMBIENTAL

Rito de Entrada no Campo Ambiental

A década de 80 demarca o início da minha atuação profissional e o que chamaria de “rito de entrada” no campo ambiental. Contratada pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte - IDEC como arquiteta, trabalho desenvolvendo projetos de urbanização e paisagismo de áreas verdes públicas. Essa é uma época de profundas mudanças no cenário sociopolítico do País, em consequência do processo de transição democrática iniciado em 1974, criando condições para o debate de novas idéias e a organização de novos movimentos sociais, entre

eles o Ecologismo, com as características contestatórias e libertárias da Contracultura.

Nesse contexto, ocorreram importantes avanços que possibilitaram o fortalecimento do debate em torno das questões ambientais, a saber: como expressão maior da política ambiental no Brasil, foi instituída a legislação que trata sobre a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA (Lei Federal nº 6.938/81). É com essa lei que, efetivamente, tem início a proteção ambiental no Brasil, pois, até então, a tutela do meio ambiente se fazia por legislação fragmentada (LANFREDI, 2002). Dentre os princípios norteadores dessa Lei, destaca-se a necessidade da *educação ambiental em todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente*. A Constituição Federal de 1988 amplia o debate em torno das questões ambientais, trazendo grandes mudanças no tratamento dessa matéria. Na opinião de Lanfredi (2002, p.127), a Carta Magna elevou a educação ambiental à condição de norma constitucional, reforçando que essa modalidade de educação *deverá integrar os currículos de todos os níveis de ensino e, preparar a população a respeito da necessidade de se preservar o meio ambiente*.

A problemática ambiental também ganha espaço na mídia, estimulando o aumento da conscientização sobre as questões ambientais. Na agenda das lutas sociais, uma série de novos

direitos foram reivindicados – direito das mulheres, direito à livre escolha sexual, direito à informação, entre outros. O direito ao meio ambiente – ora traduzido como qualidade de vida, ora como democratização da gestão dos recursos naturais – passa a integrar essa agenda, contribuindo para a instituição de novas esferas de legitimação, sensibilidades, sociabilidades, que alimentam um ideário ambientalista, existencial e político de corte emancipatório e autonomista (CASTORIADIS; COHN-BENDIT citado por CARVALHO, 2001, p.146)

Ainda segundo Carvalho (2001, p.147), a ação política desenvolvida nesse período vai ser marcada *por conceitos como sociedade civil e cidadania, definidos desde os movimentos sociais e em contraposição ao*

Estado, ainda marcado pelo autoritarismo do regime militar. E ressalta que foi a partir da constituição desses novos atores e formatos organizativos, bem como das ações informais da sociedade civil, voltadas para a construção de uma nova ordem democrática, que as ações ecológicas ganham força, seja pela via da expansão e valorização dos Movimentos Ecológicos, seja pela via da organização de entidades do tipo ONG ambientais.

A educação ambiental cresce nos anos de abertura política, através da realização de encontros nacionais e estaduais, *que poderiam ser vistos como espaços de construção de uma identidade social em torno de práticas educativas voltadas para o meio ambiente* (CARVALHO, 2001, p.146).

No início dos anos 80, enquanto atuava no IDEC, surgem duas oportunidades de capacitação fora do Estado: um Mestrado em Planejamento Urbano e Regional em uma Universidade na França e uma Especialização em Paisagismo, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUSP. Decidi-me pela segunda opção por ser a área que tinha escolhido para trabalhar, na qual desejava aprofundar conhecimentos e por ser o primeiro curso nesse nível no país, envolvendo os melhores profissionais em atuação no mercado. As experiências desenvolvidas foram importantes, tanto para o meu crescimento pessoal quanto no aspecto profissional, dando suporte na construção de uma identidade ecológica.

Na formação dos arquitetos paisagistas, há uma predominância da tradição naturalista/conservacionista, pelas origens da profissão e o próprio objeto de trabalho - o espaço não edificado. Nesse contexto, uma importante referência é Ian McHarg, autor do livro “Design with Nature”, publicado em 1969 (coincidindo com o auge do Movimento Ecológico), no qual defende que a conservação dos recursos (florestas virgens, rios selvagens, etc) é uma condição essencial para a qualidade ambiental. Na época, as manifestações ambientalistas resultaram na instituição de estudos obrigatórios de impacto ambiental, visando proteger a pureza da água, a fauna e a flora e os valores visuais, entre outros.

Apesar do enfoque adotado no Curso privilegiar o equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e as demandas sociais no planejamento da paisagem, a tendência dominante na turma era de uma visão fragmentada, voltada para os aspectos biológicos e estético-funcionais, além de práticas desarticuladas, com relação às diversas fases desse processo: projeto, implantação e manutenção.

No trabalho final de Especialização, desenvolvido nos parques públicos da cidade, procurei analisar todo o processo de planejamento, desde a fase de elaboração dos projetos realizados por técnicos do Departamento de Parques e Áreas Verdes - DEPAVE até a sua implantação e manutenção, a cargo de firmas contratadas pela Prefeitura de São Paulo. Conclui que não havia a prática do diálogo entre essas partes, o que resultava em prejuízos de toda ordem, tanto para a Prefeitura quanto para a população; os projetos refletiam, de modo geral, apenas a visão de profissionais arquitetos, sem considerar as demandas de outras dimensões da realidade; não havia um planejamento participativo, os usuários não eram consultados sobre suas necessidades e expectativas com relação ao projeto, um reflexo do regime autoritário.

Um exemplo típico dessa falta de diálogo com a população ocorria na implantação de projetos de praças em bairros da cidade, relatado pelos administradores das regionais: os bancos para descanso e os equipamentos de recreação eram fixados durante o dia, e à noite, a comunidade vinha e mudava tudo de posição. A prefeitura recolocava e a população voltava a alterar a posição. As áreas de circulação (revestidas com piso) não eram definidas respeitando-se os caminhos tradicionais do grupo local, resultando que as pessoas faziam o seu próprio trajeto pisando na área gramada.

No caso dos parques públicos, um aspecto que me chamou atenção (até pela frequência com que ocorria), relatado pelos seus administradores, era a depredação de equipamentos: bancos, brinquedos, luminárias, telefones, bebedouros, sanitários, entre outros, e a poluição de lagos naturais, fontes e espelhos d' água, além de agressões a plantas e

animais. Queria entender o que levava as pessoas a esse tipo de comportamento, mas fui alertada para não aprofundar essa questão, porque isso não era assunto para arquiteto.

Essa inquietação me levou a conhecer, ainda durante a elaboração do trabalho, a Dra. Nise da Silveira, psiquiatra e Diretora do Museu do Inconsciente do Rio de Janeiro, com quem pude trocar algumas idéias sobre essa questão, não trazendo respostas, mas contribuindo para ampliar a minha percepção sobre o assunto. Uma outra figura importante na construção desse trabalho foi o botânico alemão Harry Blossfeld, ex-consultor da Prefeitura de São Paulo que, com sua larga experiência sobre implantação e manutenção de parques, muito acrescentou às minhas reflexões. Como orientadora, tive a satisfação de poder dialogar com a paisagista japonesa Ayako Nishikawa, então professora da FAUSP que, através do seu conhecimento na área de projetos de parques e áreas verdes públicas, me proporcionou momentos de crescimento profissional.

De volta a Natal, já no final de 1980, reintegro-me à equipe de planejamento do Estado, que tinha como desafio implantar o polêmico Projeto “Via Costeira/Parque das Dunas”, elaborado pelo Escritório de Arquitetura e Urbanismo Luís Forte Neto, de Curitiba/PR, que já havia coordenado, entre 1978 e 1979, a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Região da Grande Natal e os Planos de Desenvolvimento Urbano das cidades de Caicó e Currais Novos, dos quais participei ainda como estagiária.

Essa intervenção, de interesse do Governo do Estado, visando implantar um Distrito Turístico na cidade, “gerando emprego e renda”, se daria numa área formada por extensos cordões de dunas fixados por vegetação nativa, remanescente de Mata Atlântica e abrigando uma fauna representativa, com espécies em vias de extinção. Nos limites dessa área, exercendo forte pressão sobre os seus recursos naturais, a antiga favela de Mãe Luíza e setores urbanizados da cidade. O Projeto previa a construção de uma via cênica - a Via Costeira -, interligando as praias de Ponta Negra e Areia Preta; a implantação de unidades turísticas e

equipamentos de lazer na orla marítima e na parte superior da estrada, na área mais representativa do ponto de vista ecológico, a criação de uma unidade de conservação estadual - o Parque das Dunas. O núcleo de Mãe Luíza seria urbanizado, com a implantação de infra-estrutura básica, equipamentos urbanos e pavimentação de vias.

O tratamento paisagístico da área fora contratado junto ao escritório BURLE MARX & CIA. LTDA, que recomendou ao Governo do Estado a formação de uma equipe técnica, integrada com professores da UFRN, visando à realização de um extenso levantamento da flora e da fauna e dos aspectos ecológicos. A proposta era realizar um “paisagismo de integração”, assim definido por priorizar a utilização de espécies nativas das dunas na sua composição. Sob a coordenação da SEPLAN/IDEC, foi então elaborado o Projeto Eco-Zoo-Botânico do Parque das Dunas, desenvolvido durante dois anos (1980/1982), no qual me integrei enquanto arquiteta paisagista. Paralelo a esse trabalho, foi implantado um horto nas dunas que, além de produzir mudas para o Projeto de Paisagismo e para a revegetação de áreas desnudas, também servia como base para experimentos com a vegetação nativa.

Com a criação do Parque Estadual Dunas de Natal, numa extensa área de dunas (1.172 ha), fazia-se necessário elaborar o Plano de Manejo, instrumento de planejamento, mediante o qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade de conservação. Fui convidada para coordenar esse Plano, que contou com o suporte técnico dos estudos realizados pela equipe da SEPLAN-IDEC/UFRN e a assessoria do Departamento de Parques e Reservas Equivalentes do antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal –IBDF e do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Com a promulgação da Lei nº 6.938/81 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, foi instituído o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e criado o Conselho Nacional do Meio Ambiente –

CONAMA. Os estados foram “convidados” pelo Governo Federal, através da SEMA que era o órgão central desse Sistema, a estabelecerem as suas políticas de meio ambiente e a instituírem as agências responsáveis pela sua implementação. No Rio Grande do Norte, esse processo se deu no âmbito da SEPLAN/IDEC, tendo acompanhado pessoalmente o seu desenrolar: não havia interesse do Governo em criar o órgão ambiental, pelas mesmas razões alegadas por representantes brasileiros na Conferência de Estocolmo, “que a proteção ambiental se constituía em entrave para o crescimento econômico”. A Lei nº 5.147/82, que trata sobre a Política e o Sistema Estadual de Controle e Preservação do Meio Ambiente, só foi sancionada após resistências do Executivo.

O antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal -IBDF que respondia na época pelas demandas ambientais no Estado, em observância ao Código Florestal (Lei nº 4.477/65), tinha a sua atuação restrita à conservação e ao controle dos recursos florestais. Diante das novas exigências legais e dos impactos da poluição industrial, fazia-se necessária a criação de uma agência em nível estadual. Um ano após a promulgação da Lei é instituída a Coordenadoria do Meio Ambiente – CMA, através do Decreto nº 8.718/83, como uma unidade administrativa da SEPLAN. Apesar da falta de autonomia e da frágil estrutura do novo órgão, considero que a sua criação foi um passo importante na constituição do campo ambiental no Estado, tornando-se também um espaço de luta e resistência de um grupo de técnicos/militantes, que adotaram o ideário ecológico como referência para a sua atuação profissional.

A estrutura interna da CMA foi definida pela Portaria nº 48/84 - SEPLAN, que estabelecia a seguinte composição: Coordenação, Secretaria Geral, Assessoria de Direito Ambiental e três setores básicos, Preservação Ambiental, Controle Ambiental e Laboratório. Em 1987, por iniciativa do então coordenador do meio ambiente, foi realizada uma reforma administrativa, sendo acrescentado o Setor de Educação Ambiental. Fui designada na época como responsável pelo Setor de Preservação

Ambiental, onde permaneci até julho de 1989, quando assumi a direção do Parque das Dunas (1989/1991) em meio a grandes desafios: a falta de recursos financeiros e humanos para implantar o Parque, sendo que os poucos técnicos que foram disponibilizados não tinham nenhuma experiência na área de conservação ambiental.

Mas com a determinação de transformar o que era projeto em realidade, comecei a articular parcerias com outros órgãos da administração estadual e até com a iniciativa privada, iniciando na época um processo de co-gestão. A divulgação do potencial do parque (sua paisagem singular, sua flora e fauna típicas) e sua importância ambiental para a cidade, através de material áudio-visual (resultado de trabalho voluntário), consegui sensibilizar vários segmentos da sociedade civil, que se articularam no sentido da criação de uma Associação dos Amigos do Parque das Dunas, que não se efetivou.

Nessa ocasião, também foi elaborado o Plano de Implantação, com projetos detalhados das edificações e equipamentos a serem instalados na área de Uso Público, visando à negociação junto a agências financiadoras. Nesse contexto, vale destacar o importante apoio do Governo do Canadá que aprovou recursos para a execução de toda a estrutura de fiscalização do Parque. A implantação efetiva dessa unidade de conservação só ocorreu em 1996, com a aprovação do Projeto pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR (do Banco do Nordeste do Brasil – BNB), uma situação considerada inédita na época, pois não existiam, nesse Programa, linhas de crédito voltadas para ações de conservação ambiental, a prioridade eram obras de saneamento básico e infra-estrutura.

Ainda nos anos 80, diante da necessidade de se estabelecerem estratégias visando ao enfrentamento das questões ambientais em nível global, que já vinham sendo discutidas nas décadas anteriores, a Assembléia Geral das Nações Unidas delibera pela criação de uma Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com o objetivo de elaborar uma “agenda global para mudanças”. Havia um

entendimento de que era preciso mudar de paradigma, construir uma nova sociedade, capaz de assumir o desafio de produzir sem destruir irremediavelmente a natureza, promovendo o desenvolvimento com justiça social. “Nosso Futuro Comum” ou “Relatório Brundtland” (como é mais conhecido), foi elaborado entre 1983 e 1987, constituindo-se num dos mais importantes documentos da década, ao conclamar a sociedade planetária para um sentido de responsabilidade comum na construção de um novo modelo civilizatório: o “desenvolvimento sustentável”.

Esse conceito que surge a partir das idéias de Ignacy Sachs, na década de 70, voltado para o crescimento econômico, a equidade social e o equilíbrio ecológico, tem a sua consolidação oficial na Conferência Internacional das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, que ocorreu no Rio de Janeiro/Brasil, em 1992. No âmbito do governo estadual, os princípios da sustentabilidade só foram incorporados ao processo de planejamento, cinco anos após a realização da Rio-92, quando da elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte.

No ano de 1985, ocorre no País um fato que merece registro, por sua relação direta com a questão ambiental: a criação do Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, para onde foram transferidos a SEMA e o CONAMA. Na seqüência, foram instituídas outras estruturas, substituindo as já existentes: Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República – SEMAM/PR (1990), transformada, no mesmo ano, em Ministério do Meio Ambiente – MMA; três anos após, estabelece-se o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal e, em 1999, volta a ser denominado de Ministério do Meio Ambiente – MMA. Concordo com Medina (2001, p.102), quando argumenta que *essas sucessivas mudanças geraram, muitas vezes, descontinuidade nos projetos iniciados, prejudicando o estabelecimento e a permanência de uma política ambiental conseqüente.*

A substituição da antiga SEMA pelo Ministério do Meio Ambiente representou, sem dúvida, um importante avanço no processo de

institucionalização da questão ambiental, embora fique evidente a indefinição na estrutura do Governo Federal do espaço reservado ao meio ambiente, um campo de muitas disputas ideológicas, utópicas, políticas, econômicas e técnicas, onde os interesses são muito divergentes. De acordo com Carvalho (2004, p.165), o motivo central dos conflitos relacionados à gestão e à apropriação dos bens ambientais é a tensão entre o caráter público desses bens (garantidos pela Constituição, como bens indispensáveis à vida humana) e sua disputa por interesses privados. Nesse contexto, *os grupos com maior força econômica e política terminam sobrepondo seus interesses corporativos aos interesses coletivos na distribuição dos bens ambientais*

No final dos anos 80 e início da década de 90, o debate ambiental já havia ganhado visibilidade no País e adentrado o cenário político através das articulações do Movimento Ecológico para a Constituinte e a fundação do Partido Verde (1986). No entanto, essa trajetória afirmativa dos Movimentos Ambientistas não se deu, na visão de Carvalho (2001, p.147),

sem conflitos internos ao campo dos movimentos sociais. A temática ecológica provocou resistência da parte dos movimentos de base e sindicais, que tendiam a ver a preocupação ambiental como exógena, de classe média. Somente a partir dos anos 90, os movimentos populares e sindicais se tornam mais permeáveis à questão ambiental, incorporando, em muitos casos, essa dimensão em suas lutas e interesse específicos.

Ainda segundo essa autora, a interação e as possibilidades de diálogo entre os movimentos populares e ambiental, *fazem emergir no campo político um conjunto de lutas pelo acesso e uso sustentável dos recursos naturais que têm sido agrupadas sob a categoria de conflitos socioambientais* (p.147-148). Nessa categoria ampla, que inclui a luta dos seringueiros no Acre e o Movimento dos Atingidos por Barragens, entre outros, podemos incluir os movimentos sociais que lutam pela terra, dado que a função social da propriedade rural, que é princípio norteador do direito agrário e da política agrícola, abrange não apenas requisitos de ordem econômica, mas também social e ecológica.

Nessa fase, segundo Montibeller-Filho (2001, p.38), registram-se mudanças importante no âmbito do ambientalismo brasileiro: os grupos se interessavam pelos problemas ecológicos, mas não os vinculavam ao tema

desenvolvimento socioeconômico: economia e ecologia eram percebidas como realidades antagônicas. A acentuação da crise econômica, a discussão e aceitação do conceito de desenvolvimento sustentável expresso no Relatório Brundtland, pela maioria dos integrantes do movimento, e outras razões fizeram com que se passasse a considerar não mais exclusivamente a perspectiva da proteção ambiental, mas sim esta em relação ao desenvolvimento.

Resgatando Práticas Educativas

A questão ambiental nos anos 90 está atravessada, na visão de Carvalho (2001), pelas transformações sociais e políticas que compõem a conjuntura histórica desse período. É um momento de mudança, quando se estabelece uma nova dinâmica nas relações entre Estado e sociedade civil. Diferentemente dos anos 80, os movimentos sociais passam a ter uma forte interlocução com o Governo, que se torna mais permeável às demandas sociais. O debate ecológico se articula sob um clima cultural de valorização das questões ambientais, que é potencializado pela realização da CNUMAD, também conhecida como Rio-92 ou Eco-92.

Ainda segundo essa autora, desde a sua convocação em 1989, essa Conferência mobilizou processos sociais importantes em todo o mundo. No Brasil, a sociedade civil se articulou através do Fórum Brasileiro de Movimentos Sociais e ONGs para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Paralelo ao evento oficial, ocorreu o Encontro Internacional de ONGs e Movimentos Sociais, que ficou conhecido como Fórum Global, que reuniu 1.300 organizações e gerou a Carta da Terra e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Como resultados da CNUMAD, foram aprovados a Declaração do Rio, com

27 princípios sobre obrigações ambientais e direito ao desenvolvimento; a Convenção sobre Alterações Climáticas; a Convenção sobre a Conservação da Biodiversidade e a Agenda 21, um programa de ações estratégicas, com o objetivo de promover, em escala planetária, o desenvolvimento sustentável e preparar o mundo para os desafios do século XXI.

A educação ambiental foi definida nessa Agenda Global no Capítulo 36, da Seção IV, com o título “Promovendo a Conscientização Ambiental”, enfatizando que: *devem ser empreendidos esforços com relação à universalização da educação básica para diminuir o analfabetismo; e que a educação ambiental deve integrar os conceitos de meio ambiente e desenvolvimento e ser ensinada desde a pequena idade até a fase adulta* (CNUMAD,2001). Na visão de Carvalho (2001), as iniciativas ligadas à educação ambiental se fortalecem nesse contexto de fortes tensionamentos e novas alianças trazidas pela Rio-92. Logo após esse evento, foram realizados no País quatro Fóruns Nacionais de Educação Ambiental, sendo que o último deles (em 1996) teve como temática a elaboração de subsídios para a construção de uma Política Nacional de Educação Ambiental.

Nesse período (início da década e 90), retomo as minhas atividades técnicas na CMA/SEPLAN, tendo coordenado dois trabalhos que considero importantes na constituição do campo ambiental no Estado: uma pesquisa sobre “As Áreas de Preservação Ambiental do Rio Grande do Norte”, material inédito sobre essa temática e que subsidiou diversos outros trabalhos; e uma “Proposta de Ação para a CMA (1991-1995)”, documento resultado de várias discussões internas, visando apresentar à nova direção do órgão uma avaliação crítica sobre a sua estrutura e a proposição de medidas de caráter técnico, administrativo e jurídico. O que se pretendia era dotar a instituição das condições necessárias para atender às demandas da sociedade. As reflexões realizadas nesse trabalho deram suporte, posteriormente, à elaboração da proposta de criação do Instituto de Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IMARN.

Dentro do que estabelece a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, através do SISNAMA, deverão ser instituídos *órgãos locais ou entidades municipais responsáveis pelo controle e fiscalização das atividades suscetíveis de degradarem a qualidade ambiental* (MACHADO, 1982, p.287). Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de Natal cria a Fundação de Meio Ambiente ou Fundação Eco-Natal (1993), oportunidade em que fui convidada para estruturar o Setor de Planejamento Ambiental, onde permaneci por dois anos. Uma experiência de gestão também com restrição de recursos humanos e financeiros, o que demandou um grande trabalho de articulação e parceria, envolvendo as Administrações Regionais e, no âmbito da sociedade civil, os Conselhos de Bairro e ONGs ambientalistas. O setor empresarial local, convidado a fazer parte nos fóruns de discussão, não se mostrava sensível a esse tipo de iniciativa, mesmo considerando a emergência no País do chamado “mercado verde”, que valoriza ou impõe ao produtor o cuidado ambiental.

Numa rápida avaliação do processo de criação da CMA e da Eco-Natal, além da administração do Parque das Dunas, situações que pude acompanhar mais de perto, fica evidente a falta de prioridade da questão ambiental nas políticas públicas estadual e municipal. Num primeiro momento, a nossa luta era no sentido de vencer resistências para que se instituíssem as agências de meio ambiente. Posteriormente, no processo de gestão, conseguir atuar com responsabilidade e competência, considerando as condições mínimas oferecidas e a falta de autonomia administrativo-financeira. Nesse contexto, os avanços que ocorreram, invariavelmente, foram resultados mais do compromisso e do esforço abnegado de alguns técnicos militantes e da pressão (apesar de ainda frágil e desarticulada) da sociedade civil, do que da vontade política do Governo de promover os meios necessários ao cumprimento das atribuições legais desses órgãos.

No segundo semestre de 1995, a CMA/SEPLAN passa por ajustes internos, sendo estruturados dois grandes setores: o de Controle Ambiental, que já existia mas que foi bastante ampliado, e o de Gestão

Ambiental, integrando as áreas de conservação e educação ambiental. Essas medidas “paliativas” frustraram aqueles que lutavam por mudanças de caráter estrutural no órgão. A criação do IMARN fora mais uma vez adiada pelo Governo do Estado, em razão, principalmente, de interesses políticos e econômicos, contrários à autonomia e fortalecimento do órgão ambiental.

A forma de atuação das entidades ambientalistas locais, voltadas basicamente para denúncias, não era estratégica, nesse caso, pois inviabilizava qualquer condição de diálogo. Da mesma forma que era necessário saber o momento de “bater de frente” e enfrentar o Governo, também era importante abrir espaço para o diálogo e a negociação. Muitas vezes essas organizações adotavam posturas agressivas, acirrando, ainda mais, relações que já eram conflituosas. Incomodava-me, por exemplo, pelo fato de trabalhar no Governo, ser confundida por alguns representantes dessas entidades (que se sentiam “imaculados” de erros) como alguém comprometido com os interesses das classes dominantes, contrário à luta ambiental. Com o tempo essas questões foram se esclarecendo e a relação evoluiu, até pelo surgimento de novos atores no movimento ambientalista local.

Ao assumir o Setor de Gestão Ambiental da CMA, em 1995, senti-me desafiada por esse novo campo do conhecimento: a educação ambiental. A equipe que trabalhava com essa temática fora incorporada ao Setor, trazendo uma importante experiência na bagagem. No primeiro momento, procuramos resgatar essa trajetória, refletindo sobre as principais dificuldades e avanços. Esse percurso foi registrado, posteriormente, no texto de apresentação do Programa de Educação Ambiental do Rio Grande do Norte (IDEMA, 2000, p.11).

Dentre os avanços, a realização do I Encontro de Educação Ambiental, promovido pela CMA/SEPLAN (1991), quando se iniciaram as discussões para a elaboração do Programa Interinstitucional de Educação Ambiental – PIEA, em parceria com instituições governamentais e não-governamentais; a aprovação desse Programa (1992), junto à Unicef e ao

Conselho Britânico, priorizando-se projetos voltados para a capacitação de recursos humanos e para a produção de material didático; a realização de dois seminários (1993) para formação de multiplicadores em educação ambiental, envolvendo professores de 1º e 2º Graus das redes pública estadual e municipal, orientadores educacionais e representantes da comunidade, num total de 100 participantes; e a realização de um “Workshop sobre Material Didático” (1994), dirigido ao grupo de professores já capacitados. Em 1995, apesar dos avanços que vinham sendo alcançados pelo Programa, este sofre descontinuidade, em razão de mudanças político-administrativas.

Dentro do processo de reformas administrativas desencadeado pelo Governo do Estado entre 1985-1986, alguns órgãos foram extintos e outros transformados, como é o caso da Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte – IDEC, que através da Lei Complementar nº 139/96 incorpora as atribuições da antiga CMA, constituindo-se em Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEC. A sigla permanece a mesma, não estabelecendo relação com as novas competências ambientais. Alguns anos mais tarde, esse Instituto passa a se chamar IDEMA.

Na sua estrutura organizacional, o novo órgão contava com a Coordenadoria de Estudos e Pesquisas, que dava suporte às atividades de planejamento do Estado, e a Coordenadoria do Meio Ambiente – CMA, responsável pela execução da Política Estadual de Controle e Preservação do Meio Ambiente. Integradas a CMA, foram criadas várias Subcoordenadorias, dentre elas, a de Planejamento e Educação Ambiental - SPEA, que coordenei até o início de 2002, época de ingresso no Doutorado. A situação do IDEC, uma autarquia com patrimônio e receita próprios, apresentava importantes avanços em relação à antiga estrutura da CMA/SEPLAN, embora ainda não atendessem às expectativas, que seria a criação do IMARN.

A partir da decisão de resgatar a experiência do Programa Interinstitucional de Educação Ambiental - PIEA, começamos a articular

em 1996 um fórum de discussões, envolvendo as instituições que já haviam participado anteriormente da sua formulação e novas organizações. Foi então constituída uma Comissão Interinstitucional (provisória) de Educação Ambiental – CIEA/RN, coordenada pelo IDEC/SPEA, com composição paritária, com doze membros representando as instituições de Governo (nas três esferas) e doze ONGs com atuação nas principais regiões do Estado.

Essa Comissão começa a trabalhar na proposta de um Programa Estadual de Educação Ambiental. No ano seguinte, organiza uma “Oficina de Educação Ambiental”, com o objetivo de apresentar uma primeira versão desse Programa e realizar um amplo debate com os mais diversos segmentos da sociedade. Participaram do evento 150 profissionais das áreas de educação, saúde e meio ambiente, representando os vários municípios do Estado. O documento produzido nesse evento foi entregue à coordenação da I Conferência Nacional de Educação Ambiental – CNEA, realizada em Brasília em out/97, através dos delegados representantes do Rio Grande do Norte. O principal objetivo dessa Conferência foi criar um espaço para reflexão sobre as práticas de educação ambiental desenvolvidas no Brasil, avaliando suas tendências e identificando as perspectivas e estratégias futuras.

Conforme compromisso assumido pela CIEA/RN durante a realização da “Oficina de Educação Ambiental”, os nossos esforços se voltaram para a organização do 1º Fórum de Educação Ambiental do Rio Grande do Norte - FEARN, que ocorreu em novembro de 1999, com a participação do Ministério do Meio Ambiente – MMA através da Diretoria de Educação Ambiental - DEA, ocasião em que foi consolidado o Programa de Educação Ambiental do Rio Grande do Norte. Nesse mesmo período, o MMA começava a planejar e executar um Programa Nacional de Educação Ambiental – PNEA, reforçado com a aprovação da Lei nº 9.795/99, que estabelece a obrigatoriedade de se criar uma Política Nacional de Educação Ambiental. Os princípios orientadores do PNEA serviram de referência na construção dos programas estaduais. São eles: enfoque

humanista, holístico, democrático e participativo; descentralização; integração e estabelecimento de parcerias, local, nacional e internacional; respeito à pluralidade e diversidade cultural do País; multi, inter e transdisciplinaridade; enfoque sistêmico; e construção social de novos valores éticos.

As linhas de ação estabelecidas no Programa Nacional de Educação Ambiental, quais sejam: a formação de Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental para a elaboração dos programas estaduais; a mobilização de crianças e jovens para o desenvolvimento de experiências de educação ambiental – Protetores da Vida; o Projeto do Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis; o Projeto Pólos de Educação Ambiental e Difusão de Práticas Sustentáveis; e a capacitação em educação ambiental, foram todas implementadas pela CIEA/RN, entre 1999 e 2002, através de parceria com o DEA/MMA, com exceção do Projeto Protetores da Vida, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos – SECD.

Em paralelo a essas ações, na área de educação ambiental, o IDEC/SPEA coordenou e/ou participou entre 1996 e 1999, das seguintes atividades:

- Implantação do Projeto do Parque Estadual Dunas do Natal (1996), através da instalação de todas as estruturas edificadas, mobiliário e equipamentos, além da estruturação de um quadro técnico-administrativo para operar os programas estabelecidos no Plano de Manejo, que são: Uso Público (educação ambiental, lazer e turismo ecológico); Manejo Ambiental (pesquisa científica) e Manutenção e Fiscalização. Na ocasião, também foi elaborado o Plano de Operação do Parque.

- Plano de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte (1997), elaborado pelo Governo do Estado através do IDEC/SEPLAN com a consultoria do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. De acordo com esse Plano, desenvolvimento sustentável seria o processo

de mudança e elevação das oportunidades sociais que compatibilize, no tempo e no espaço, o crescimento econômico, a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente, e a equidade social. Para assegurar a sustentabilidade, é necessário que os processos econômico-sociais e os estoques e a qualidade dos recursos ambientais tenham continuidade e permanência no tempo. Além disso, o desenvolvimento sustentável pressupõe e deve reforçar a democracia, através dos processos de participação da sociedade nas definições sobre o futuro do Rio Grande do Norte, única forma de conferir sustentação político-institucional para a estratégia de desenvolvimento (IDEC/SEPLAN, 1997, p.9).

Participar na construção desse Plano foi uma importante experiência profissional, principalmente pelo desafio de coordenar a equipe executiva responsável pela Dimensão Ambiental. O trabalho desenvolvido internamente pelos grupos (dimensões econômica, social, ambiental, tecnológica e político-institucional) foi exaustivo, embora a dificuldade maior, na minha avaliação, tenha ocorrido no momento de síntese, na integração entre as diversas dimensões, visando desenhar o cenário de desenvolvimento sustentável desejado. A questão da visão fragmentada dos especialistas se coloca novamente, estabelecendo dificuldades e resistências. Havia também um conflito de interesses entre os diversos atores envolvidos. Nesse caso, a mediação competente dos consultores do IICA, economistas Tânia Bacellar de Araújo e Sérgio Cavalcanti Buarque contornou a situação, estabelecendo-se o consenso com relação às opções estratégicas do Plano, expressas através de programas e projetos. Dentre as linhas de ação propostas na Dimensão Ambiental, destacamos a elaboração e implantação de um Programa Estadual de Educação Ambiental. O trabalho desenvolvido pela CIEA/RN serviu de suporte à equipe do Plano.

Como desdobramento desse Plano, foram articuladas intervenções em outras regiões do Estado, através do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região do Seridó (RN, 2000) e do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Zona Homogênea do Litoral Norte (RN, 2002). Durante o processo de elaboração desses Planos, foram estabelecidos, integrados às políticas e programas de desenvolvimento, os

instrumentos (de natureza financeira, fiscal, institucional e legal) e o modelo de gestão, visando a sua efetiva implementação. A minha grande expectativa com relação a todos esses Planos, após a sua aprovação, era quanto às mudanças estruturais que deveriam ocorrer para a construção da realidade desejada, considerando a existência de forças e interesses conflitantes de natureza política, econômica, social e cultural.

Nesse sentido, concordo com Montibeller-Filho (2001) quando argumenta, que enquanto não se reverterem os condicionantes estruturais de ordem econômica e política que impedem a concretização das equidades sociais e ecológicas, a proposta de construção de sociedades sustentáveis ainda é uma utopia, mesmo considerando-se as contribuições e avanços alcançados no sentido de amenizar os efeitos da problemática socioambiental, que não têm sido suficientes para contrapor-se à insustentabilidade da globalização. Esse autor chama a atenção, para o fato de que, passados mais de dez anos após a Rio-92, quando se estabeleceu o paradigma do desenvolvimento sustentável, ainda prevalece, no cenário mundial, a hegemonia do capitalismo transnacional que percebe a natureza apenas como “recursos naturais” e as pessoas apenas como “força de trabalho e consumidores”.

Na minha concepção, no atual contexto político e socioeconômico do país e do mundo, a sustentabilidade se coloca mais como uma meta a ser conquistada, *como um instrumento de resistência e de invenção de novas formas de vida mais justas, solidárias e sustentáveis* (LIMA, 2002, p.138) do que como uma realidade concreta. Em casos individualizados e/ou em curto prazo, Montebellier-Filho (2001, p.290) chega a apontar que pode verificar-se a efetividade de ações que visam à sustentabilidade, mas também afirma que estudos futuros nesse sentido seriam relevantes.

Um novo século se inicia (ano 2000) com a decisão do Governo Federal de cumprir dois importantes compromissos na área ambiental, assumidos durante a Rio-92: incorporar o conceito “sustentabilidade” ao desenvolvimento brasileiro, através da construção e implantação da Agenda 21 Brasileira, processo coordenado pela Comissão de Políticas de

Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional – CPDS; e definir uma Política Nacional de Biodiversidade, conforme demanda da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, sob a responsabilidade da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA.

Tanto a metodologia de elaboração da Agenda 21 Brasileira quanto a Política Nacional de Biodiversidade estabeleciam a realização de um amplo processo de discussão de um Documento Base (um elenco de propostas e estratégias e ações, formuladas a partir de seminários e oficinas de trabalho com representantes de diferentes setores da sociedade de todas as regiões do País) com toda a sociedade, visando à construção de consensos. Para a coordenação desse processo de consulta nacional, foram definidos em todos os Estados grupos de trabalho.

No Rio Grande do Norte, o grupo constituído por representantes do IDEMA/SPEA, do BNB e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste -SUDENE , desenvolveu um grande trabalho de divulgação desse Documento Base, culminando com o Debate Estadual da Agenda 21 Brasileira, em out/ 2000. Nesse evento, coordenado pela CPDS, foram apresentadas e discutidas as propostas e recomendações encaminhadas pelos diversos segmentos da sociedade organizada, empresas e órgãos de Governo. Na oportunidade, representávamos o IDEMA, tendo sido convidada, posteriormente, a participar da consolidação do documento regional e a proferir palestras sobre essa temática, procurando também divulgar sobre a construção da Agenda 21 Local. Como resultado desse trabalho e da articulação de diversas instituições, foram criadas as Comissões Pró-Agenda 21 de Natal e dos municípios de Parnamirim e Açu, com projetos aprovados junto ao Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA. Na seqüência, outras prefeituras foram estimuladas a desencadear seus processos de discussão, visando à elaboração dos Planos de Desenvolvimento Sustentável Local.

Com relação à Política Nacional de Biodiversidade, o processo de discussão foi semelhante ao da Agenda 21 Brasileira, tendo sido coordenado no Estado pelo IDEMA/SPEA. As contribuições dos diversos

setores da sociedade, visando ao planejamento dessa política, foram encaminhadas e consolidadas num grande seminário estadual que ocorreu em dez/2000. Logo após, ocorreram os eventos em nível regional, sob a coordenação do MMA. Participamos diretamente dessas experiências enquanto representante do órgão ambiental.

Nesse mesmo período (2000), o Governo do Estado institucionaliza a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA/RN, através do Decreto nº14.922, em 5 de junho de 2000, dentro das comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente, quando lança o Programa Estadual de Educação Ambiental. Esses avanços foram importantes para a CIEA/RN ter o reconhecimento legal e poder dispor de um programa construído a “várias mãos”, num processo aberto e democrático. Depois, vem a fase de elaborar projetos, reivindicar recursos na programação orçamentária do Estado e ampliar convênios com o Governo Federal. Em observância ao Decreto, a coordenação e a Secretaria Executiva da CIEA/RN ficaram sob a responsabilidade do IDEMA/SPEA.

Nos dois anos (2000/2002) em que permanecemos à frente da CIEA/RN, realizamos um esforço conjunto, no sentido de melhorar as condições de trabalho do grupo (espaço físico, mobiliário e equipamentos, além do suporte de estagiários) e estimular a implantação do Programa Estadual. Por decisão desse Colegiado, foram estabelecidas, inicialmente, duas grandes linhas de ação: capacitação de recursos humanos e produção de material didático-informativo. As instituições que formavam a Comissão (vinte e quatro ao todo) elaboravam suas propostas internas de forma autônoma, procurando apenas integrá-las às metas definidas no Programa.

O IDEMA/SPEA, por exemplo, desenvolveu Seminários de Capacitação em Educação Ambiental para professores e supervisores da rede pública de ensino, secretários de educação e representantes da comunidade, em 12 municípios do Estado (um total de 420 pessoas), em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde Pública - SESAP e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF (RN, 2001); também

elaborou/produziu material didático sobre temas diversos na área ambiental: Ecossistemas do Rio Grande do Norte (um conjunto de 14 folders), Unidades de Conservação, Desertificação, Queimadas, Cuidados com o Lixo, Água: um Recurso Natural Ameaçado, entre outros.

Nos Seminários de Capacitação a equipe do IDEMA/SPEA privilegiou uma abordagem socioambiental, que busca reintegrar o homem à natureza e que, na visão de Carvalho (1995, p.61),

considera as relações sociais e ambientais sob o primado da política. Isto significa considerar o meio ambiente como um espaço físico e simbólico de disputa, habitado pelos atores que estão envolvidos no uso e na gestão dos recursos, e atravessado pelas relações de força que configuram as diferentes situações de acesso ou inaccessão aos recursos. É nessa esfera política, que a educação ambiental, como qualquer prática social, pode se articular aos atores da democratização, na construção de novas bases éticas, políticas e ambientalmente sustentáveis para as interações entre sociedade e natureza.

Os procedimentos metodológicos adotados, dentro um enfoque interdisciplinar e dialógico (fundamentado nas idéias de Paulo Freire), incluíam: a) a construção coletiva do conceito de meio ambiente, considerando-se aspectos ecológicos, sociais, culturais, econômicos, políticos, institucionais, éticos e estéticos e privilegiando-se a troca de saberes; b) discussões sobre a problemática ambiental em nível global e local, procurando fazer uma reflexão crítica sobre os descompassos do desenvolvimento, cujo modelo de produção de riqueza, gera, ao mesmo tempo, exclusão social e degradação ambiental; c) o diálogo sobre a relação entre ecologia (níveis de organização, ecossistemas e cadeia alimentar) e as atividades humanas; d) exercícios de interdisciplinaridade, a partir de temas geradores (problemas ambientais locais identificados pelo grupo); e e) a construção de um Projeto de Educação Ambiental para o município, visando instrumentalizar a turma para a elaboração de projetos ambientais. A avaliação do seminário era realizada coletivamente, logo após o término das atividades. Intercalando as diversas etapas da capacitação, foram desenvolvidas dinâmicas de:

apresentação, sensibilização, relaxamento, conscientização, participação e auto-estima (RN, 2001).

Essa experiência me marcou particularmente, pela oportunidade de conhecer o trabalho de Paulo Freire e de exercitar o diálogo com sujeitos do fazer - educativo. A identificação com a pedagogia freiriana foi imediata, pela compreensão da educação como prática da liberdade, enquanto ato político onde se busca realizar a vocação ontológica do ser: a humanização (FREIRE, 2000). Nessa prática educativa, a aprendizagem é significativa, desafiadora, problematizadora e instigante. A relação que se estabelece entre os sujeitos (educador/educando) é horizontal e democrática, valorizando-se o saber de todos. A essência dessa pedagogia é o diálogo, que significa a “palavra verdadeira”, no sentido da práxis transformadora (ação-reflexão-ação), veículo através do qual o homem tem condições de descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica, o que ocorre quando ele aprende a pronunciar a sua própria palavra e não repetir, simplesmente, a do outro.

Para Paulo Freire (1983), dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos. Nesse sentido, para que ocorra o diálogo é necessário que aqueles que se acham negados nesse direito possam reconquistá-lo e sejam sujeitos atuantes num contexto livre e crítico. A superação da relação opressora se dá através da problematização da situação existencial, à medida que o oprimido se descobre “hospedeiro” do opressor e deseja mudar esta condição. A conscientização que emerge nesse processo possibilita ao oprimido reinventar a história, apropriando-se dela e assumindo o papel de sujeito. Em “Pedagogia do Oprimido” (1983), ele enfatiza que essa prática dialógica deve respeitar a linguagem, a cultura e a história de vida dos educandos, que todo o processo deve ser precedido de uma reflexão sobre o homem e uma análise do meio onde ele vive.

Uma outra atividade implementada pela CIEA/RN entre 2001 e 2002 foi o Projeto Pólos de Educação Ambiental e Difusão de Práticas Sustentáveis, uma das linhas básicas do Programa Nacional de Educação

Ambiental – PNEA, contando com o apoio do MMA/DEA e do BNB. O pólo central, sediado em Natal (coordenado pela CIEA/RN), tinha como atribuição articular a criação de pólos regionais e seus respectivos núcleos, no sentido de estimular a construção das Agendas 21 Locais. Foram criados seis pólos abrangendo as principais regiões do Estado, e núcleos (bases físicas, que atuam como centros de referência), nos municípios que compõem cada região. Os pólos regionais, instalados nas Secretarias de Educação, coordenavam os trabalhos desenvolvidos nos núcleos. Para a implantação desses pólos no Rio Grande do Norte, foram realizados pela CIEA/RN, com o apoio das prefeituras municipais, Seminários de Capacitação, envolvendo integrantes dos pólos e representantes dos núcleos. Ao final desses eventos, elaborava-se um plano de trabalho, estabelecendo-se estratégias para elaboração e implantação de Planos de Desenvolvimento Sustentável Local.

1.3 – CAMINHOS DE UMA TESE

Educação e Sustentabilidade em Assentamentos Rurais.

A partir de julho de 2000, a conservação da natureza no Brasil passou a ter um novo e importante referencial: a Lei nº 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Na sua regulamentação, que ocorre no ano seguinte, sob a coordenação do MMA, realiza-se um amplo debate com representantes de órgãos de Governo e da sociedade civil de todo o País. Foi solicitado, previamente, pela organização do evento que os órgãos de meio ambiente dos estados elaborassem um cadastro das unidades de conservação existentes no seu território e realizassem também inventários de áreas potenciais para conservação ambiental. Essas informações deveriam subsidiar o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação e, posteriormente, a proposta de

criação dos Sistemas Estaduais de Unidades de Conservação – SEUCs, previstos na Lei Federal.

Para o desenvolvimento dessa atividade foi organizada uma equipe técnica interdisciplinar no IDEMA/SPEA. A elaboração do cadastro demandou apenas a sistematização de dados existentes, revelando um quadro preocupante: um número muito reduzido de áreas de conservação estaduais e, dentre estas, apenas uma implantada e em operação, o Parque das Dunas. O estabelecimento de um sistema representativo de unidades de conservação se constitui num dos mecanismos mais eficientes para salvaguardar amostras significativas de ecossistemas naturais, abrindo oportunidades para a pesquisa científico-tecnológica, atividades de educação ambiental e turismo ecológico.

O inventário das áreas potenciais para conservação identificou uma diversidade de ecossistemas a serem protegidos em todo o Estado: manguezais, dunas, falésias, mata atlântica, brejos de altitude, restingas, tabuleiros costeiros, matas de caatinga, matas ciliares, serras, rios, lagoas, entre outros. Foram incluídos também nesse levantamento os patrimônios arqueológico, paleontológico e espeleológico. As áreas vistoriadas foram previamente selecionadas, em função da sua representatividade ecológica e sociocultural. Os resultados demonstram um avançado processo de degradação ambiental, exigindo do poder público medidas urgentes no sentido da sua proteção, não só através da instituição de normas legais, mas promovendo as condições necessárias para sua efetiva implantação, inclusive a desapropriação de imóveis, no caso de categorias de UCs de proteção integral.

Um aspecto que nos chamou à atenção nesse inventário diz respeito às áreas de Reserva Legal (20% da área total dos imóveis rurais) e as Áreas de Preservação Permanente – APPs, instituídas nos assentamentos de reforma agrária. De acordo com o Código Florestal, a finalidade dessas áreas é salvaguardar remanescentes da flora e fauna nativas e demais recursos naturais locais. Integradas, elas funcionam como um importante sistema de áreas naturais protegidas. Foi constatado

que em parte dessas áreas ainda existe uma cobertura vegetal significativa, seriamente ameaçada por práticas agrícolas inadequadas, como desmatamentos e queimadas.

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e o IDEMA/RN, órgãos responsáveis pela gestão das áreas de Reserva Legal e pela proteção das APPs, não dispõem de estrutura para realizar, de forma adequada e contínua, atividades de controle e fiscalização em todo o Estado. Além disso, verifica-se que esse tipo de medida de caráter repressivo não tem garantido o manejo sustentável dos recursos, pois atua mais no sentido da correção dos danos do que na sua prevenção.

Concordo com Lanfredi (2002, p.198) quando argumenta sobre essa questão: *o que se percebe, de fato, é que qualquer critério de reparação do dano ambiental é sempre falho e insuficiente. Fundamentalmente, a atividade ambiental deve ser regida pelos critérios preventivos*. Esse autor prossegue, afirmando que para se prevenir adequadamente é necessário educar, “educar para não punir”, numa alusão a um princípio da sabedoria grega. Ressalta, ainda, *que a par do importante papel preventivo da educação ambiental, destacam-se, entre outras, as seguintes medidas preventivas estabelecidas na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81, Art.9º): avaliação de impactos ambientais (AIA) e o licenciamento ambiental* (2002, p.198-199).

Diante dos resultados do inventário que apontavam para a existência de áreas potenciais para conservação ambiental nos assentamentos rurais do Estado, do risco de uma rápida degradação desses recursos naturais nas áreas destinadas a Preservação Permanente e Reserva Legal, e considerando a pouca eficácia das medidas de controle e fiscalização que vinham sendo adotadas pelos órgãos competentes, dissociadas de um trabalho preventivo de educação ambiental, surge então o desejo de aprofundar e contribuir com essa questão, nascendo assim o Projeto de Tese.

No sentido de orientar o caminho a percorrer, estabelecemos como finalidade dessa pesquisa-ação: contribuir através de um processo de educação ambiental, para a produção de novos conhecimentos, valores e atitudes voltadas para uma relação mais justa, sustentável e solidária com a natureza, em área de assentamento rural, na região semi-árida do Estado. Como temática desse processo de interação dialógica, o projeto de parcelamento do solo, construído de forma coletiva, dentro de uma perspectiva de sustentabilidade socioambiental (contemplando a proteção de áreas naturais significativas e a melhoria da qualidade de vida dos assentados), contribuindo para a formação de uma consciência crítica e o fortalecimento dos sujeitos envolvidos, estimulando o exercício da autonomia para a tomada de decisão.

No envolvimento com a pesquisa, começamos a descortinar o universo dos *assentamentos de reforma agrária*, espaços sociais, que vão se constituir no País na década de 80 (quando entra em pauta novamente o debate sobre a questão agrária), integrando o I Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA (Decreto nº 91.766/85).

De acordo com o que estabelece esse Plano (BRASIL, 1985, p.32), a reforma agrária se concretizará a partir de um Programa de Assentamentos de Trabalhadores Rurais, que prevê o

assentamento de trabalhadores rurais em terras agrícolas, de preferência nas regiões onde habitam, democratizando o acesso à terra nos termos da legislação em vigor e considerando a diversidade e as especificidades locais e regionais. A concepção do projeto técnico contará, em todos os níveis e fases, com uma participação direta dos beneficiários, em particular no que se refere às decisões sobre as formas possessórias de uso da terra.

Nos princípios básicos da reforma agrária, a dimensão ambiental se constitui *imposição absoluta, tendo em vista possibilitar a exploração ordenada dos recursos naturais e a conseqüente melhoria da qualidade de vida, decorrente do equilíbrio entre as atividades humanas e o seu ambiente* (BRASIL, 1985, p.18). O próprio Estatuto da Terra (BRASIL,1964), elaborado com uma visão progressista, já demonstrava preocupação com o meio ambiente, à medida que estabelece: a

propriedade da terra desempenha sua função social quando, entre outras exigências, assegura a conservação dos recursos naturais.

Tratando da relação entre a questão ambiental e as ações da reforma agrária, o I PNRA (BRASIL,1985, p.18-19) estabelece que nos Projetos de Assentamento devem ser adotadas medidas relativas à conservação dos recursos naturais localizados na sua área de influência, além de ações preventivas e educativas, de forma a impedir danos ambientais causados pela ação do homem. Nesse sentido, recomenda que antes da elaboração dos projetos, ainda na fase de estudos, seja realizado o zoneamento ambiental da área, definido como sendo a associação entre

o ordenamento do espaço físico de uma dada região e as diretrizes a serem implantadas em cada área proposta no ordenamento, de forma a respeitar sua vocação e à conservação dos recursos naturais, visando a manutenção ou melhoria da qualidade de vida (ver Art. 9º, da Lei nº 6.938/81)

As ações preventivas, ainda de acordo com o I PNRA (BRASIL,1985), se situarão, primordialmente, no campo da educação ambiental, visando divulgar e levar informações essenciais à população beneficiária, de forma a capacitá-la para a participação efetiva na utilização racional dos recursos naturais, inclusive conscientizando-a do papel importante quanto ao desenvolvimento de ações necessárias à conservação desses recursos.

O II PNRA, lançado no final do ano 2003, resultado de debates junto aos movimentos sociais, organizados no Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo, e nos fóruns estaduais, também expressa no seu texto legal, preocupações com a questão ambiental, à medida que propõe uma nova concepção de reforma agrária, baseada num novo padrão de desenvolvimento para o meio rural, capaz de promover uma vida economicamente próspera, socialmente justa, ecologicamente sustentável e politicamente democrática.

A implantação dos novos projetos de assentamento apóia-se numa proposta de desenvolvimento territorial sustentável, que estabelece a integração das variáveis ambiental, social e econômica no processo de

planejamento. Nesses assentamentos rurais, considerados como espaços de produção e de qualidade de vida, o Plano propõe que se desenvolvam projetos agrícolas orientados a partir de uma nova matriz tecnológica, a agroecologia. Essa prática, segundo Altieri (2001, p.10) tem sido difundida na América Latina, e no Brasil em especial, como sendo

exatamente este padrão técnico-agronômico (assentado em pesquisa científica, por certo) capaz de orientar as diferentes estratégias de desenvolvimento rural sustentável, avaliando as potencialidades dos sistemas agrícolas através de uma perspectiva social, econômica e ecológica. O objetivo maior da agricultura sustentável – sustenta o enfoque agroecológico – é a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo de impactos ambientais e com retornos econômico-financeiros adequados à meta de redução da pobreza, assim atendendo às necessidades sociais das populações rurais.

Mesmo considerando todas essas disposições legais, estabelecidas nos dois Planos Nacionais de Reforma Agrária, no que se refere à questão socioambiental, o que ocorre na prática, nos assentamentos rurais no Estado, não é o manejo sustentável dos recursos naturais e nem a melhoria das condições socioeconômicas das populações envolvidas. As estratégias de desenvolvimento adotadas têm priorizado a variável econômica, em detrimento das outras dimensões da realidade, numa visão fragmentada, que não considera a base de recursos ambientais nem os condicionantes socioculturais como elementos essenciais para o desenvolvimento das comunidades. De acordo com Montibeller-Filho (2001, p.43), esse tipo de abordagem não consegue *dar conta de compreender a realidade complexa e mutante, composta por fenômenos sociais que não tomavam lugar ativo no pensamento científico, tais como a exclusão social e a questão ambiental.*

Por exemplo, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB (MARTINS, 2001, p.7) em documento acerca do processo de organização dos assentamentos do MST, afirma:

Ao longo desses anos, nos acostumamos a organizar os assentamentos partindo sempre dos aspectos mais imediatos da vida das pessoas. A tendência desse processo foi reforçar a ênfase na dimensão econômica, que ao longo do tempo passa a prevalecer sobre as demais dimensões da

vida humana. Esta característica é mais acentuada ainda em tempo de crise econômica. As pessoas passam a organizar o seu tempo em torno de estratégias de sobrevivência, buscando extrair do trabalho agrícola a sua existência e de sua família.

Dentro do esforço de buscar uma abordagem mais integrada no processo de planejamento dos assentamentos rurais, *visando à qualidade ambiental e ao desenvolvimento socioeconômico das famílias beneficiárias* o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA elaborou um *Roteiro Básico para Elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento* (BRASIL, 2001, p.4), no qual estabelece a realização de diagnósticos abrangendo tanto aspectos do meio natural, quanto socioeconômicos e culturais, articulados nos Programas de Desenvolvimento (Organização Territorial, Produtivo, Social e Ambiental).

O Parcelamento do Solo (Organização Territorial) se constitui em uma etapa estratégica no processo de planejamento dos assentamentos rurais, dado que é o momento em que se definem e se demarcam espaços de viver: familiar, organizativo, produtivo e de lazer, projetados em consonância com os demais Programas do PDA. Quando esses procedimentos básicos não ocorrem, os reflexos podem ser observados nos resultados econômicos, nos custos de implantação e na qualidade de vida nos assentamentos. Uma distribuição adequada da infra-estrutura viária, por exemplo, pode reduzir distâncias no sentido da circulação interna e racionalizar o escoamento da produção. O estabelecimento de práticas produtivas a partir do conhecimento prévio das potencialidades e restrições ambientais da área aponta para uma gestão mais sustentável dos recursos.

A análise de alguns Planos de Desenvolvimento de Assentamento - PDA encaminhados ao INCRA/RN e o resultado das visitas que a equipe do GERAH/GPEM realizou em algumas áreas no Estado (2003/2004) revelam que ainda não existe um trabalho de planejamento integrado, na perspectiva da sustentabilidade ambiental, social e econômica. Essa realidade pode ser constatada nos desenhos dos projetos de parcelamento do solo, elaborados sem um suporte técnico interdisciplinar e nas

condições socioeconômicas das populações assentadas. Também não foi identificado, nas situações avaliadas, a realização de zoneamento ambiental (como prevê o I PNRA), considerado um instrumento estratégico para o desenvolvimento rural sustentável. Um outro aspecto importante é que, na maioria desses Planos, não se tem privilegiado a participação da comunidade (em todas as etapas do processo de planejamento), e a relação dos agentes externos com os assentados tem sido do tipo verticalizada, restringindo a capacidade de autonomia e de ação do grupo social.

No ano de 2000, foram aprovados o Decreto Federal nº 3.508/2000, que dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CNDRS, ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e a Resolução nº 289/2001 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA que estabelece as diretrizes para o licenciamento ambiental de projetos de assentamentos de reforma agrária. Esses dispositivos legais representam avanços na implementação de ações que visam internalizar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas públicas, voltadas para a reforma agrária e a agricultura familiar. A realização de processos de licenciamento visa prevenir danos ambientais nas áreas de assentamento, orientando e disciplinando o uso e a exploração dos recursos naturais.

Esses avanços importantes do ponto de vista legal deveriam ser acompanhados, na prática, por ações de fortalecimento das instituições públicas que atuam nas áreas agrária e ambiental. A realidade é que, além da falta de estrutura desses órgãos (pessoal qualificado em quantidade, veículos/motoristas em número reduzido, equipamentos ultrapassados, entre outros), existe pouca articulação entre eles. A expectativa é que essas novas medidas possam abrir espaço para o diálogo e a ação conjunta das entidades. No Rio Grande do Norte, a Superintendência do INCRA, o IBAMA e o IDEMA já estão se articulando nesse sentido. A expectativa é que os resultados desse esforço conjunto possam se refletir na melhoria da qualidade das ações desenvolvidas e em

benefícios reais para as comunidades assentadas.

A educação ambiental ainda não é algo consolidado nos Projetos de Assentamento no Estado. As experiências desenvolvidas ainda são restritas e, quando ocorrem, vêm atreladas à implantação de outros projetos considerados prioritários, destinados à área de produção. Considerada uma atividade “periférica”, a educação ambiental só se evidencia quando ocorrem danos ao meio ambiente ou se exaurem os recursos naturais da área, colocando em jogo a própria sobrevivência do grupo social (SILVA; BEZERRA, 2000).

Além desses aspectos, há que se considerar o despreparo teórico e metodológico dos profissionais que atuam nessas áreas de assentamento, no que se refere à educação ambiental. O enfoque adotado nas práticas pedagógicas é fragmentado, dentro de uma perspectiva ecológica, desarticulada das demais dimensões da realidade. A relação desses agentes com os assentados é verticalizada (como apontado anteriormente), entendendo o conhecimento como algo que deve ser transferido e depositado, numa concepção “bancária” da educação (FREIRE, 1983). Nesse tipo de ação educativa, que estimula a ingenuidade dos educandos e não sua criticidade, a narração de que o educador é o sujeito, conduz os assentados à memorização mecânica dos conteúdos, não há criatividade e nem transformação. Nesse sentido, *o saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber* (FREIRE, 1983, p.67).

Para efeito dessa Tese, *Assentamento Rural* será entendido como um novo espaço social, inserido num processo de transformação estrutural, que é a reforma agrária, com diversidade histórica, espacial e temporal, resultante do conflito pela apropriação da terra. Os assentados como seres da ação e da reflexão, sujeitos capazes de lutar para transformar a sua própria realidade, através de uma ação dialógica libertadora. Nesse espaço social em construção, a sustentabilidade socioambiental se insere, enquanto componente fundamental no processo de planejamento e gestão.

Na construção desse trabalho de Tese, uma categoria de análise fundamental é a *sustentabilidade*. Do latim *sustentabile*, que pode se sustentar, capaz de manter mais ou menos constante, ou estável, por longo período (AURÉLIO, 1999, p.1911). Essa é a raiz da palavra “sustentabilidade”, que surgiu como conceito associado inicialmente a “ecologia”, no sentido da manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas (poder recompor-se e regenerar-se) em face das interferências antrópicas.

À medida que os estudiosos passaram a incorporar outros aspectos das relações sociais e dos indivíduos com a natureza, o conceito de sustentabilidade foi se ampliando e ganhou múltiplas dimensões (ambiental, social, política, econômica, demográfica, cultural, institucional) aplicadas ao processo de desenvolvimento. De acordo com o documento Agenda 21 Brasileira - Bases para a Discussão (NOVAES, 2000), embora a expressão “desenvolvimento sustentável” seja de uso cada vez mais freqüente em diversas áreas, seu conceito não se constitui uma unanimidade. É definido na área científica de uma forma, proposto e praticado com outras características nas políticas públicas e encarado de maneiras diferentes nas atividades econômicas e nos grupos ambientalistas.

No sentido de contribuir com esse debate, Lima (2002, p.118) faz algumas reflexões importantes acerca da questão da sustentabilidade, afirmando que *o momento sócio-histórico em que vivemos, é marcado por uma notável multiplicação de riscos naturais e tecnológicos e pela permanente sombra da incerteza, ambos característicos da modernidade avançada, e que a crise ambiental que vivenciamos, mais que “ecológica”, é produto das contradições e das crises da razão e do progresso.*

Nessa perspectiva, esse autor afirma que existem duas grandes concepções político-culturais que estruturam o debate da sustentabilidade, denominadas de “conservadora” e “emancipatória”. Uma se volta para a conservação da atual estrutura social, com todas as suas características e valores econômicos, políticos, éticos e culturais, e a

outra, ao contrário, se define no compromisso da transformação social, de renovação plural da sociedade e de sua relação com o meio ambiente. Lima (2002, p.125-126) propõe ainda uma terceira categoria, variante da concepção conservadora e que ele denomina de “conservadorismo dinâmico”, caracterizado por um perfil reformista, superficial e reducionista

O conservadorismo dinâmico, opera por mudanças aparentes e parciais nas relações sociais e nas relações entre a sociedade e o ambiente enquanto conserva o essencial. Na verdade, a própria racionalidade de sua ação apóia-se na idéia de antecipar mudanças cosméticas a fim de garantir que não haja mudanças. Por seu dinamismo e pela influência enganadora que produz nas representações públicas sobre a questão ambiental, consideramos o conservadorismo dinâmico como o mais poderoso obstáculo a uma abordagem transformadora dos problemas ambientais, o que se explica também por outros motivos. Em primeiro lugar, por representar o discurso hegemônico no campo ambiental, avalizado por um grande número de organismos governamentais, não-governamentais e privados, nacionais e internacionais é, sem sombra de dúvida, o mais visível e freqüente nos meios de comunicação e, portanto, o mais acessível à maioria do público leigo. Em segundo lugar, por utilizar uma linguagem científica e técnica e transmitir uma imagem de neutralidade desses saberes, convertendo-os em argumentos de autoridade sobre os quais não cabem questionamentos.

Ainda dentro dessa linha, Lima (2002, p.126-127) ressalta que a sustentabilidade conservadora se relaciona com as forças que representam o mercado e são adeptas de um estado com perfil neoliberal e tecnocrático, marcado por baixa participação e representação popular. Por outro lado, a sustentabilidade emancipatória relaciona-se aos movimentos sociais e libertários da sociedade civil e à defesa de um estado democrático com forte participação e controle por parte da sociedade. E faz um importante alerta:

É fundamental para o desenvolvimento da consciência e da sensibilidade, bem como para orientar o arbítrio individual, o processo de tomada de decisão e a construção da ação social dos indivíduos e grupos, perceber as diferenças entre coisas aparentemente iguais, assim como semelhanças entre coisas aparentemente diferentes (2002, p.129).

Na conclusão de suas reflexões, considerando o contexto atual e as opções de modelo de sustentabilidade apresentadas, Lima (2002, p.138) coloca-nos um desafio: *optar pela inércia e conservação do velho, aprofundando os processos de crise que hoje vivenciamos, ou embarcar na aventura transformadora, que mesmo com uma certa dose de incerteza, continua sendo o caminho para nos tirar da inércia e possibilitar uma renovação construtiva da ética, da cultura e das sociedades atuais.*

A perspectiva de sustentabilidade a ser adotada nesta Tese, dentro de uma visão emancipatória, parte de uma abordagem que reintegra o homem na natureza, entendendo o meio ambiente como lugar das relações ecossistêmicas e socioculturais. Esse enfoque socioambiental implica um uso mais eficiente e equilibrado do potencial dos recursos naturais, considerando os limites da capacidade de suporte dos ecossistemas e, ao mesmo tempo, buscando a melhoria da qualidade de vida das comunidades. Deve satisfazer as necessidades atuais das populações, mas manter recursos e opções para o futuro.

A sustentabilidade socioambiental, no contexto dos assentamentos rurais, considera como princípio fundamental a compatibilização das práticas agrícolas com a proteção do meio ambiente e a superação do quadro de desigualdades sociais. Isto traduz-se na capacidade da comunidade de manter a produtividade de seus sistemas em longo prazo, garantindo o alimento e a renda (enfoque social) e minimizando, ao mesmo tempo, os impactos adversos ao ambiente (enfoque ambiental). Há que se buscar nesse contexto a conservação dos recursos naturais por meio de práticas agrícolas sustentáveis, de forma a não esgotar os recursos necessários para as gerações futuras, e uma mudança no perfil das desigualdades sociais, através do exercício da participação popular e da defesa da cidadania.

A metodologia adotada no processo de aprendizagem social, envolvendo a comunidade do Assentamento Maria da Paz (sujeitos da pesquisa-ação), está referenciada na educação dialógica e problematizadora (FREIRE,1983) e na idéia dos três “momentos

pedagógicos” (PERNAMBUCO, 1994), dinâmica didático-pedagógica que caracteriza as reflexões e práticas desenvolvidas pelo Grupo de Práticas Educativas em Movimento – GEPEM, a saber: a) Estudo da Realidade – ER; b) Organização do Conhecimento – OC; e Aplicação do Conhecimento – AC.

Ao contrário da concepção “bancária”, ato de depositar, ou de narrar, ou de transmitir conhecimentos e valores aos educandos, a educação dialógica e problematizadora, de caráter reflexivo (que implica um constante ato de desvelamento da realidade, de superação da consciência ingênua por uma consciência crítica) é um ato cognoscente, de construção do conhecimento. Enquanto a primeira abordagem procura manter a contradição educador-educando (negando a dialogicidade como essência da educação), constituindo-se em uma prática de dominação, a segunda realiza a superação (afirmando a dialogicidade), enquanto prática comprometida com a libertação.

Nessa prática dialógica e problematizadora, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. De acordo com Freire (1983, p.80), para quem a educação é “*um que - fazer permanente*”, o educador problematizador re-faz, constantemente, seu

ato cognoscente, na cognoscibilidade dos educandos. Estes, em lugar de serem recipientes dóceis de depósitos, são agora investigadores críticos, em diálogo com o educador, investigador crítico também.

Dentre os princípios norteadores dessa prática educativa, destacamos: a intencionalidade política, enquanto alavanca da transformação da realidade; a postura crítica e criativa que o diálogo implica; os temas/objetos de estudo, definidos a partir das condições existenciais dos sujeitos, representando situações significativas para o grupo; o respeito aos saberes dos educandos (socialmente construídos na prática comunitária), considerando que o conhecimento é tanto tradicional como científico; a integração entre prática e teoria (práxis educativa), entre

o “contexto concreto” em que se dão os fatos e o “contexto teórico” da reflexão crítica; a prática da interdisciplinaridade, articulando diferentes dimensões do conhecimento, na perspectiva de uma visão integrada da realidade (da totalidade).

Os chamados “momentos pedagógicos”, fundados na relação dialógica, *não se distinguem no tempo, constituindo atividades separadas. São sobretudo uma forma de estar refletindo onde queremos chegar e qual direção podemos dar ao trabalho em cada momento* (PERNAMBUCO, 1994, p.36):

- O Estudo da Realidade *é o momento de compreender o outro e o significado que a proposta tem em seu universo e ao mesmo tempo permitir-lhe pensar, com um certo distanciamento, sobre a realidade no qual está imerso. É o momento da fala do outro, da descodificação inicial proposta por Paulo Freire, quando cabe, ao professor, ou ao organizador da tarefa, ouvir e questionar, entender e desequilibrar os outros participantes, provocando-os a mergulhar na etapa seguinte* (PERNAMBUCO, 1994, p.35).

- A Organização do Conhecimento *é quando, percebendo quais as superações, informações, habilidades necessárias para dar conta das questões inicialmente colocadas, o professor ou educador propõe atividades que permitam sua conquista. Aqui predomina a fala do organizador. Apesar de não se perder de vista a fala do outro, o que orienta essa etapa é a tentativa de propiciar os saltos que não poderiam ser dados sem o conhecimento do qual o organizador é portador* (PERNAMBUCO, 1994, p.35)

- A Aplicação do Conhecimento – AC *o terceiro momento é de síntese, quando a função da fala do outro com a fala do organizador permite a síntese entre as duas diferentes visões de mundo ou, ao menos, da percepção de sua diferença e finalidade. É um momento em que uma fala não predomina sobre a outra, mas juntas exploram as perspectivas criadas, reforçam os instrumentos apreendidos, fazem um exercício de generalização e ampliação dos horizontes anteriormente estabelecidos* (PERNAMBUCO, 1994, p.35)

Na perspectiva dialógica em que situo essa pesquisa-ação, os pesquisadores/professores (GERAH/GEPEM) e os assentados constituem-se em sujeitos cognoscentes do processo de aprendizagem social; a organização espacial do assentamento, dentro de uma perspectiva de sustentabilidade socioambiental, representa a situação existencial concreta, “codificada”. A análise crítica dessa situação “codificada” conduz à “descodificação”. Na visão de Freire (1983), quanto mais os educandos vão aprofundando, como sujeitos, o ato de conhecimento de si em suas relações com a sua realidade, tanto mais vão podendo superar ou vão superando o conhecimento anterior em seus aspectos mais ingênuos.

A perspectiva é que nesse processo educativo, na apreensão da realidade, o grupo social possa transitar de uma consciência ingênua (baseada no “senso comum”, argumentações frágeis, resistência a tudo que é novo, transferência de responsabilidade e tendência ao conformismo) para uma consciência crítica (baseada no saber “sistemizado”, profundidade na interpretação dos problemas, onde as explicações mágicas são substituídas por princípios causais, maior segurança na argumentação, gosto pelo debate, admissão do novo), num movimento esclarecedor e transformador, enfim um processo permanente de conquista. Há que se considerar que, para a construção coletiva do conhecimento, uma premissa básica é a busca de consensos, que possibilitem ações, um exercício de prática democrática, onde nem todos são contemplados nos seus interesses particulares, mas respeitam e assumem as decisões da maioria.

A educação ambiental, de acordo com Carvalho (2004, p.151), ao constituir-se como prática educativa, *posiciona-se na confluência do campo ambiental e as tradições educativas, as quais vão influir na formação de diferentes orientações pedagógicas no âmbito da EA ou, dito de outro modo, produzir diferentes educações ambientais.*

A concepção de educação ambiental que orienta esse trabalho, dentro de uma visão socioambiental, corresponde a uma EA crítica. *Essa prática educativa tem suas raízes nos ideais emancipadores da educação*

popular (práxis educativa que tem no diálogo democrático seu alicerce teórico e metodológico), *acrescentando uma especificidade: compreender as relações entre sociedade e natureza e intervir nos problemas e conflitos ambientais*. Nesse sentido, continua essa autora, *o projeto político-pedagógico de uma EA crítica poderá ser sintetizado na intenção de contribuir para uma mudança de valores e atitudes, formando um sujeito ecológico capaz de identificar e problematizar as questões socioambientais e agir sobre elas* (CARVALHO, 2004, p.156).

Do ponto de vista de sua dimensão político-pedagógica, a EA crítica poderia ser definida como uma práxis social transformadora, voltada para o exercício da cidadania, onde os sujeitos do fazer-educativo exercem sua autonomia e realizam livremente as escolhas que julgam mais adequadas. Nesse sentido, *deverá fornecer os elementos para a formação de um sujeito capaz tanto de identificar a dimensão conflituosa das relações sociais que se expressam em torno da questão ambiental quanto de posicionar-se diante dela* (CARVALHO, 2004, p.163).

2.0 - A Trajetória do Assentamento Maria da Paz



2.0 – A Trajetória do Assentamento Marta da Paz

2.1- O ACAMPAMENTO E O PROCESSO DE CONSCIENTIZAÇÃO

A Atuação do MST

De um modo geral, podemos dizer que os movimentos sociais que surgiram no Brasil no período da ditadura militar se diferenciavam daqueles da fase anterior, entre outras características, por se desenvolverem sem a tutela dos partidos e sindicatos, canais tradicionais de participação fechados pela repressão política. Esses Movimentos pautavam-se por uma organização horizontalizada, que permitia e estimulava a participação mais efetiva de um maior número de pessoas e se mostravam capazes de se auto-organizarem para lutar pelos seus interesses (TOMAZI, 2000).

Entre os vários movimentos populares surgidos nesse período, trazendo a marca da resistência e uma noção de cidadania, dois merecem destaque: o Movimento Ação da Cidadania, Contra a Miséria e pela Vida - ACCMV e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

O primeiro, desencadeado por *um estudo de combate à fome, tem como objetivo principal despertar a consciência da sociedade sobre o direito de todos à cidadania e a solidariedade da população diante do problema da miséria de milhões de brasileiros* (TOMAZI, 2000, p. 259).

O segundo emerge nos anos 80, na esteira de um processo de mobilização e organização populares que estava ocorrendo no País e como reflexo de uma grave crise fundiária. Organiza-se a partir da tomada de consciência de um grupo de trabalhadores rurais sem terra da Região Sul, fortemente influenciados pela Igreja Católica, através da Pastoral Operária. Seu objetivo é mobilizar e organizar a população camponesa para o fortalecimento da luta pela terra, pela reforma agrária e para a transformação social. É um Movimento que se diferencia das outras formas de organização no campo, por sua estrutura em nível nacional e

pelas estratégias de luta: realização de marchas e ações de ocupação de terra (PAIVA, 2003). Essas atividades, planejadas de forma cuidadosa, decorriam de decisões tomadas de forma coletiva, após muita discussão com as bases.

A partir da necessidade de articular as lutas isoladas, surgem os Encontros Nacionais, os quais possibilitam a troca de experiências e conhecimentos entre lideranças sindicais, agentes pastorais (em especial a Comissão Pastoral da Terra - CPT) e outros atores que atuam no campo. Em 1984, ocorre o 1º Encontro do MST, em Cascavel/PR, quando são convidados a participar representantes dos trabalhadores sem-terra de outras regiões do País.

Em 1985, os militares deixam o poder e se instala o Governo da Nova República, sendo aprovado o I Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA. É um momento de reestruturação do Estado e de reorganização da sociedade civil. O MST, inicialmente restrito à Região Sul, cresce muito nesse período com o apoio do Partido dos Trabalhadores - PT e da Central Única dos Trabalhadores - CUT, passando a ter expressão nacional.

Na sua caminhada de luta e organização dos trabalhadores do campo, o MST foi construindo uma concepção de educação, denominada de “pedagogia do movimento”, centrada na formação de sujeitos da transformação social. Uma abordagem educativa onde as práticas sociais são consideradas como o principal ambiente dos aprendizados e da produção do conhecimento. Dentre seus princípios fundamentais, destacamos: a realização de práticas pedagógicas preocupadas com a vivência e a reflexão sobre valores centrados no ser humano; a relação entre a prática e a teoria; a construção de um ambiente educativo, que vincule a Escola aos processos econômicos, políticos e culturais (MST, 2001).

De acordo com Paiva (2003, p.24), uma das particularidades do MST é a busca de unidade e autonomia do Movimento; para isso, institui-se uma estrutura organizativa de caráter

nacional e recursos materiais e simbólicos, como a bandeira, a lona preta, o hino; o estabelecimento de uma coerência entre os discursos nacional e local; as estratégias de mobilização afetivas como a mística são elementos que identificam o MST em todos os eventos. Outro aspecto relevante é o uso da disciplina, enquanto princípio organizativo; consta nas normas que este deve ser aplicado para obtenção de respeito às decisões do coletivo, quanto ao cumprimento de horários, tarefas e missões. A disciplina é avaliada pelo Movimento como um princípio político importante na constituição da unidade.

Nos anos 90, atraídos pelas práticas organizativas e pelo ideário utópico de transformação social, intelectuais e militantes com experiências em movimentos urbanos se engajam no MST, que amplia as suas ações em âmbito nacional, expandindo-se para várias regiões do País. No Governo Collor (1990/1992), ocorre um retrocesso nas conquistas da sociedade civil Organizada, estabelecendo-se um controle dos movimentos populares e sindicais.

Nesse contexto, de acordo com Borges (2002, p.15),

a ação do Governo para implantar a reforma agrária é nula. Os trabalhadores de vários movimentos do campo se encontram e buscam criar novas formas de luta, utilizando a recém-aprovada Constituição. São manifestações articuladas entre sindicatos rurais, CUT, MST e outros movimentos, com o apoio de setores das igrejas e organizações não-governamentais (ONGs).

No Governo Itamar Franco (1992/1994) e nos dois períodos de Fernando Henrique Cardoso (1995/2002), as iniciativas governamentais para viabilizar a reforma agrária, segundo Borges (2002, p.15), não atendem,

às demandas e interesses dos trabalhadores rurais sem-terra. Ao mesmo tempo, a política econômica e social implantada no País segue a ordem internacional controlada pelo Fundo Monetário Internacional – FMI. Os trabalhadores do campo e da cidade sofrem com a falta de perspectivas de emprego, com a perda do poder de compra dos salários e com a retração das políticas sociais reguladoras.

Nesse contexto, o MST levanta uma importante bandeira: a “Reforma Agrária é uma luta de todos”, no sentido de conscientizar a

sociedade de que seria necessário nessa luta um conjunto de forças, que a questão da reforma agrária não era apenas um problema dos sem-terra.

Na Região Nordeste, a ação do MST como parte de uma estratégia nacional de expansão do Movimento inicia-se em 1989 com a vinda de militantes de outras regiões do País para os estados da Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte. No RN, de acordo com Paiva (2003, p.30), a tarefa foi atribuída a duas militantes, originárias dos estados de Santa Catarina e da Paraíba, as quais

começaram suas atividades - de conversas com lideranças, conhecimento da região - iniciadas pelos municípios de Açu e São Rafael, região oeste do RN, onde havia conflitos causados pela construção da Barragem Armando Gonçalves - com a finalidade de organizar ocupações. Nas primeiras tentativas de ocupação, não obtiveram sucesso, devido a uma variedade de fatores, dentre os quais se destacam o não conhecimento do espaço pelos militantes, a organização dos fazendeiros e a fragilidade da organização dos trabalhadores.

Nesse mesmo ano, durante uma ação de ocupação da Fazenda Palestina, no município de São Rafael, uma das militantes é presa quando fazia o trabalho de base. Mesmo diante dessas represálias, o MST organiza uma segunda ocupação, desta vez no município de Janduí, também na região oeste do Estado e novamente com insucesso. A prisão e o clima de tensão gerados nesses confrontos possibilitaram, segundo Paiva (2003, p.3)

a formação de uma rede de apoio através da Igreja e das organizações políticas e sindicais, como o Centro dos Direitos Humanos, o Partido dos Trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores e o Sindicato dos Comerciantes, o que contribuiu muito para dar início à constituição do MST em nível local.

O processo de articulação com lideranças e movimentos sindicais de outros municípios do Estado conduziu a militância do MST a uma avaliação e redefinição das suas áreas de atuação no Estado, tendo sido escolhida como prioridade a região do Mato Grande. Essa decisão se apoiava no fato de que atuavam nessa região organizações de trabalhadores apoiadas pelo Serviço de Assistência Rural – SAR (setor

ligado à Igreja, de orientação progressista, que desenvolvia um importante trabalho na organização das comunidades rurais e na capacitação e formação de lideranças) e por Sindicatos Rurais vinculados à Federação dos Trabalhadores da Agricultura do RN – FETARN (PAIVA, 2003). Essas instituições, parceiras do MST, desempenharam um papel fundamental nas ações de educação política, nos processos de intermediação dos conflitos e na condução da organização dos trabalhadores rurais no Estado.

O agricultor Francisco de Assis Santana (“Seu Chico Santana”), dirigente do MST na Microrregião de Baixa Verde, relata que as ocupações de terra tiveram início a partir de um trabalho de mobilização e ação coletiva, envolvendo as comunidades dos municípios de Bento Fernandes, Parazinho, Pedra Grande e João Câmara. As reuniões preparatórias eram articuladas pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais locais e tinham como objetivos: refletir sobre os graves problemas do campo e dos trabalhadores sem-terra; esclarecer em que consistia a proposta de ação do MST; identificar as propriedades improdutivas existentes na região e organizar o processo de ocupação.

Os sindicatos também realizavam a mobilização das lideranças locais, que participavam de diversas atividades no âmbito do Movimento, dentre as quais, destacam-se o cadastramento e a organização dos grupos, constituídos por comunidades rurais e trabalhadores sem terra residentes na periferia das cidades. Foi assim que aconteceu com Seu Chico Santana, convocado na época pelo Sindicato de Bento Fernandes para se integrar na luta. No seu depoimento, ele revela a situação de exploração dos trabalhadores do campo na região:

Muitas pessoas trabalhavam na área rural, mas moravam na cidade, pela falta de condições no campo e até porque os fazendeiros, contrariados com as ações na justiça, não queriam mais morador em suas terras. Quando os patrões queriam desmatar uma área de mata fechada (de 2 a 5 hectares, por exemplo, dependia do tamanho da família), com a intenção de formar pasto pra o gado, acertavam esse serviço com os trabalhadores oferecendo em troca a própria área para eles poderem plantar durante dois anos. Depois desse prazo, novas áreas eram desmatadas, sendo o resíduo das plantações utilizado

como forragem para o gado. O objetivo dele na verdade era ter áreas desmatadas e forragem para o gado a cada dois anos sem gastar nada. Os empréstimos que faziam nos bancos para o melhoramento das fazendas, já incluía recursos para os desmatamentos, só que muitos se aproveitavam desse sistema de troca e ficavam com o dinheiro.

É nesse contexto de conflitos e lutas sociais, em nível regional, onde predominam os grandes latifúndios voltados para a prática da pecuária extensiva, em que poucos trabalhadores conseguem permanecer no campo, contratados sob regime de diária e em pequenas propriedades (de até 50 ha), que o MST do Rio Grande do Norte se estrutura e estabelece estratégias de organização e mobilização, voltadas para a luta pela reforma agrária.

De acordo com Seu Chico Santana, o trabalho de mobilização realizado pela militância nas cidades se organizava a partir dos bairros e, nas áreas rurais, nas pequenas propriedades. Alguns fazendeiros, solidários com a causa dos trabalhadores até participavam das discussões, mas procuravam não interferir nos encaminhamentos. Ressalta, ainda que, nessas reuniões, a militância procurava adotar uma certa cautela no repasse das informações, de forma que dados importantes não vazassem, gerando imprevistos na hora da ocupação.

As lideranças sindicais, por conhecerem bem os problemas e os conflitos de terra existentes na região, ajudavam a indicar as comunidades mais carentes e as fazendas que poderiam ser desapropriadas (PAIVA, 2003). De posse dessas informações, o MST organizava a sua militância para a articulação com esses segmentos e a realização de “vistorias prévias” nos imóveis indicados. As Fazendas Marajó e Modelo, ambas no município de João Câmara, foram as primeiras propriedades a serem vistoriadas e, posteriormente, ocupadas pelo Movimento na região.

A decisão do MST de ocupar, inicialmente, a Fazenda Marajó se apoiava, segundo palavras de Seu Chico Santana, nos seguintes argumentos: a propriedade ser considerada improdutiva; constituir-se em objeto de conflito entre o proprietário e os trabalhadores sem-terra;

apresentar condições favoráveis de acesso e disponibilidade de água; a existência de várias benfeitorias, entre outros. Quando, porém, o Movimento e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de João Câmara realizaram uma reunião nessa Fazenda, visando à articulação dos moradores, foram expulsos pelo proprietário e doze capangas.

Os confrontos na área continuam culminando com a ocupação da Fazenda em 29 de julho de 1990, numa ação articulada pelo MST com o apoio do SAR e da FETARN, através dos sindicatos locais. Nessa intervenção, foram mobilizadas 170 famílias de trabalhadores sem-terra, que residiam na periferia de João Câmara e em outros municípios da região. Durante dois meses, foram realizadas as reuniões preparatórias, oportunidade em que a militância procurava desenvolver confiança na comunidade. Esse aspecto era estratégico porque, mesmo considerando as condições de opressão em que viviam esses trabalhadores, muitos ainda reagiam à idéia de ocupação. De acordo com Paiva (2003, p.34-35), essa resistência dos trabalhadores revela duas situações de medo:

A primeira é o desconhecimento do novo, quais sejam, o discurso, os atores, os símbolos, o medo do estranho. Num segundo momento, o medo diz respeito à desobediência às regras socialmente estabelecidas, que gera represálias, advindas da ação da polícia e dos fazendeiros. No entanto, as famílias vão superando o medo e paulatinamente tomam parte nas reuniões e assembleias de preparação da ação. É nesse momento que elas se aproximam e se familiarizam com o discurso e com os militantes. As relações de solidariedade vão sendo criadas no coletivo, encorajando-as e motivando-as à participação.

Essa mesma situação, avaliada nas palavras de Seu Chico Santana, evidencia que

essa era uma aventura nova pra eles, nunca tinham participado disso. Já havia um medo desde as reuniões quando se alertava que não podia falar sobre o dia e o local da ocupação. O que terminava levando o grupo a se decidir era a grande necessidade e o trabalho de sensibilização dos militantes.

A estratégia utilizada pelo MST na ocupação da Fazenda Marajó, segundo Seu Chico Santana, consistia, inicialmente, na instalação das

famílias em uma pequena área nos limites da propriedade, em regime de acampamento. Como aquela intervenção não provocara nenhuma reação por parte do proprietário (que não acreditava que os trabalhadores resistiriam muito tempo àquelas condições adversas), após seis meses no local, a Direção do Movimento decide ocupar a sede da Fazenda. Nessa ocasião, ocorrem confrontos com o proprietário, que tenta expulsar o grupo. Intimidado pelo número expressivo de famílias e pela determinação das lideranças, ele recua, procurando então as vias legais.

O INCRA/RN é então levado a intermediar o conflito, procurando negociar a saída das famílias até que se instale o processo de desapropriação do imóvel. Mas o grupo de acampados não aceita as determinações do órgão, resistindo na área durante dois anos. Após esse período (março/92), ocorre a imissão de posse da área.

A experiência da ocupação com sucesso, realizada na Fazenda Marajó, contribuiu para desencadear outras ações na região. Novas lideranças aderem ao MST e passam a difundir as idéias e organizar grupos de famílias para realizar novas ocupações e consolidar o Movimento, arregimentando e formando militantes locais (PAIVA, 2003).

No relato de Seu Chico Santana, a próxima ocupação dá-se na Fazenda Nogueira, no município de São Miguel do Gostoso/RN. A polícia que havia sido solicitada pelo proprietário cercou o local, levando as famílias a embarcarem num ônibus de volta para seus locais de origem. Alguns militantes ainda foram presos, sendo depois liberados. Esse episódio levou a Direção do MST a fazer uma reavaliação das suas estratégias. A orientação da Direção Nacional, nesses casos, era interromper por algum tempo as ações de ocupação e desenvolver apenas o trabalho de sensibilização.

A ocupação seguinte ocorre em 1992, na Fazenda Surubim, município de Poço Branco/RN, mobilizando cerca de 200 famílias. Nessa mesma ocasião, um grupo de assentados da Fazenda Marajó e algumas famílias presentes na ocupação da Fazenda Nogueira participavam da primeira marcha do Movimento Sem-Terra, em direção a Natal. Essa

marcha tinha como objetivo principal reivindicar junto ao Governo do Estado e ao INCRA/RN a criação de novos assentamentos e a implantação das áreas já institucionalizadas.

Ainda no caminho, as famílias foram informadas de que o grupo acampado na Fazenda Surubim havia sido expulso de forma violenta pelo proprietário e seus capangas, estando desprotegidas na beira da estrada, aguardando uma solução por parte da Direção do Movimento. Em Natal, os militantes conseguem articular, através do INCRA/RN, meios de transporte que vão conduzir essas famílias até a capital.

De acordo com Paiva (2003, p.38), as famílias dos sem-terra que se encontravam em Natal *ocuparam pela primeira vez o prédio do Instituto de Terra do Rio Grande do Norte - ITERN, reivindicando a desapropriação da Fazenda Zabelê, na região do Mato Grande.*

Na opinião de Seu Chico Santana, a ocupação do prédio do ITERN foi estratégica para o Movimento, pois garantiu o atendimento da maior parte das reivindicações dos trabalhadores. O INCRA/RN transferiu as 60 famílias que foram expulsas da Fazenda Surubim para a Fazenda Monte Verde, no município de São Bento do Norte, criando o Assentamento Santa Vitória. No mesmo período, foi desapropriada a Fazenda Boa Sorte, no município de João Câmara, também visando atender à demanda de 51 famílias, excedentes de vários acampamentos do MST.

Nesse período (1993), o MST ganha visibilidade pelas suas ações de ocupação e mobilização no centro do poder, a cidade. O desafio agora era ocupar a Fazenda Zabelê, situada no município de Touros. Para isso, organizaram as famílias das localidades mais próximas e buscaram mais uma vez o apoio das lideranças sindicais e organismos da Igreja. De acordo com Paiva (2003, p.38-39), conseguiram ocupar

a fazenda e, para os dirigentes e militantes da época, esse acampamento foi um dos mais importantes para o crescimento do Movimento, pois envolvia um número grande de famílias, e por se tratar de uma fazenda com 19 mil hectares, que se tornou uma empresa rural improdutiva, há pelo menos duas décadas.

Com o objetivo de pressionar o INCRA/RN para agilizar o processo de desapropriação da Fazenda Zabelê, 300 trabalhadores rurais sem terra liderados pelo MST, ocupam a Fazenda Rockefeller, situada no município de São Gonçalo do Amarante, propriedade do Governo do Estado e administrada pela Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte - EMPARN.

No depoimento de Seu Chico Santana, um fato que também merece destaque nesse período, considerado como um marco na trajetória de luta do MST no Rio Grande do Norte, foi a criação da Secretaria Estadual do Movimento, em Natal. Nas demais regiões do Estado, estruturaram-se Direções Regionais, constituídas por militantes treinados nos Cursos de Formação de Base, realizados no estado de Santa Catarina.

De acordo com Paiva (2003, p.42), todas essas ações fortalecem o MST no Rio Grande do Norte, *que amplia o seu quadro de militantes e ganha visibilidade política pelas adesões de lideranças antigas do movimento sindical rural, e, sobretudo, por empreender uma lógica de organização de intervenção diferenciada dos outros atores que atuavam no meio rural do Rio Grande do Norte.*

Por outro lado, em meio a essa trajetória, as relações do MST com os outros atores tornam-se cada vez mais tensas, as divergências são aguçadas, principalmente com a FETARN, que discordava do encaminhamento dado pela militância do Movimento às ações de ocupação e negociação e, também, porque disputava o poder político da organização dos trabalhadores rurais (PAIVA, 2003).

Essa relação tensa e conflituosa entre o MST e outros atores que atuam no campo não é uma particularidade do Rio Grande do Norte, ocorrendo também em outros estados. De acordo com Paiva (2003, p.42), citando Torrens (1994), essa situação é provocada

pela própria concepção de autonomia política do MST que, em determinada circunstância, se confunde com auto-suficiência, vanguardismo e desconfiança no trabalho dos outros atores, o que conduz a relegar ao plano secundário a participação destes.

Na Tabela 1 do Volume 2, estão relacionados os Assentamentos Rurais originários da luta do MST no Rio Grande do Norte, evidenciando uma trajetória de muitas conquistas. Na avaliação de Paiva (2003, p.46) *esse processo foi extremamente rico, no sentido da formação dos sujeitos: os processos de participação nas ocupações, os conflitos e confrontos fazem parte da socialização política dos sujeitos envolvidos nas ações coletivas.*

O Acampamento Maria da Paz

A partir da estruturação da Direção Estadual o MST expande as suas ações para todo o Estado, através das Coordenações Regionais: Mato Grande, Oeste, Agreste Potiguar/Zona da Cana e Vale do Açu. Nesse item, vamos nos centrar na atuação do Movimento na Microrregião de Baixa Verde e, mais especificamente, no processo de construção do Acampamento Maria da Paz, a partir do relato de dois integrantes da Direção Regional, Francisco Santana e Pedro Neves.

Em janeiro de 2000, o MST desencadeia um conjunto de ações na região do Mato Grande, como parte de uma estratégia de mobilização social e conscientização política. É realizada, de início, uma série de programas na rádio AM Baixa Verde sobre temas vinculados à Reforma Agrária. De acordo com Pedro Neves, esses programas procuravam *alertar os trabalhadores sem-terra para a política enganosa do governo Fernando Henrique Cardoso e reforçar a necessidade de se promover lutas para a democratização do acesso à terra e à produção.*

Na seqüência, a Direção Regional promove uma ampla mobilização no município de João Câmara, utilizando, além dos programas de rádio, carros de som e panfletagem nos bairros, convocando as pessoas cadastradas no Programa de Reforma Agrária do Governo, para comparecerem a uma Assembléia Geral no Ginásio de Esportes local.

Nesse evento, que contou com o apoio da Prefeitura Municipal (representada na ocasião pelo Secretário de Agricultura) e da FETARN (registrando-se a ausência do INCRA/RN), participaram cerca de 480

peças. Como parte da pauta estabelecida pelo MST, foi realizada uma avaliação da Reforma Agrária no País, no Estado e na Microrregião de Baixa Verde, ressaltando-se a difícil situação dos trabalhadores sem-terra, os quais só através da luta é que conseguiriam avançar nesse processo. Após os debates, procedeu-se ao mapeamento das pessoas cadastradas, selecionadas por bairro; a escolha dos(as) coordenadores(as) dos grupos e a definição do calendário das reuniões preparatórias.

Esses encontros eram programados por bairro, uma vez por semana e sempre à noite. Para organizar e acompanhar as reuniões, foram destacados dois militantes do MST e os(as) coordenadores(as) escolhidos(as) durante a Assembléia Geral. Na pauta de discussão, os seguintes temas: a questão da Reforma Agrária e a luta pela terra, o cadastramento de terras improdutivas na região, o planejamento da ocupação e do futuro acampamento. Nesses debates, a militância reafirmava que a única forma de se obter a terra era através do processo de ocupação, além da promoção de marchas e de protestos. No caso do Acampamento Maria da Paz, os procedimentos visando à ocupação da terra foram os mesmos, tendo sido realizadas oito reuniões preparatórias.

Um aspecto importante nesse processo de planejamento era a avaliação das terras potenciais para ocupação, realizada por dois dirigentes políticos da frente de massa do MST, militantes responsáveis que organizam e conduzem as ocupações e marchas. De forma geral, eram identificadas três ou quatro propriedades rurais na região, consideradas improdutivas, dentro do que estabelece as normas legais. Dentre os critérios adotados nessa avaliação, destacamos: a localização (condições de acesso) e dimensão da propriedade; se estava abandonada já há algum tempo, ou seja, sem moradores; se havia produção, se era de alimento; as condições de solo e as reservas hídricas; a disponibilidade de infraestrutura e as benfeitorias existentes.

A última reunião da fase preparatória era para marcar a data da ocupação da terra. A Direção do MST costuma utilizar como estratégia só informar aos grupos sobre a área a ser ocupada no dia exato da operação,

para evitar transtornos com a polícia e outros imprevistos. Nesse tipo de encontro, também se discute sobre a obtenção dos materiais para construção dos barracos (madeira, prego e lona, além de palha de coqueiro e papelão); utensílios domésticos (panelas, pratos, copos, talheres, entre outros) e as ferramentas de trabalho (foice, facão, pá, enxada, chibanca e martelo). As famílias se preparam com antecedência, para não esquecer nenhum detalhe. A alimentação, por exemplo, deve ser suficiente para suprir, no mínimo, os primeiros quinze dias do acampamento.

As famílias cadastradas no Programa de Reforma Agrária nessa região, que participaram da organização do Acampamento Maria da Paz, apresentavam o seguinte perfil: na sua grande maioria, tinham como local de origem o município de João Câmara, onde moravam em bairros periféricos; havia uma predominância do sexo masculino, da faixa etária entre 21 e 40 anos e baixo nível de escolaridade; com relação ao tipo de ocupação, era bastante diversificado, desde trabalhadores rurais sem-terra, a pequenos comerciantes (donos de bodegas), feirantes, pedreiros, cabeceiros (carregadores de mercadorias de caminhão), mototáxi, motorista de transporte alternativo, faxineiras, desempregados, sem-teto, entre outros.

A ocupação planejada realizou-se na madrugada do dia 13 de março de 2002, numa das faixas de proteção da RN-121, estrada que interliga a Br-406 (Natal- Macau) ao município de Caiçara do Norte (ver Mapa 01 – Situação no Volume 2), liderada por militantes do MST e com a participação de 153 famílias. Para o traslado, essas famílias utilizavam os meios de transporte disponíveis, caminhões e/ou carroças. O objetivo do Acampamento era pressionar as autoridades para a desapropriação da Fazenda Buraco Seco, imóvel situado nas proximidades da área ocupada, visando à criação de um Projeto de Assentamento – PA.

Chegando ao local do Acampamento, as famílias procuravam preparar o terreno para a construção dos barracos, que deveriam ficar prontos no menor tempo possível, em função de represálias da polícia.

Foram construídas 80 moradias numa área de aproximadamente 15m x 400m, alinhadas em relação à estrada e muito próximas uma das outras. Esse número reduzido de barracos se deve ao fato de algumas famílias terem optado por morarem juntas, pelas dificuldades na obtenção dos materiais de construção.

Esses barracos (estruturas improvisadas) eram montadas com pendões de agave e revestidas de lona preta, papelão ou similares, às vezes com telha ou não. Constituíam-se, na realidade, em embriões de moradia, por serem extremamente reduzidas: Seu Artur, mestre-de-obras, morava com a esposa e um filho num espaço de 1,5m x 2,5m; Seu Chico, pedreiro e marceneiro, morava com a esposa e 8 filhos em um espaço de 4,0m x 3,0m; Francisco Canindé, agricultor, morava com a esposa e 6 filhos em um espaço de 3,0m x 2,5m.

Os Acampamentos do MST, em nível nacional, se estruturaram a partir do estabelecimento dos chamados Núcleos de Base, considerados como importantes instâncias de gestão. A organização desses Núcleos obedece a um princípio básico do Movimento, a saber: *toda família tem que estar nucleada, num espaço onde se discute, se propõe, se avalia e se encaminha* (MARTINS, 2001, p.6). Cada Núcleo, constituído, em geral, por dez a doze famílias, escolhe dois coordenadores (um homem e uma mulher) que deverão integrar a Coordenação do Acampamento, além de secretário e tesoureiro.

Essa Coordenação compartilhada é uma opção política do MST e procura resgatar a importância da participação da mulher na organização, além de estimular o seu desenvolvimento como sujeito social. Todas as discussões importantes do Acampamento são submetidas previamente aos Núcleos, procurando construir um consenso das idéias nesse espaço. A Assembléia é o lugar para o referendo das propostas. No caso do Acampamento Maria da Paz, foram formados seis Núcleos de Base, distribuídos de acordo com a Tabela 2 do Volume 2.

Para a definição do nome do Acampamento, foi realizada uma Assembléia, tendo sido consenso o nome Maria da Paz, numa homenagem

a uma militante de apenas dezesseis anos, que falecera em 1998, vítima de um acidente na comunidade de Lagoa do Serrote (próximo a João Câmara), durante uma marcha de protesto do MST.

Os momentos considerados mais críticos nessa fase de Acampamento, a partir dos relatos de algumas lideranças e dos próprios trabalhadores, foram as lutas para se conseguir água e alimento para as famílias, além da escola para os filhos. As soluções para esses e outros problemas identificados eram buscadas através de articulações (que se constituíam em verdadeiros confrontos) com a Prefeitura de João Câmara e a Superintendência do INCRA/RN. Para pressionar esses órgãos e também chamar a atenção da sociedade, os acampados do Maria da Paz interditaram, por duas vezes, a RN-120, em paralisações de protesto.

Após esses incidentes, os órgãos competentes adotaram algumas providências: construção de uma grande cisterna na área do Acampamento, abastecida através de carros-pipa da Prefeitura; distribuição de cestas básicas para as famílias; farmácia com medicamentos de primeiros-socorros; além de material como palha e lona para reforçar a estrutura dos barracos. Também foram disponibilizadas vagas para os filhos dos acampados na escola do Assentamento Marajó, situado próximo.

No relato sobre as atividades de lazer desenvolvidas no Acampamento, Pedro Neves destaca a realização das chamadas “noites culturais”, eventos realizados em torno de uma fogueira, montada próxima aos barracos centrais, onde os acampados se reuniam para assistir às místicas organizadas pelos Núcleos de Base. Estas se constituíam em encenações sobre o cotidiano daqueles grupos ou sobre problemas internos do próprio Acampamento, utilizando como linguagem as artes cênicas, a música e a poesia.

Em outras ocasiões, essas “rodas de fogueira”, que tinham a função de agregar as pessoas para uma convivência coletiva, se transformavam no espaço para se contarem histórias de vida (de cada uma das famílias), comemorar aniversários, organizar brincadeiras com as crianças e realizar

festas de forró. Além dessas místicas diárias, os jovens, principalmente, eram atraídos por atividades recreativas no Assentamento Marajó, como jogar capoeira e futebol de campo.

Na opinião de Seu Chico Santana, na fase do Acampamento vive-se mais o princípio da coletividade. Há um amplo entendimento de que a ocupação da terra se deu em razão de uma ação coletiva, da união de todos, que não seria possível de outra forma. A atenção e o interesse por tudo o que diz respeito ao Acampamento é também um aspecto positivo desse momento. Relata que, quando a militância procurava reunir as pessoas para dar alguma informação, todos se aproximavam interessados em ouvir e discutir. Havia uma maior participação nas questões de interesse comum.

Uma das dificuldades apontadas por ele para o desenvolvimento de qualquer atividade no Acampamento/Assentamento é a visão imediatista das bases e a falta de capacidade de organização destas. Como exemplo, destaca a aplicação dos créditos liberados pelo INCRA/RN (alimentação, moradia, fomento, entre outros) na fase de Assentamento, que demanda um planejamento cuidadoso. De modo geral, o que ocorre é que as bases pressionam a Direção do MST, para uma utilização imediata dos créditos, resultando quase sempre em problemas que poderiam ser evitados.

Com relação à estrutura familiar, tanto na fase de Acampamento quanto no Assentamento, Seu Chico Santana relata: não costuma haver muito diálogo entre seus membros, predominando, ainda, a figura machista e autoritária do pai, com reflexos na vida da esposa e dos filhos. A tendência das meninas é engravidarem ainda adolescentes e os rapazes, se envolverem com vícios de bebida e cigarro. As mulheres, embora o Movimento estimule a sua inserção nas diversas instâncias de decisão, ainda são criaturas oprimidas, que participam muito pouco nas reuniões.

Para Aroldo José Bezerra do Nascimento, Coordenador do Núcleo 2 - Paulo Freire, do Assentamento Maria da Paz, *havia mais união e solidariedade no acampamento, menos confusão, as pessoas também sentiam necessidade de ajudar, espontaneamente. Não havia tarefa*

definida, era tudo coletivo, como na limpeza geral e nas vigílias. Nessa época, havia também uma caixinha, onde todos contribuíam visando atender os problemas de saúde do grupo e dar suporte as ações da militância. Na opinião desse assentado, não havia fofocas, nada que prejudicasse. Tudo se conversava nas “rodas de fogueira”, até história de trancoso, ou então se ligava o rádio para escutar música, tudo era uma festa, tudo unido.

Um aspecto importante na trajetória dos assentamentos rurais nessa região, e que muda no processo de construção do Acampamento Maria da Paz, é relatado por uma das lideranças do Movimento: havia uma prática na implantação das áreas de Acampamento, que era construir os barracos apenas como forma de demarcar uma ocupação, mas as famílias não permaneciam no local, regressavam à cidade, voltando ao Acampamento eventualmente. Às vezes também podiam deixar alguém para demonstrar que não haviam abandonado a área.

Essa atitude, na opinião de Pedro Neves, inviabilizava a formação do Acampamento, enquanto um novo espaço de convivência social, de participação e de aprendizados coletivos. O Acampamento representa para ele um espaço onde se busca

desenvolver uma nova forma de pensar, de ver as coisas, de agir, de formar consciências. Em geral, é também um período melhor para se conviver, porque as pessoas são mais unidas, lutam pelo mesmo objetivo, que é a posse da terra, que ainda não foi alcançado, além de ter sempre ação e luta para fazer.

No sentido de reverter essa prática existente na região, o Movimento realiza todo um trabalho de sensibilização e acompanhamento político junto às famílias, desde o processo de organização da ocupação, de forma que essa nova visão venha a ser apreendida pelo grupo e se consolide. De acordo com esse dirigente, *a idéia é que as pessoas possam se apropriar do significado mais amplo da luta pela conquista da terra, compreendendo o contexto da reforma agrária no País e as causas da miséria e exclusão social em que vivem.*

Para a Direção Nacional do MST, a construção do Acampamento, na medida que estimula o aspecto do convívio e da participação, torna possível o desenvolvimento de uma consciência social. Nesse espaço, onde se reúnem pessoas simples com suas origens e histórias de vida, constrói-se uma nova estrutura social e desenvolvem-se diversos níveis de participação interna (grupos de base, equipes, setores, coordenação, assembléia, mobilizações), numa convivência intensa, bem diferente da situação anterior ao Acampamento. Assim, essas pessoas saem de um nível restrito de convívio e participação e se incorporam em uma estrutura social que proporciona e acelera esses aspectos (MARTINS, 2001).

Essa formação massiva, na visão do MST, deve ocorrer durante o planejamento da ocupação e na organização do acampamento, num processo que denominam de “educação em movimento”. É através das práticas sociais que se constituem no principal ambiente dos aprendizados do ser humano, que a militância procura formar sujeitos capazes de lutar pela construção de seus projetos de vida e de uma nova sociedade.

Outra questão que se constitui em um desafio para militantes e dirigentes do MST e que se coloca exatamente no momento do acampamento é a discussão de como planejar o futuro assentamento. Há uma percepção que precisa ser trabalhada com os acampados, pois tem sido historicamente incorporada no planejamento e organização desses espaços rurais, qual seja: privilegiar a variável econômica, em detrimento das outras dimensões da realidade. A luta do MST, segundo seus dirigentes, projeta-se para além do marco econômico, procurando contemplar as diversas esferas da vida humana.

Nesse sentido, foi realizado um esforço conjunto da UFRN (GERAH/GEPEM) e do MST no Acampamento/Assentamento Maria da Paz, visando construir coletivamente uma proposta de planejamento físico-territorial que pudesse integrar as diversas dimensões da realidade – ambiental, social, cultural, econômica e institucional, constituindo-se num processo de aprendizagem social, uma “prática educativa em

movimento”. Essa intervenção se inicia no ano 2000 (no Acampamento) e se implementa a partir de 2003 (no Assentamento).

Durante todo o período em que os acampados permaneceram na área, um ano e três meses, das 153 famílias que participaram da ocupação, apenas 55 resistiram até a entrada no Assentamento. Na visão de lideranças e assentados, diversos foram os fatores que desencadearam essa situação: as precárias condições de moradia; a escassez de comida; as limitações para plantar e criar animais na beira da estrada; as dificuldades de água para o consumo humano; falta de energia elétrica; a ausência de trabalho (alguns acampados se ocupavam nas feiras livres ou faziam biscates como limpeza na roça, carregação de mercadorias e faxinas domésticas); entre outras.

2.2 – O ASSENTAMENTO E A LUTA PARA CONCRETIZAR SONHOS

Do Acampamento ao Assentamento

A Secretaria Estadual do MST encaminhou ao INCRA/RN, em outubro de 2000, o Ofício nº 0146/00, solicitando, entre outras providências, a vistoria da Fazenda Buraco Seco, localizada no município de João Câmara/RN, com uma área total de 1.163, 0347 hectares, propriedade de Alexandre Maciel Arruda Câmara, visando instalar no local as famílias do Acampamento Maria da Paz.

Na seqüência, através de Decreto Presidencial publicado no Diário Oficial da União, em 22/11/2002, a área é declarada de interesse social para fins de reforma agrária. Após este ato legal, o INCRA/RN instituiu, através da Ordem de Serviço nº 19, de 12/06/2001, uma Comissão de Vistoria para efetuar um “Levantamento Preliminar de Dados e Informações do Imóvel” para comprovação do cumprimento da função social da propriedade, conforme definido no Art. 2º da Lei 4.504/64 (Estatuto da Terra) e nos termos da Lei nº 8.629/93 (com as alterações

estabelecidas na MP nº 2109 -52/01).

O proprietário do imóvel foi comunicado da realização do referido levantamento através do Ofício/INCRA nº 19, na mesma data da criação da Comissão, observando o que dispõe o Art. 2º da Lei nº 8.629/93:

Para os fins deste artigo, fica a União, através do órgão federal competente, autorizada a ingressar no imóvel de propriedade particular para levantamento de dados e informações, mediante comunicação escrita ao proprietário, preposto ou representante.

O trabalho da Comissão de Vistoria, formada por um engenheiro agrônomo e um topógrafo, realizado no período de 12/06 a 16/06/01, tinha como principal objetivo coletar informações sobre o imóvel, avaliar as condições de produtividade da propriedade rural, buscando verificar o cumprimento da função social desta e sua viabilidade para o assentamento de famílias, de forma a atender ao que estabelece o Plano Nacional de Reforma Agrária.

O Relatório Agrônomo de Fiscalização, baseado em parâmetros técnicos e legais, classificou o imóvel como Grande Propriedade Não Produtiva e concluiu ser viável a criação de um Projeto de Assentamento no local, com capacidade para assentar entre 44 e 59 famílias de trabalhadores rurais sem-terra. Tendo conhecimento do fato, através do Ofício/INCRA/SR- Nº 19 de 24/09/02, o proprietário do imóvel declara por escrito, na mesma data, estar ciente da classificação cadastral do imóvel, não tendo nada a opor com relação a essas informações. Não houve, portanto, impugnação administrativa por parte dele.

Em fevereiro de 2002 a Unidade Sindical de Apoio aos Trabalhadores na Agricultura de João Câmara - USATAG, por intermédio de seu presidente, Romão José da Silva, solicita formalmente à Procuradoria Geral do INCRA urgência na assinatura do Decreto de Desapropriação da Fazenda Buraco Seco, em razão de várias famílias de agricultores sem-terra estarem esperando acampadas, pacificamente, há bastante tempo.

Um dos procedimentos administrativos importantes nessa fase preliminar de desapropriação do imóvel é o licenciamento ambiental da área, solicitado pelo INCRA/RN ao Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA, órgão responsável no Estado pela implantação da Política de Controle e Preservação do Meio Ambiente. Essa formalidade legal consta da Resolução nº 289/2001 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e *visa estabelecer diretrizes e procedimentos de controle e gestão ambiental para orientar e disciplinar o uso e a exploração dos recursos naturais, assegurando a efetiva proteção do meio ambiente, nos projetos de assentamento de reforma agrária.* A principal função desse licenciamento é evitar riscos e danos ao ser humano e ao meio ambiente.

De acordo com a Resolução, a Licença Prévia tem por objetivo aprovar, ainda na fase preliminar, a localização e concepção do Projeto de Assentamento, sua viabilidade ambiental, além de estabelecer os requisitos básicos a serem atendidos na próxima fase do licenciamento, ou seja, nas Licenças de Instalação e Operação. Vale destacar que a primeira licença deverá ser expedida em momento anterior à obtenção de terra para a reforma agrária, antes, portanto, da edição do Decreto Expropriatório.

Os documentos legais necessários para a Licença Prévia, bem como o Relatório de Viabilidade Ambiental relativos ao Processo da Fazenda Buraco Seco, foram encaminhados ao IDEMA em junho de 2002, tendo esse Instituto se manifestado através do Parecer Técnico nº 1162/02, que concluiu:

Dependendo do tipo de monitoramento e fiscalização que se consiga empreender na área, ela não sofrerá impacto ambiental significativo em decorrência da sua ocupação e uso. Na verdade, desde que se façam os estudos necessários e se implantem programas visando à mitigação de impactos ambientais, entendemos que, em muitas áreas, a ocupação pelos trabalhadores rurais será benéfica do ponto de vista ambiental, sem falar no benefício socioeconômico que o Programa de Reforma Agrária proporciona, ao inserir parcela significativa da população no contexto produtivo, anteriormente excluídas do processo de produção. (2002, p.2)

Na expedição da Licença Prévia de nº 703/2002, o IDEMA/RN estabeleceu as condições abaixo relacionadas. O descumprimento destas implicará falta de natureza grave, acarretando a suspensão automática da licença.

1. O empreendedor deverá elaborar o Projeto de Assentamento de Trabalhadores Rurais na Fazenda Buraco Seco, de acordo com o descrito no Relatório de Viabilidade Ambiental, devendo qualquer alteração ser comunicada para prévia análise deste Instituto;

2. O empreendedor será responsável por qualquer dano ambiental, caso ocorra, devendo comunicar, de imediato, ao IDEMA;

3. O empreendedor deverá, no pedido de Licença de Instalação e Operação, apresentar proposta sucinta acerca de cursos e treinamentos abordando a questão ambiental, que deverão ser ministrados na área, de forma a promover o desenvolvimento sustentável da área do assentamento;

4. O empreendedor não poderá promover qualquer tipo de desmatamento sem a prévia autorização do IBAMA/RN;

5. O empreendedor deverá apresentar, no pedido da Licença de Instalação e Operação, a definição clara e precisa da área de preservação permanente e de Reserva Legal, bem como o Termo de Averbação respectivo no cartório competente;

6. O empreendedor deverá apresentar, no Pedido da Licença de Instalação e Operação, um Plano de Manejo Florestal para a área;

7. O Empreendedor deverá apresentar, no pedido da Licença de Instalação e Operação, o Projeto Básico, conforme preceitua a Resolução n* 289 de 25.10.01 do CONAMA, contemplando, além dos aspectos ali descritos, a existência de sítios arqueológicos na região;

8. O empreendedor deverá proibir terminantemente a caça e a apreensão de animais silvestres, de forma a evitar impactos na fauna existente;

9. O empreendedor deverá apresentar, no pedido da Licença de Instalação e Operação, a Outorga para Uso da Água a ser expedida pela

Secretaria Estadual de Recursos Hídricos - SERHID;

10. *O empreendedor deverá solicitar a renovação desta Licença ou da Licença de Instalação e Operação, 45 (quarenta e cinco) dias úteis antes do prazo de validade desta.*

Dois atos legais são fundamentais nesse processo: a imissão de posse da área, que se deu no dia 17/10/2003 e, logo após, a Portaria INCRA/SR -19/Nº17, de 4/11/2003, que cria o Assentamento Maria da Paz, prevendo a criação de 45 unidades agrícolas familiares. Ficava a partir de então autorizada a implantação e desenvolvimento desse Assentamento, que deverá ser realizada de forma descentralizada, com a efetiva participação dos beneficiários e o suporte operacional da Superintendência Regional, em articulação com a Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário.

Com a assinatura do Contrato de Assentamento firmado pelas famílias com o INCRA/RN, a entrada na área conquistada e a construção provisória dos barracos, iniciava-se a reconstrução de projetos de vida. Uma etapa difícil já fora vencida, a conquista da terra, mas a luta continuava. Era hora de buscar concretizar os sonhos, viabilizar o que fora discutido e planejado com a equipe da Universidade, ainda na fase de Acampamento.

O MST e a Organização do Assentamento

Com o objetivo de orientar a militância sobre as questões relacionadas à organização dos novos assentamentos, a Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil – CONCRAB (2001) elaborou a cartilha “O que levar em conta para a organização do Assentamento – a discussão no Acampamento”, um produto das experiências da Organização dos Assentamentos do MST e do debate interno na CONCRAB, sistematizado e organizado por Ademar Martins.

De acordo com a Direção Nacional do MST, que assina a apresentação, espera-se que com essa Cartilha os militantes tenham

condições de compreender as necessárias mudanças nos

assentamentos em vistas de obtermos ao longo prazo pessoas com novos hábitos, condutas e valores, construindo na prática este novo homem e esta nova mulher, mais plena, mais liberta e mais consciente de seu papel histórico junto à classe trabalhadora e a revolução brasileira (MARTINS, 2001, p.5)

O centro dessa proposta contempla, segundo os autores, a combinação de sete ações básicas que deverão ser discutidas ainda no acampamento e irão garantir a estrutura mínima de um novo assentamento, com a marca do MST. São elas:

1)O Controle Político sobre o Projeto de Assentamento e o Corte da Área

O controle sobre a elaboração do Projeto de Assentamento e o respectivo corte da área são fundamentais, pois esses temas são prioridades nas discussões internas no acampamento e uma ferramenta para garantir o que foi aprovado nas bases.

2)O Sorteio em Grupos de Família

Esse procedimento, adotado já em vários estados, fruto das pressões do MST junto ao INCRA, significa que cada família

acampada deverá procurar outras famílias com a qual se identifica, organizando assim um grupo, para que durante o sorteio esse agrupamento de famílias fique reunido numa mesma localidade no futuro assentamento. Em muitos casos mantém-se o próprio grupo de famílias do acampamento como base para o sorteio. Evita-se, assim, a dispersão das famílias que por diversas razões se conhecem e são amigas (MARTINS, 2001, p.10).

O sorteio em grupos de família representa um primeiro passo para as futuras formas de cooperação no assentamento, tanto no aspecto social quanto no econômico. As famílias acampadas, além da organização dos grupos, também podem definir, após discussões, a localização dos seus lotes de moradia e de produção, dispensando assim o sorteio geral dos grupos. O INCRA deverá, nesses casos, aceitar a decisão interna das famílias, consolidando a organização dos grupos de base.

3)O Processo de Titulação

A idéia do MST é romper com o que chama de “propriedade privada do lote da terra”, um sentimento de posse que não garante a produção e a prosperidade das famílias assentadas. Por isso, propõe a discussão com os acampados e com o INCRA, a necessidade de se estabelecer um processo de titulação que resulte no Título de Concessão Real de Uso da Terra, que garante o uso da terra, como também o usufruto das demais gerações que queiram ficar vivendo na terra e produzindo.

A diferença desse título para o atual - o Título Privado da Terra - é que este último favorece e estimula a venda da terra e o outro não, pois garante a posse da terra e não a sua propriedade. Segundo a Cartilha, isto não quer dizer que o futuro assentado poderá

perder a terra em função de mudanças de governo ou de políticas fundiárias. Ela garante a posse da terra para as famílias que desejarem ficar nela, como também garantirá o seu uso pelos filhos e netos. A diferença é quando a família desistir da terra, ela receberá o valor daquilo que ela construiu com o seu suor e não será pago nada pela terra, visto que ela é um bem da natureza e, portanto de toda a sociedade, não devendo ser objeto de compra e venda ou “negociata”. Afinal nenhum assentado comprou a terra onde ela está (MARTINS, 2001, p.12)

Um outro aspecto da questão da titulação diz respeito à garantia, no caso do casal, do título em nome da mulher e do homem, e não apenas em nome do (a) cadastrado (a). Na visão do MST, a figura do cadastrado criada pelo INCRA apenas reforça o machismo nos assentamentos, trazendo transtornos para as famílias. Portanto, a proposta do Movimento é no sentido de que o processo de titulação, desde o início, deverá ter o nome da mulher e do homem, quando se tratar de casais. Isso também permite às mulheres condições de comprovarem a sua profissão de agricultoras (e com isso, garantir no futuro sua aposentadoria), e se colocarem num patamar de igualdade com os homens, discutindo o destino dos recursos/créditos, o planejamento do lote e da produção.

4)A Organização da Moradia

É fundamental a discussão com os acampados sobre a forma de organização das moradias no futuro assentamento. Segundo o MST, as

propostas de agrovilas do INCRA, principalmente aquelas desenvolvidas nas Regiões Centro-Oeste e Norte, desestimulam o Movimento a adotá-las, por duas razões: a longa distância da agrovila do lote de trabalho e a proximidade das casas na agrovila, onde se criam problemas, devido à invasão de animais dos vizinhos nos quintais, etc.

Na Região Nordeste, não existem estudos abordando essa temática específica, constituindo-se a Tese de Doutorado da Profa. Amadja Henrique Borges, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN, uma importante referência teórica. A perspectiva do MST/RN é que o processo de planejamento construído no Assentamento Maria da Paz, possa constituir-se em referência, para os assentamentos coordenados pelo Movimento nessa região.

5)A Organização dos Núcleos de Base

Esses agrupamentos reúnem as famílias que se identificam e trabalham de forma coletiva nos Acampamentos/Assentamentos, considerando sempre o número total de famílias (ver Tabela 3 no Volume 2). Dois coordenadores são eleitos por todos os membros do Núcleo, um homem e uma mulher, que deverão compor a Coordenação do Assentamento. Todas as discussões importantes deverão ser antes submetidas aos Núcleos de Base, deixando as Assembléias apenas para o referendo das propostas.

É importante manter, de acordo com o Movimento, uma pauta comum (definida previamente pela Coordenação do Assentamento) para todos os Núcleos debaterem, com propostas claras e pontuais. Outra medida se refere à capacitação dos (as) coordenadores (as), que devem aprender a coordenar uma reunião, registrar em ata as decisões do Núcleo e desenvolver as místicas nas reuniões.

6)A Organização da Produção e da Cooperação Agrícola

De acordo com o MST, é através do Plano de Produção do Assentamento que se define a estratégia econômica das famílias e as formas de cooperação a serem adotadas na produção. Isso tem reflexos na organização físico-territorial, devendo ser pensado de forma integrada.

Esse Plano deverá levar em conta as necessidades básicas de alimentação das famílias e a produção e industrialização para o abastecimento do mercado local e regional. O que se busca é que cada família assentada tenha uma renda mínima, se possível mensal, considerando a diversificação da produção.

Para o Movimento, é importante discutir nesse Plano os aspectos ambientais e tecnológicos da produção e estimular um novo jeito de produzir, através da implantação de sistemas agroecológicos, mas adaptados às condições da agricultura familiar. Para tanto, a assistência técnica deverá estar voltada para garantir esse processo e capacitar os assentados para que dominem os princípios e as práticas agroecológicas. E, por fim, o controle dos créditos visando a uma aplicação correta dos recursos. A idéia a ser discutida com as famílias é que esses créditos devem estar vinculados ao Plano de Produção e fortalecer as formas de cooperação adotadas.

7)A Formação como Método de Acompanhamento e Qualificação da Consciência

O último aspecto a ser considerado nesse processo de organização dos novos assentamentos se refere à formação. Para o MST, formação compreende não apenas aquela que se dá nas escolas, consideradas como pontos de difusão de idéias e propostas, mas também como um método de acompanhamento do assentamento, uma formação “em movimento”.

De acordo com a Cartilha, tal Formação deverá ser pensada em dois níveis: Massiva, de forma a atingir todos os assentados, seja através dos Cursos de Formação Integrados na Produção, sejam através das Jornadas da Reforma Agrária e, mais recentemente, das Brigadas de Formação; Lideranças e Militantes, voltados para uma formação ideológica, que busque avançar rumo à consciência de classe.

Não se pode esquecer da importância dos Núcleos de Base, cujos coordenadores (as) precisam ser capacitados (as) e necessitam de materiais de estudo (Jornal Sem Terra, revistas, cartilhas publicadas e livros), estimulando a prática da leitura e do estudo. As representações

estaduais deverão organizar um Curso para a Formação da Juventude, com o objetivo de

qualificar consciências sociais e também qualificar no sentido dos aspectos organizativos internos do assentamento, como, por exemplo, desenvolver habilidades na agropecuária, na tecnologia de alimentos, habilidades para a promoção do esporte e da cultura (MARTINS, 2001, p.18).

A Construção de uma Referência

O momento de entrada dos acampados na antiga Fazenda Buraco Seco representou não apenas a concretização do sonho de conquistar a terra, mas a perspectiva da construção de um novo Projeto de Assentamento, uma referência na área de planejamento físico-ambiental, a partir de uma parceria entre o MST, a UFRN (GERAH/GEPEM) e o INCRA/RN.

A metodologia implementada no Assentamento Maria da Paz, fruto de experiências desenvolvidas pela UFRN (DARQ) desde 1994 (integrando o conhecimento teórico da Pesquisa com atividades de Extensão), procura: incorporar a dimensão socioambiental na proposta de Parcelamento do Solo e no Programa Produtivo da área; estabelecer alternativas para a construção de habitações, equipamentos sociais e de produção, no que se refere à concepção arquitetônica, ao método construtivo e ao processo de construção (auto-gestão); construir no contexto das práticas sociais um processo de educação ambiental dentro de uma perspectiva crítica e emancipatória.

O processo de intervenção no Assentamento Maria da Paz (detalhado no Capítulo 3) resultou de uma demanda da Direção Estadual do MST ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo – DARQ da UFRN, através da Disciplina Ateliê Integrado, iniciando-se no ano de 2002, no Acampamento Maria da Paz.

Para compreender a inserção da Universidade Federal nesse processo e a importante contribuição do DARQ na assessoria a movimentos sociais urbanos e, mais especificamente, ao MST na construção de seus *habitats*, procederemos a um breve relato das experiências desenvolvidas pelo GERAH, através do depoimento da Profa. Amadja Henrique Borges.

No final dos anos 80 e início da década de 90, ocorreram importantes debates no âmbito do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN, num amplo processo de avaliação curricular que culmina com uma nova proposta de Projeto Político Pedagógico – PPP. Essa alteração possibilitou a inserção da Disciplina Assessoria aos Movimentos Sociais no 8º período do Curso, cujo enfoque passou a ser contemplado nas Disciplinas Estudos Urbanos e Regionais, Projeto Arquitetônico e Tecnologia da Construção. A relação do Ensino com a Extensão, que já era desenvolvida assistematicamente no Curso, insere-se na estrutura curricular e nas demais atividades fins dos professores e alunos.

Na construção dessa reforma curricular, vale destacar a importante contribuição das discussões realizadas pela Federação Nacional dos Arquitetos - FNA e seus sindicatos, sobre a Reforma Urbana e a Assembléia Nacional Constituinte, nas quais tiveram participação ativa alguns docentes da UFRN, entre os quais vários professores do DARQ. Esse momento, rico de discussões, possibilitou uma aproximação dos docentes com diferentes movimentos sociais e a incorporação de novos elementos, que vieram enriquecer as metodologias adotadas. Além disso, as contribuições teóricas de autores como Carlos Nelson dos Santos, Vincent Del Rio, Carlos Rodrigues Brandão e Léfèbvre foram determinantes na concepção metodológica da nova disciplina.

Carlos Nelson dos Santos e Vincent Del Rio são arquitetos, nascidos no Rio de Janeiro, o primeiro já falecido, com atuações destacadas nas décadas de 70 e 80, respectivamente, através de propostas inovadoras nas áreas de Planejamento Urbano e de Projeto de Arquitetura. O trabalho desenvolvido por Carlos Nelson dos Santos no bairro de Catumbi - RJ,

assessorando movimentos sociais, introduz no cotidiano do planejamento uma preocupação maior com os problemas e anseios das comunidades, contrapondo-se a fase de grandes projetos urbanísticos, desvinculados das necessidades das populações envolvidas. Vincent Del Rio estabelece as suas propostas, tendo como referência a metodologia concebida pelo arquiteto americano Kelvin Lynch, que resgata as necessidades cotidianas dos sujeitos no desenho urbano, introduzindo no seu trabalho elementos da Psicologia Social.

A chamada Pesquisa Participante, prática que visualiza participação, investigação e ação educativas como momentos de um mesmo processo, tem sido bastante utilizada em trabalhos desenvolvidos junto a setores populares da sociedade. Um dos seus principais teóricos no Brasil é Carlos Rodrigues Brandão. Essa metodologia propõe a apropriação coletiva do saber, culminando na transformação dos atores sociais envolvidos em sujeitos políticos, capazes de reivindicar, de maneira consciente e organizada, uma participação efetiva na comunidade a que pertencem.

A contribuição de Léfèbvre, principal referência teórico-metodológica da Tese de Doutorado da Profa. Amadja “MST: Habitats em Movimento”, também foi fundamental para a Disciplina Assessoria aos Movimentos Sociais. Na visão desse autor, o *habitat* constitui um conjunto, às vezes

coerente e pleno de contradições, de conflitos virtuais ou atuais e que tem mudado em função de totalidades que constituem a cultura, a civilização, a sociedade numa escala global: as relações e os modos de produção, as estruturas e as superestruturas (LEFEBVRE, 1970, p.159 citado por BORGES, 2002, p.35).

A perspectiva conceitual do *habitat* nos assentamentos dos Projetos de Reforma Agrária - Pas, trabalhados pela Profa. Amadja (2002, p.36), tem um significado amplo, comporta a

casa, seus arredores, o lote, o assentamento ou parte contíguos deste e, em áreas com muitos assentamentos, quase que ultrapassa o limite estrutural. Ele está inserido na

vida cotidiana de seus moradores, que não têm espaço e tempo rigorosamente divididos entre seus momentos de vida familiar, organizativa, de trabalho e de lazer. Portanto, a palavra *habitat* contempla semanticamente a generalização e a especificidade de seu significado.

A Disciplina Assessoramento aos Movimentos Sociais tem como objetivos principais a aplicação de conhecimentos técnico-científicos da área de Arquitetura e Urbanismo, em prol das camadas menos favorecidas da sociedade, e ao mesmo tempo, a capacitação dos alunos no sentido de conhecerem e refletirem sobre a realidade dessas comunidades, desenvolvendo atividades voltadas para a solução dos seus problemas. Foram realizados trabalhos junto ao Sindicato dos Garis de Natal, a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Cidade Satélite, ao MST/RN, entre outros. A cada semestre se estabelecia uma determinada temática, em função das demandas apresentadas pelos Movimentos Sociais.

No primeiro semestre de 1994, a presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – ADURN, Maria Cristina de Moraes, a convite da Direção Estadual do MST, realizou uma visita ao Assentamento Zabelê, recém-implantado no município de Touros/RN. Constatou na oportunidade a difícil situação das famílias ali instaladas, entre outros fatores, pela ausência de um processo de planejamento físico-territorial. Diante desse fato, a professora sugeriu aos colegas responsáveis pela Disciplina naquele semestre a assessoria técnica na organização espacial e nos projetos das estruturas edificadas (habitação, equipamentos comunitários e de produção) daquele Assentamento. A partir de então, esse tipo de trabalho ampliou o universo de atuação do Curso de Arquitetura e Urbanismo, que até então se restringia ao contexto urbano.

A primeira experiência nesse sentido ocorre no próprio Assentamento Zabelê, constituído por 337 famílias instaladas em 3 agrovilas, numa área de 10.063,64 ha. Nesse trabalho participaram a Prof^a. Amadja, responsável pela Disciplina Estudos Urbanos e Regionais e o Prof^o. Rubenilson Brandão, da Disciplina Tecnologia da Construção. As

atividades desenvolvidas compreendiam as fases de estudo da realidade e a elaboração de projetos executivos referente ao *habitat*.

As orientações propostas pela equipe da Universidade foram encaminhadas ao MST e ao INCRA/RN. Este último realizou modificações nos projetos, incorporando algumas das soluções propostas e abandonando outras, sem convocar a equipe para realizar os ajustes necessários. A falta de continuidade no processo decisório fez com que, na experiência seguinte (Assentamento Santa Terezinha), a UFRN/DARQ restringisse sua assessoria ao MST.

No semestre seguinte, observando o critério de alternância de enfoques, conforme discussões anteriores dos professores do Curso, a temática seria relativa ao contexto urbano. Em 1995, a intervenção foi no Assentamento Santa Terezinha no município de João Câmara, com 89 famílias e uma área de 2.391,00 ha. As propostas elaboradas contemplavam a questão do *habitat* e da tecnologia da habitação, tendo sido introduzido o sistema solo-cimento. Nesse processo, foram utilizadas maquetes do *habitat* e das estruturas edificadas, visando uma melhor apreensão das informações por parte dos assentados.

Na seqüência, no início de 1996, a atuação da equipe se volta para o município de Bento Fernandes, o Assentamento Terra, Trabalho e Liberdade, composto de três agrovilas: Madalena (30 famílias e área de 767,00 ha), Liberdade (22 famílias e área de 574,00 ha) e 7 de Julho (12 famílias e área de 175,00 ha). Ainda no início das atividades de campo, os professores das Universidades Federais do País deflagraram uma greve. Os trabalhos no Assentamento tiveram continuidade apenas nas Disciplinas de Projeto e Tecnologia da Construção, ministradas, na época, por uma professora substituta. Ao final da referida greve, através da Disciplina Estudos Urbanos e Regionais foi realizado o primeiro levantamento sobre a situação dos *habitats* do MST no Estado.

De 1997 a 2000, a Prof^a Amadja licencia-se da UFRN para fazer Doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUSP, priorizando e aprofundando a temática da

configuração espacial dos *habitats* do MST. Após seu retorno, em 2001, retoma os contatos com a Direção Estadual do Movimento, elaborando os projetos do Centro de Formação Política do MST, no município de Ceará - Mirim/RN (com capacidade para 100 militantes) e a reforma do Campus de Nova Cruz/RN, para equipá-lo com alojamentos e demais dependências para militantes do MST de todo o Nordeste, alunos do Curso de Pedagogia da Terra (parceria UFRN/GEPEM e INCRA/RN).

Nesse mesmo período (2001/2002), já tendo consolidado o seu 4º PPD, o Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN estabelece a Disciplina Ateliê Integrado, reunindo as Disciplinas Assessoria aos Movimentos Sociais e Projeto de Arquitetura, numa forma de complementar a metodologia que já vinha sendo desenvolvida desde 1994, com as diretrizes propostas na Tese referida. Também se constitui o Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat – GERAH, coordenado pela Profª Amadja, estabelecendo como recorte espacial os assentamentos originários da luta do MST, com prioridade para aqueles em fase de Acampamento.

A opção de iniciar a atuação do GERAH desde o Acampamento se deve, segundo a professora, *à consciência de que é nesse momento que a maioria dos trabalhadores cresce politicamente e tem uma maior solidariedade com os vizinhos, assim como uma maior receptividade pelo novo, pelas transformações, como constata o próprio Movimento:*

De certa forma, podemos destacar, tomando como referência a história da águia e as galinhas, onde os Sem-Terra foram águias no momento do vôo para a ocupação, os que ficaram para trás foram as galinhas, mas aos poucos no meio em que estamos, voltamos a ser galinhas, pois paramos em um lugar fixo para “ciscar” em torno de nossos interesses da revolução. Dessa forma, construímos nossa nova existência com elementos da velha cultura, que nos faz perder o caráter extraordinário do primeiro momento (BOGGO, 2000, p 66-67 citado por BORGES, 2004).

Um outro aspecto importante, nesse sentido, se refere à dificuldade de se desenvolver um processo de pesquisa participante quando os

beneficiários já se encontram na terra e de posse dos créditos, desejosos de implantar de imediato o Assentamento.

No segundo semestre de 2002, os professores Marcelo Tinôco e Amadja Borges definiram como tema da Disciplina Ateliê Integrado, uma pesquisa participante junto ao Acampamento Maria da Paz, em João Câmara. Nesse trabalho foram elaboradas propostas preliminares relativas ao Parcelamento do Solo do futuro Assentamento e a construção de habitações, equipamentos sociais e de produção. Os estudos realizados no âmbito do Ensino, serviram de base para o Projeto de Extensão desenvolvido no PA Maria da Paz, no período de 2003/2004 (Convênio de Cooperação Técnica entre a UFRN e o INCRA/RN).

Dentre os procedimentos técnicos e administrativos estabelecidos pelo INCRA/RN na fase de implantação do Projeto de Assentamento (Norma de Execução INCRA Nº 2, de 28/03/2001) está a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, realizado por empresa contratada. No caso do PA Maria da Paz, o convênio para elaboração do PDA foi celebrado em 2003, com a Associação Estadual de Cooperação Agrícola do Rio Grande do Norte – AESCA, entidade ligada à Direção Estadual do MST.

No sentido de articular as ações a serem desenvolvidas pela UFRN (GERAH/GEPEM) e a AESCA, no Assentamento Maria da Paz, foi realizada uma parceria técnica entre as duas equipes, visando subsidiar a elaboração do PDA. As informações e materiais produzidos pela Universidade, relativos ao Diagnóstico do Meio Natural (clima, solos, relevo, recursos hídricos, vegetação, entre outros), a proposta de Zoneamento Agroecológico, ao Projeto de Parcelamento do Solo (*local do habitat*, lotes de produção tanto coletiva quanto familiar, Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente) e ao Projeto das estruturas edificadas (habitação, equipamentos sociais e de produção) foram compartilhados com a equipe da AESCA, que disponibilizou, por sua vez, os resultados do Diagnóstico do Meio Socioeconômico e Cultural.

De acordo com o INCRA, o PDA se materializa na forma de Programas Temáticos, que são: Organização Territorial, no qual se estabelece a proposta de Parcelamento do Solo do Assentamento; Programa Produtivo, no qual se definem as atividades produtivas, além de aspectos ligados a mercado, comercialização e abastecimento; Programa Social, relacionado aos setores de Saúde e Saneamento, Habitação, Educação, Cultura e Lazer; e o Programa Ambiental, que trata da conservação dos recursos naturais, recuperação de áreas degradadas e adoção de práticas de educação ambiental.

3.0 - Educação Ambiental e a Construção do Conhecimento



3.0 – Educação Ambiental e a Construção do Conhecimento

3.1 – O DESAFIO DE CONSTRUIR A VÁRIAS MÃOS

Os Primeiros Diálogos

A intervenção conjunta da UFRN (GERAH/GEPEM) e do MST no Assentamento Maria da Paz, com o apoio do INCRA/RN, foi planejada/ implementada no sentido de contribuir para o processo de emancipação da comunidade e possibilitar, entre outros resultados, a construção a “várias mãos” do Projeto de Parcelamento do Solo, dentro de uma perspectiva de sustentabilidade socioambiental. Esse processo, que teve início ainda na fase de Acampamento, está se consolidando na implantação do Assentamento: o *habitat* se encontra instalado e as moradias projetadas já foram concluídas através de um processo de auto-gestão. Na seqüência, serão demarcados os lotes de produção familiar, as áreas de uso coletivo e de proteção ambiental, paralelamente à implementação do Plano de Produção. Nesse processo de aprendizagem social foi determinante o compromisso de todos os agentes envolvidos, no sentido de construir no Assentamento Maria da Paz um projeto de referência e contribuir para a concretização de projetos de vida. Paulo Freire (1983, p.93) nos lembra em “Pedagogia do Oprimido” que, para haver o diálogo, *esse encontro de sujeitos mediatizados pelo mundo, é necessário um profundo amor ao mundo e aos homens*, estar-se realmente comprometido com a sua causa.

Analisar todo esse processo a partir dos encontros realizados com os quatro Núcleos de Base e a Coordenação do Assentamento demanda uma reconstituição de momentos importantes que os antecederam. A pesquisa-ação no Acampamento Maria da Paz teve início no ano de 2002, quando a Direção Estadual do MST procurou a UFRN, através do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, para uma assessoria na organização espacial do futuro assentamento e dos projetos das

habitações e equipamentos comunitários (ver Capítulo 2.0). Enquanto Projeto de Extensão, esse trabalho coordenado pela Prof^a Amadja Henrique Borges, com a participação do Prof^o Marcelo Tinoco, passou por toda uma etapa de planejamento junto aos estudantes, com aulas expositivas sobre a temática “reforma agrária/assentamentos rurais”, palestras com técnicos do INCRA/RN e militantes do MST, exposição de vídeos, entre outros. Ainda como parte desse processo, foram organizadas excursões aos assentamentos coordenados pelo MST na Microrregião de Baixa Verde, visando identificar as características físicas e socioeconômicas locais e os principais problemas identificados pela comunidade, além de procurar apontar possíveis alternativas de solução.

As primeiras visitas ao Acampamento ocorreram em março desse mesmo ano (2002), quando alunos e professores da Disciplina Ateliê Integrado foram apresentados à comunidade por membros da Direção Regional do MST. Na oportunidade, a equipe da Universidade conheceu as lideranças locais (os Coordenadores de Núcleos), expondo para o Grupo os seus objetivos enquanto trabalho de assessoria, avaliou as condições de organização do espaço e, procurou identificar, através de conversas informais com as famílias, seus hábitos e expectativas com relação ao futuro assentamento. No segundo momento, ocorreram debates entre professores e alunos, no sentido de definir a metodologia a ser adotada no estudo da realidade. Como referências teóricas desse trabalho têm-se Kevin Lynch e Vincent Del Rio, com o desenho do cotidiano, e Lefebvre, a partir da concepção de espaço vivido, percebido e concebido pelo grupo social.

Com essa perspectiva, foram elaborados pelos professores diversos questionários (com orientações sobre a forma de aplicação e posterior tabulação), abordando os seguintes temas: a) Identificação dos Acampados - número de famílias e Coordenadores de Núcleos; tamanho das famílias e faixas etárias; nível de escolaridade das famílias; relação do acampado com o MST; b) Condições de Vida antes do Acampamento - principais caminhos já percorridos pelos acampados; tipologia dos *habitats* de

origem dos acampados; comparação entre o passado e o presente; c) Sonhos, Desejos e Perspectivas - para o assentamento; quanto ao local de moradia; quanto aos equipamentos comunitários; quanto à moradia. Esse processo de investigação social deveria caracterizar-se pelo respeito aos valores culturais locais e privilegiar a participação dos acampados enquanto sujeitos da pesquisa, suscitando-lhes a uma reflexão crítica de sua própria realidade.

A pesquisa contemplou um universo de 45 famílias, das 86 instaladas no Acampamento, num total de 230 pessoas (distribuídas entre os seis Núcleos de Base - ver Tabela 02 no Volume 2) e seus resultados apontam, de forma resumida, para a seguinte conclusão:

O Acampamento é constituído basicamente de famílias originárias do estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente, do município de João Câmara, e na sua grande maioria, residentes na zona urbana (periferia da cidade). Não exercem militância no MST, limitando-se a cooperar nas atividades de manutenção cotidianas do Acampamento. Um percentual maior de famílias está acampada pela primeira vez, embora algumas revelem já terem vivido experiências em assentamentos da região estando, atualmente, buscando uma nova oportunidade. As expectativas desses acampados, de modo geral, é poder ter um pedaço de terra para nela produzir e tirar o sustento da família, comercializando o excedente. E como sonhos e desejos, destacaram a irrigação para as áreas de produção, melhores condições de saúde e educação, água encanada e energia elétrica (SANTOS, 2002).

A forma de produção, se coletiva ou individual, dividiu o grupo, o que evidencia os diferentes interesses e as distintas trajetórias de vida, que não parecem tão determinantes no momento da conquista da terra, mas que emergem e vão gerar conflitos no Assentamento. Quanto à organização físico-territorial, um aspecto importante citado pelos acampados foi com relação à distância dos locais de moradia (no habitat) com as áreas de produção. De acordo com depoimentos, essa questão já

havia gerado até desistência por parte de assentados, em situações anteriores. No que se refere à moradia, reivindicam que a casa seja mais ampla, de forma a realmente cumprir o seu papel de abrigo e aglutinador social, respeitando os limites de cada individualidade (SANTOS, 2002).

Após a sistematização e análise dos dados, procedeu-se a uma discussão em sala de aula, visando definir os caminhos a seguir com relação à proposta do *habitat*. Como suporte teórico importante havia a Tese da Professora Amadja *MST: Habitats em Movimento* (2002) e, como subsídio técnico, o *Relatório Preliminar de Dados e Informações – Relatório Agrônomo de Fiscalização* elaborado por engenheiros agrônomos do INCRA/RN, na avaliação do imóvel para desapropriação. Quanto ao processo construtivo, os estudantes tiveram aulas sobre métodos alternativos de construção e assistiram à exposição do Arquiteto Márcio Pititinga da Caixa Econômica Federal, que apresentou uma experiência de construção de casas em taipa, utilizando painéis modulados, no município de João Câmara, na época dos abalos sísmicos.

As propostas elaboradas pelos alunos, sob a orientação dos professores, incluíam desenhos e maquetes com as diversas formas de *habitat* estudados pela Professora Amadja. O *habitat* pode ser entendido como o local destinado à moradia da população (a chamada “agrovila”), com lotes de moradia, áreas para equipamentos comunitários e arruamento, sendo classificados em concentrados, dispersos e mistos. No primeiro caso, as moradias e alguns serviços coletivos estão reunidos num mesmo espaço, separados da área de trabalho. A segunda situação se caracteriza por apresentar as moradias localizadas no próprio lote de trabalho. E a última mescla elementos das duas primeiras alternativas.

Como fatores importantes a serem observados na definição do *habitat*, temos a experiência vivida e as tradições culturais do grupo social (BORGES, 2002). O *habitat* do tipo concentrado, voltado para uma forma de convívio mais coletiva, tem sido a alternativa adotada pela maioria dos assentamentos rurais no Nordeste. Além da proposta do *habitat*, foram

projetados, visando submeter à discussão da comunidade, os seguintes equipamentos: escola, creche, posto de saúde, praça, restaurante coletivo, alojamentos, oficina de trator, entreposto comercial, entre outros.

Em março de 2003, no período em que se realizaria a discussão das propostas com os acampados, a comunidade recebe a visita de militantes do MST do estado de Goiás, que trazem para o grupo uma experiência de *habitat* típica das Regiões Sul e Sudeste, cujas condições físico-ambientais, socioeconômicas e culturais são diferentes da situação do Nordeste. Esses militantes conseguem sensibilizar os acampados de que a melhor alternativa é morar no próprio lote de trabalho. Na Assembléia realizada no Acampamento, a comunidade votou pela proposta do *habitat disperso*, contrariando uma expectativa da própria equipe da Universidade, que considerava o *habitat concentrado* o que melhor se adequava à realidade local.

Os projetos de parcelamento do solo e das estruturas edificadas foram então desenvolvidos levando-se em conta a proposta escolhida pelo grupo e respeitando-se a decisão da maioria, dentro de um processo democrático. No caso específico das habitações, foram trabalhados dois projetos piloto para discussão posterior: um utilizando o sistema tradicional de alvenaria e outro adotando o processo construtivo em taipa, através da tecnologia dos painéis modulados. Todos os projetos eram acompanhados de seus respectivos orçamentos.

Trancorridos oito meses após essas discussões no Acampamento, em novembro de 2003, o INCRA/RN realiza o ato de imissão de posse do Assentamento Maria da Paz. Das 86 famílias cadastradas, apenas 45 foram selecionadas, considerando critérios estabelecidos por esse Órgão, relativos à capacidade de carga da área. As 41 famílias restantes foram encaminhadas para outros imóveis desapropriados na região. Esse momento representou, a partir do depoimento de ex-acampados, não apenas a concretização do sonho de conquistar a terra, mas a perspectiva

de construir nesse novo lugar uma vida melhor e mais digna para as famílias.

Nesse mesmo período (nov./dez. de 2003), a Direção Estadual do MST retoma o diálogo com a equipe da Universidade, no sentido de rediscutir os projetos apresentados no Acampamento, visando à sua implantação, dado que alguns recursos já haviam sido liberados pelo INCRA/RN, inclusive o Crédito Habitação. A estrutura original dos Núcleos de Base havia sofrido alterações, tendo se constituído apenas quatro Núcleos para o conjunto das 45 famílias (ver Tabela 3 no Volume 2). Para deliberar sobre essas questões, ocorre uma reunião na cidade de João Câmara, na sede do Sindicato dos Professores, envolvendo a Universidade, a Direção Regional do Movimento e os representantes da Coordenação do Assentamento.

Integrando a Dimensão Ambiental

A nossa atuação junto ao Assentamento Maria da Paz, integrando a equipe da UFRN/GERAH (e enquanto Doutoranda do GEPEN), inicia-se exatamente nessa reunião, quando nos propusemos, inicialmente, a avaliar e aprofundar as informações relativas à dimensão ambiental, visando subsidiar o Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, através dos Programas de Organização Territorial, de Produção e Ambiental. A nossa perspectiva era, a partir do inventário do meio natural, realizado por uma equipe interdisciplinar, elaborar uma proposta de Zoneamento Agroecológico, contribuindo para o planejamento físico-territorial da área, dentro de uma visão de sustentabilidade socioambiental. A construção a “várias mãos” do Projeto de Parcelamento do Solo deveria se constituir em um processo de aprendizagem social, de produção de novos conhecimentos, valores e atitudes com relação ao meio ambiente.

Diante da necessidade de realizar um levantamento detalhado, tanto dos aspectos do meio natural quanto socioeconômico e cultural, tendo em vista a elaboração do PDA pela equipe da AESCA (ver Capítulo

2), foi acordado nessa mesma reunião que o início da implantação do Assentamento só se daria a partir da conclusão desses novos estudos. A questão da forma do *habitat* foi então retomada, tendo sido apresentada ao Grupo todas as propostas anteriormente discutidas. Nessa ocasião, o consenso apontava para o *habitat do tipo concentrado*, entre outras razões, pelas condições de proximidade da infra-estrutura e dos equipamentos comunitários, o que reduziria custos na implantação. Alguns ajustes ainda foram feitos no desenho original, visando ampliar os lotes de moradia (para permitir pequenas atividades produtivas) e manter espaços livres no final dos lotes (o que refletia o desejo de privacidade com relação aos vizinhos).

No processo de reavaliação dos projetos, dois aspectos merecem registro: a decisão coletiva de aguardar os resultados dos novos estudos, que deveriam orientar a implantação do Assentamento, e a oportunidade de rediscutir a forma do *habitat*, aprofundando mais essa questão. Naquela oportunidade, o INCRA/RN já havia liberado, antes mesmo da elaboração do PDA, recursos para a construção das casas, gerando conflito entre as necessidades imediatas de moradia e aquelas relativas à organização físico-territorial da área. Esse fato vem ocorrendo na maioria dos assentamentos no Estado, inviabilizando qualquer possibilidade de planejamento espacial. Como consequência, temos *habitats* localizados em áreas impróprias (solos propícios para a produção e/ou áreas alagadiças), situados distantes dos lotes de produção; Áreas de Preservação Permanente, no entorno de mananciais hídricos, desmatadas para efeito de produção agrícola; a área de Reserva Legal sem um uso sustentado, em processo de degradação; e casas de construção ainda recentes já apresentando problemas de rachaduras (comprometendo, inclusive, a segurança das famílias), mal dimensionadas e sem observar critérios mínimos de funcionalidade e conforto ambiental.

Para evitar que essa situação se reproduzisse no Assentamento Maria da Paz, foram realizados vários encontros com os assentados, no sentido de avaliar as consequências de iniciar a implantação do

Assentamento sem um planejamento criterioso, de construir as moradias e demais estruturas edificadas sem uma orientação técnica que pudesse contribuir para melhorar as condições de conforto das famílias. Além disso, não havia como desvincular o momento de instalação das casas da implantação do projeto de Parcelamento do Solo, etapa em que se define o local do *habitat* e, neste, dos lotes de moradia. A decisão do Grupo foi no sentido de que os assentados aguardariam a conclusão dos estudos que dariam suporte técnico à proposta do desenho do Assentamento. Nesse contexto, vale ressaltar a participação da Direção Regional do MST, que conseguiu sensibilizar suas bases da necessidade de realizar um processo de planejamento sustentável, o que não vem ocorrendo nas demais áreas recém-conquistadas.

Estabelecemos então com o Grupo um prazo de quatro meses para a realização dos estudos técnicos e reinício das discussões, já dispondo do desenho das propostas preliminares. Articulamos uma equipe de trabalho interdisciplinar, responsável pelos inventários do meio natural, constituída por profissionais das áreas de arquitetura e urbanismo, geologia, geografia, biologia, engenharia florestal e engenharia agrônoma. Todos esses técnicos integraram-se ao trabalho como voluntários, movidos pelo interesse profissional nesse tipo de experiência e por seu compromisso social. Uma questão fundamental para nós que coordenávamos o Grupo era poder dispor de uma equipe integrada, com alguma experiência em área de assentamento rural e na região semi-árida. Os estudos deveriam se desenvolver no sentido de promover a conciliação entre a tradição e a inovação, o conhecimento cotidiano e o técnico-científico, em uma troca de saberes.

Exercitar esse diálogo permanente com a comunidade e entre os conhecimentos foi nossa principal meta nesse momento. A temática trabalhada inicialmente, as potencialidades e restrições do meio natural, constituíam-se em demandas significativas para os assentados, o que despertou o interesse do Grupo em participar da pesquisa-ação. Além disso, procurávamos utilizar uma linguagem que facilitasse a apreensão

dos conteúdos pelos assentados. Nesse processo dialógico foram determinantes as experiências desenvolvidas pelos técnicos com esse tipo de comunidades, o conhecimento acumulado sobre os condicionantes naturais da região e a disposição de aprender e compartilhar o saber.

Os levantamentos de campo realizados foram sempre acompanhados por grupos de assentados (homens e mulheres) que interagem todo o tempo com a equipe técnica, revelando curiosidade e interesse frente ao novo. Alguns levavam caderno e lápis para o campo, anotando, como eles mesmos diziam, *os rumos da conversa*, demonstrando o desejo de saber mais sobre o seu lugar de viver. A participação, na nossa percepção, constitui-se a base do processo dialógico e do exercício democrático, sendo fundamental para viabilizar as ações a serem implementadas. Muitas experiências de planejamento não conseguem avançar por estabelecerem entre os sujeitos uma relação vertical e autoritária, não despertando o interesse da comunidade e, conseqüentemente, não proporcionando o seu engajamento. Um exemplo disso é quando a orientação dada pelo técnico não corresponde às condições da realidade local e não respeita o saber tradicional, o que gera descrédito por parte dos sujeitos envolvidos, que então não participam.

As longas caminhadas no campo constituíam-se em momentos de aprendizagem coletiva, quando os nossos “guias” revelavam, através de suas falas e gestos espontâneos, o seu modo de vida - valores culturais, percepção de lugar e de tempo, interesses os mais diversos (sociais, políticos e econômicos) e como, a partir dessa forma de olhar, se estabeleciam as relações com os recursos naturais. Na nossa pesquisa era importante avaliar essas falas, por entendermos que, para compreender a realidade concreta de uma determinada área, não basta apenas sistematizar dados materiais ou fatos considerados relevantes, é necessário perceber, criticamente, a percepção que dela estejam tendo as populações envolvidas. *De acordo com Gouveia (2004, p.7), a pesquisa, como ato de conhecimento, tem como sujeitos cognoscentes, de um lado os*

pesquisadores profissionais; de outro, os grupos populares e, como objeto a ser desvelado, a realidade concreta.

As intervenções produzidas pelos assentados no ambiente revelavam, durante as atividades de campo, as práticas adotadas nas atividades produtivas (voltadas basicamente para a subsistência) e a forma como se apropriavam da natureza. Essa relação ora era de equilíbrio e sustentabilidade, como no caso da criação de peixes na época do inverno, aproveitando os barreiros existentes e no manejo do gado no período seco nas áreas de Reserva Legal; ora de degradação ambiental, como nos desmatamentos em áreas susceptíveis à erosão (em função do tipo de solo e das condições do relevo) para plantar milho, feijão e mandioca, nas queimadas em áreas desmatadas (limpeza dos terrenos) comprometendo a camada fértil do solo, e na devastação da mata ciliar, retirada para dar lugar às culturas de subsistência.

Ainda no que tange às relações dos assentados com o seu ambiente, um aspecto relevante observado durante a pesquisa diz respeito a como eles se referem aos lugares de morar e produzir e à área de Reserva Legal. O lugar de morar na perspectiva dos assentados tem de ser uma área grande (lotes de 30m x 80m, por exemplo), com espaço para construir a casa e organizar o quintal – área de usos múltiplos: horta, pomar, plantas medicinais, criação de pequenos animais, curral para manter o gado à noite (por causa dos roubos), depósito para guardar as ferramentas de trabalho, etc. Deve ficar situado, prioritariamente, em uma área de relevo plano, com fontes de água nas proximidades e ser de fácil acesso. Nos lugares de trabalho além da existência de fontes hídricas, estratégicas para viabilizar a produção: o solo tem que ser bom pra fazer roça e também não ficar muito longe das casas. Portanto, os lugares de viver são definidos pelos assentados a partir das condições físicas que o meio oferece e dos valores culturais, próprios daquela comunidade.

A área de Reserva Legal é apreendida pela maioria dos assentados como *terra do IBAMA, que num pode ser mexida*, no sentido de propriedade

do Governo, que proíbe a sua utilização. Não é reconhecida, portanto, como um espaço da comunidade, com o qual ela se identifica, mas sim como algo externo. Também a consideram improdutiva, pois *não tem serventia, não se pode derrubar pra plantar*, não pode ser explorada economicamente. Quanto à vegetação que compõe a área, espécies remanescentes de *Caatinga*, consideram como *mato baixo, sem valor*, dado que a idéia de mata está associada a florestas, com árvores altas e adensada.

Essa percepção acerca da área de Reserva Legal muitas vezes é transmitida pelos agentes que atuam nas áreas de assentamento rural. Falta informação, disposição para o diálogo e uma orientação técnica adequada. Um outro aspecto revelado nas falas dos assentados é o completo desconhecimento sobre as Áreas de Preservação Permanente – APPs. As exigências legais relativas à proteção dessas Áreas são, de modo geral, confundidas com as normas estabelecidas para as áreas de Reserva Legal. Nesse sentido, exigências recentes do CONAMA (BRASIL, 2002) relativas ao licenciamento ambiental nas áreas de assentamento rural, deverão contribuir para esclarecer melhor essa questão e contribuir para a conservação ambiental.

Um outro aspecto que merece registro, ainda no que diz respeito à Reserva Legal, é sobre o fato do uso da área ser coletivo. Na percepção dos assentados, isso sugere que a área não é de ninguém (algo impessoal), levando a que não tenham interesse na sua conservação. A necessidade de sobrevivência das comunidades e essa relação impessoal talvez expliquem, entre outras razões, os desmatamentos e a caça indiscriminada que ocorre nessas áreas, apesar de todas as restrições legais, o que tem levado a que muitas espécies animais e vegetais já se encontrem extintas ou em processo de extinção na região.

No processo de discussão sobre as áreas de Reserva Legal, procuramos problematizar com os assentados o porquê da “proteção ambiental” e sua relação com a sustentabilidade socioambiental do

Assentamento. O que ocorre, na prática, quando se preserva ou se usa corretamente a vegetação local? As respostas vão surgindo durante a discussão: *teríamos alimentação para os animais no período seco, melhoraria as condições de produção dos solos e também contribuiria para as fontes d'água (riacho e açudes)*. Além da conservação de plantas e animais da *Caatinga*, qual a relevância dessas áreas protegidas? Existem possibilidades de uso para elas? Dentre as alternativas apresentadas nesse processo dialógico, chegamos: ao manejo sustentado da cobertura florestal (que implica a retirada de árvores previamente selecionadas, sem realizar um corte raso, a partir da orientação do IBAMA/RN) para a produção de estacas, mourões, lenha, etc.; a exploração de produtos não-madereiros, tais como, ervas medicinais (maracujá-mochila, aroeira, ameixa do mato, catingueira, quixabeira, pinhão-bravo, jurubeba, ipepacunha, entre outros) e frutos para o consumo doméstico (imbu, ameixa do mato, catolé, etc.); a produção de mel e de artesanato.

O conhecimento que permite a esses sujeitos interpretarem sua realidade, enfrentarem as dificuldades do dia-a-dia e definirem os seus lugares de viver e as formas de produzir é chamado de “saber tradicional” ou “saber popular”, que se constrói através da experiência pessoal adquirida no cotidiano e da transmissão secular da cultura. Através desse saber é que se estabelecem as formas de relação com a natureza, que tanto podem estar voltadas para a conservação dos recursos quanto para a degradação ambiental.

A experiência da troca de saber entre a equipe da Universidade e o grupo de assentados ocorreu através dos diálogos que construímos nas mais diversas situações da pesquisa-ação: na Oficina sobre Recursos Hídricos, cujas discussões acerca das práticas alternativas de convivência com o semi-árido possibilitaram a definição (a partir da avaliação do potencial e das restrições hídricas existentes) das estruturas que melhor se adequavam àquela realidade ambiental e socioeconômica; no processo de seleção das áreas de Reserva Legal, em que se procurou desmistificar o sentido de “proibido” estabelecido no imaginário dos assentados com

relação a essas áreas, pela perspectiva de utilização sustentável dos recursos; no levantamento de solos e da capacidade de uso da terra, quando se verificou que não estavam sendo adotadas práticas de manejo e conservação, resultando em problemas, tais como, a infestação do milho com a lagarta-do-cartucho (conseqüência dos desmatamentos e da deficiência de nutrientes no solo), a erosão nas áreas cultivadas (resultado de solos descobertos e de plantios sem observar as curvas de nível) e a aração profunda/compactação do solo pelo uso do trator. Finalmente, a prática das queimadas (utilizadas no sentido de facilitar a limpeza dos entulhos resultantes dos desmatamentos), que tornam, progressivamente, a terra mais dura e menos produtiva.

Nesse processo dialógico, era essencial poder compreender o modo de pensar dos assentados e como eles estavam percebendo essas situações concretas que estávamos vivenciando juntos, assim como, conseguir estabelecer uma relação entre a nossa fala e a experiência social deles, como forma de possibilitar a apropriação de novos conhecimentos e sua aplicação no cotidiano. Nesse sentido, Paulo Freire (1975), analisando as relações entre extensionistas rurais e camponeses no Chile, nos alerta para o risco da pura “assistencialização” técnica, que conduz a uma visão acrítica e alienada, gerando situações de dependência. Na sua visão, essa relação precisa ser dialógica e proporcionar um “quefazer” educativo libertador.

Ainda tratando desse tema, Paulo Freire (1975) afirma que não é possível ensinar técnicas sem problematizar toda a estrutura em que estas se darão. E propõe buscar essa compreensão através do que chama de “codificação” pedagógica (que representa uma determinada situação existencial - o problema da erosão, por exemplo), extrapolando conhecimentos anteriores (que se constituem a partir das experiências diárias) dos sujeitos e construindo novos conhecimentos. A tarefa dos técnicos-educadores seria, na sua visão, a de desafiar cada vez mais os camponeses no sentido de realizarem uma análise crítica do que a “codificação” representa, ou seja, a sua “descodificação”.

É redundante falar da importância que uma assistência técnica tem para a construção da sustentabilidade socioambiental nas áreas de assentamento rural. De acordo com Alencar (2000, p.106), que realizou levantamentos junto a assentados no estado do Ceará: *quando questionados sobre os principais problemas locais, 90% responderam que era falta de assistência técnica e 70% falta de crédito*. No processo de planejamento do Assentamento Maria da Paz, a assessoria do GERAH/GEPEM contribuiu para a discussão de um novo modelo de assistência técnica, dentro dos princípios da Agroecologia, levando a Direção Estadual do MST a incorporar essa perspectiva na elaboração dos PDAs.

A extensão rural agroecológica se apresenta, na nossa percepção, como uma possível alternativa para enfrentar os desafios no campo, pois *contempla as várias dimensões da sustentabilidade e tem a população rural como real protagonista das mudanças* (SILIPRANDI, 2002, p.46). A proposta do desenvolvimento rural, com base nos princípios da Agroecologia, se realiza através de

processos educativos e participativos, objetivando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações, de modo a incentivar o pleno exercício da cidadania e da melhoria da qualidade de vida.

Essa autora chama a atenção, no entanto, para o fato de que esse caminho é muito mais complexo do que a simples mudança de um modelo tecnológico. E, dentro dessa mesma perspectiva, Abramovay (1994, p.315) argumenta que a transformação de um padrão de agricultura moderna, química, mecanizada para uma agricultura sustentável, exige um alto grau de profissionalismo, um agricultor conhecedor de seus recursos, do ambiente em que ele atua e da interação tanto natural como social de seus diversos elementos.

Não resta dúvida de que, diante do processo de transição ambiental que vem ocorrendo no mundo rural em todo o País, as experiências de manejo sustentável dos recursos se tornam fundamentais,

embora, para tanto, faz-se necessário fortalecer as comunidades, dotando-as, ao mesmo tempo, de capacidade técnica, administrativa e financeira para a auto-gestão de seus recursos produtivos. O que estamos discutindo coletivamente na construção do Plano de Produção do Assentamento Maria da Paz, são as possibilidades e limitações de se desenvolver, no âmbito da agricultura familiar, numa região semi-árida, uma experiência que incorpore, gradativamente, as práticas agroecológicas no processo produtivo.

Consideramos importante para o Grupo de assentados e todos os agentes envolvidos nessa construção coletiva avançar nas discussões sobre as alternativas de produção agrícola de base ecológica, como forma de contribuir para o desenvolvimento da comunidade local, embora seja necessário estar atento para os desafios que se colocam para essa mudança de visão. Não basta uma orientação do Governo ou de suas estruturas de pesquisa e extensão rural, nem mudanças nos sistemas de crédito rural para que se adotem sistemas de produção mais sustentáveis. É necessário também romper as barreiras existentes na perspectiva de técnicos e agentes de desenvolvimento formados para a agroquímica convencional da “revolução verde”, bem como dos trabalhadores rurais que já incorporaram nas suas práticas esse modelo tecnológico. Na visão de Siliprandi (2002, p.46),

talvez o maior desafio seja a desconstrução de um “jeito” de olhar para o rural, e reaprender na relação com os diferentes públicos, a construir um tecido social mais democrático e equitativo: que contemple as diferenças de gênero, de geração, de inserção social, de interesses, de pontos de vista, e que parta de experiências acumuladas por todos.

A discussão sobre a questão produtiva e as práticas agrícolas a serem implementadas no Assentamento teve início quando, em conjunto, a equipe da Universidade que realizava o inventário do meio natural e o MST/RN construíram uma proposta de Zoneamento Agroecológico (ver Mapa 8 no Volume 2), um desenho ainda preliminar de como poderiam

estar sendo utilizados os espaços de produção familiar e coletiva, as áreas de proteção ambiental, além da localização do *habitat*. Esse importante instrumento de planejamento ambiental subsidiou a elaboração das propostas de Parcelamento do Solo e do Plano de Produção.

De posse das informações geradas durante os levantamentos do meio natural e já dispondo dos dados relativos aos aspectos socioeconômicos e cultural (produzidos pela Associação Estadual de Cooperação Agrícola do Rio Grande do Norte – AESCA, no âmbito do PDA), além de uma análise das necessidades e expectativas apontadas pelos acampados/assentados nas entrevistas, a equipe da Universidade elaborou uma planta preliminar da proposta de Parcelamento do Solo (ver Planta 1 no Volume 2), que se constituiu em tema da construção coletiva, discutida no próximo item.

3.2 – A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM NOVO SABER

Ação Dialógica no Processo Educativo

A metodologia do processo de aprendizagem social está referenciada na educação dialógica (numa perspectiva freiriana), privilegiando a construção coletiva do conhecimento de forma solidária e participativa e valorizando o saber histórico e as práticas cotidianas do grupo social envolvido.

Iniciou-se com uma problematização inicial da realidade dos sujeitos, através de uma reflexão crítica sobre as condições do meio natural e socioeconômicas locais. A idéia era que os assentados pudessem compreender a relação entre as potencialidades e as restrições ambientais da área (ver Tabela 7 no Volume 2), sentindo a necessidade de adquirir conhecimentos que ainda não detinham.

Na etapa seguinte, procedeu-se à sistematização e análise dos resultados desses estudos, no sentido de elaborar uma versão preliminar da proposta de Zoneamento Agroecológico. Nesse caso, a perspectiva era introduzir novos conhecimentos, não partilhados pelos assentados, estimulando-os a perceber outras explicações para a situação

problematizada.

A proposta preliminar de Organização Físico-Territorial foi redesenhada a “várias mãos”, ao longo de todo um processo de discussão com os quatro Núcleos de Base e a Coordenação do Assentamento. O desenho final do Assentamento representou o “consenso possível” entre os sujeitos (assentados e pesquisadores/educadores), o momento de síntese das suas falas. Nessa etapa, a idéia é que, a partir das perspectivas criadas, os sujeitos possam ampliar os horizontes anteriormente estabelecidos e irem empregando, no seu cotidiano, os conhecimentos adquiridos.

A participação da Universidade nessa discussão era de assessorar, através de conhecimentos técnico-científicos, a construção coletiva do desenho do Assentamento, enquanto um processo de educação ambiental dialógica. Nessa prática social, os sujeitos foram estimulados a fazerem uma leitura crítica do seu ambiente, através de imagens, mapas e maquetes, e interpretarem as condições ali existentes (relação entre as potencialidades e restrições ambientais). Entendíamos que, a medida em que o Grupo fosse capaz de compreender (dar significado) à sua realidade, poderia então perceber e indagar sobre outras possibilidades, abrir os olhos para novas leituras e gerar conhecimento que permitisse intervir sobre o real. Essa dinâmica de produção de saber, se refletia nas falas dos sujeitos e na evolução dos desenhos, recortados e ajustados por eles, visando atender às necessidades e expectativas do coletivo.

Em todo o processo dialógico desenvolvido com os assentados, desde a fase dos inventários até a consolidação da proposta de organização espacial, procurou-se privilegiar temáticas que estivessem diretamente relacionadas com o cotidiano desses sujeitos – suas necessidades, anseios, dúvidas e esperanças. Refletir sobre a própria realidade e participar enquanto sujeitos da construção dos seus espaços de viver constituía-se em algo relevante e de interesse para a comunidade. Essa percepção pôde ser constatada através do amplo comparecimento e

da participação ativa dos grupos, durante todas as discussões, questionando e apresentando contribuições valiosas.

Um outro aspecto importante nesse contexto se referia à questão da linguagem a ser utilizada nas discussões, que deveria ser acessível aos assentados, promovendo realmente uma relação dialógica-comunicativa. Nesse sentido, tivemos a preocupação de pensar na forma e nos meios que utilizaríamos para conseguirmos nos comunicar. Enquanto arquitetos, trabalhamos com informações espacializadas, imagens e/ou desenhos (mapas e plantas), além de maquetes. Os resultados do inventário do meio natural, do Zoneamento Agroecológico e do ordenamento físico-territorial demandavam representações com esse tipo de linguagem. Havia uma preocupação no sentido de relacionar os desenhos com referenciais concretos, conhecidos pelos assentados e que pudessem auxiliar na identificação/interpretação do material.

Na organização do processo de discussão do Parcelamento do Solo, foi sugerido por membros da Direção Regional do MST, que se fizesse, inicialmente, uma apresentação dos resultados dos estudos e da proposta preliminar para a Coordenação do Assentamento, constituída por representantes dos quatro Núcleos de Base. Essa reunião aconteceu em 14/04/2004, na sede do Movimento, na cidade João Câmara. Na oportunidade estavam presentes a equipe da Universidade, Dirigentes Regionais e agrônomos da AESCA (grupo de assistência técnica ligado ao MST), além dos coordenadores de Núcleo e alguns assentados.

Nessa reunião, muitas foram as questões colocadas pelo grupo presente, a saber: qual a dimensão final dos lotes de produção familiar? Os lotes de moradia ficaram maiores, como era a expectativa das famílias? Qual a distância do *habitat* com relação à entrada do Assentamento e, também, com relação aos lotes de produção? Essas e outras perguntas, envolvendo as mais diversas situações do cotidiano do Assentamento, estavam representadas no desenho, objeto de discussão.

Dentre as questões apresentadas, uma especificamente gerou conflito e dividiu o grupo: o local proposto para a implantação do *habitat*

(ver Planta 1 no Volume 2), em razão da distância com relação à entrada do Assentamento. Dois assentados presentes não concordaram com a indicação e sugeriram que o *habitat* fosse projetado num outro local, mais próximo da RN-120, estrada de acesso à cidade de João Câmara. O argumento era que isso facilitaria os deslocamentos da comunidade até a sede municipal e, também, que o *habitat*, distante da entrada principal (aproximadamente 600m), não ofereceria segurança para as pessoas que precisassem transitar à noite. Na percepção desses assentados, esse trajeto iria se transformar numa vereda de mato fechado, sem iluminação, por falta de condições de manutenção.

Outros assentados presentes e as lideranças do MST retrucaram, entendendo que a alternativa de localização da agrovila tinha sido pensada em função de uma série de condicionantes, estabelecidos no sentido de melhorar a vida do Grupo enquanto coletivo e não para atender à conveniência de algumas pessoas que queriam trabalhar na cidade, que a luta deles tinha sido no sentido de conquistar a terra para nela produzir. Alertaram também que a mudança proposta implicaria que os lotes de produção familiar ficariam mais distantes dos locais de moradia (ou seja, do *habitat*), contrariando uma reivindicação antiga da comunidade, ainda no Acampamento. Quanto ao acesso ao *habitat* virar “mato fechado”, isso dependia da capacidade de organização e de trabalho dos próprios assentados.

A proposta preliminar apresentada pela equipe da Universidade procurou contemplar tanto as questões de ordem técnica, quanto as necessidades e expectativas da comunidade, reveladas através das entrevistas realizadas. O *habitat* fora projetado numa situação estratégica, de forma a: reduzir o tempo de caminhada diária dos locais de moradia para os lotes de produção coletiva e familiar; estar próximo da infraestrutura (água, energia elétrica e estradas de acesso) e das edificações existentes, a casa grande da antiga fazenda e o galpão onde se beneficiava o agave (atualmente funciona uma escola), levando a uma redução considerável nos custos de implantação.

Além desses aspectos, existiam fatores limitantes a serem observados no próprio terreno: a área de *aluviação* ou “baixio” (como eles chamam), propícia para a produção de culturas alimentares e onde deverá ser construída a Barragem Subterrânea, já fora dividida entre os quatro Núcleos de Base, para a produção coletiva, não podendo, portanto, ser considerada para instalar lotes de produção familiar; uma linha de alta tensão, cortando a área do Assentamento, demarcando e restringindo espaços para a ocupação; e as casas dos antigos moradores da fazenda, desapropriadas pelo INCRA/RN, que não podiam ser utilizadas para efeito de moradia, de acordo com normas internas desse Órgão, apenas para uso coletivo.

As alterações que estavam sendo propostas nessa discussão demandariam mudanças no próprio desenho do *habitat*, já discutido e aprovado em reuniões anteriores. Os resultados do inventário do meio natural, relativos às condições de solo, relevo, vegetação e recursos hídricos e o próprio Zoneamento Agroecológico (ver Diagnóstico e Mapas no Volume 2) também apontavam a situação proposta como a mais adequada.

A situação permaneceu tensa durante toda a reunião, não havendo consenso com relação a esse ponto. Técnicos da AESCA e alguns assentados que ainda não haviam se posicionado foram favoráveis à proposta apresentada, justificando que a localização da agrovila naquele setor atendia a questões de organização interna do Assentamento, no que se refere às necessidades de circulação diária: moradia, trabalho e lazer. Quanto às condições de segurança à noite, “apostavam” na capacidade de mobilização da comunidade de reverter essa situação, repondo as lâmpadas queimadas e mantendo o acesso principal do Assentamento, não deixando o mato tomar conta. Lembraram-se de um fato importante que não estava sendo considerado: é que nesse setor de entrada tinham sido projetadas pequenas agroindústrias, como beneficiamento de frutas, sementes e leite; a Casa de Farinha, a Casa do Mel; espaços para produção de artesanato (utilizando a matéria-prima do agave) e bordados.

Havia duas posições bastante claras nessa discussão: aqueles que acreditavam ser possível articular as famílias em função de projetos comunitários, em benefício do coletivo e que se constituíam na maioria dos presentes, e outros que não conseguiam visualizar essa possibilidade e reafirmavam a sua posição de desencanto com relação a essa integração do Grupo para a realização de melhoramentos no Assentamento. A decisão coletiva desse primeiro encontro foi de que a proposta de Parcelamento do Solo trazida para discussão seria apresentada a cada um dos quatro Núcleos de Base e que o “consenso possível” iria determinar o desenho final do Assentamento.

A deliberação de ouvir as famílias a partir dos Núcleos de Base, não deixando a decisão apenas para a Assembléia Geral, foi uma estratégia da Direção Regional do MST, segundo nossa percepção, muito importante, dado que possibilita uma participação mais efetiva das famílias assentadas e, conseqüentemente, uma maior riqueza e legitimidade do processo. Fora observado pela equipe da Universidade que nas reuniões menores, envolvendo apenas o Núcleo de Base, o comparecimento das famílias era maior e a participação mais ativa do que nas Assembléias. Em grupos maiores, costumam se destacar aqueles que sabem organizar melhor as suas falas e que não têm receio de expor livremente o seu pensamento no coletivo, liderando as opiniões e decisões. Algumas pessoas, quando solicitadas a opinar, expressavam-se de forma tímida e breve, quando não ficavam indiferentes e silenciavam.

Nesse sentido, é importante destacar que os Núcleos de Base são constituídos a partir de critérios de parentesco, afinidade e cooperação, o que cria um “espaço de iguais”, ambiente favorável para que as pessoas se sintam à vontade e se pronunciem sem se sentirem “julgadas”, o que aparece com freqüência nas Assembléias. Essa maneira de portar-se frente à realidade (cada um julga o outro e transforma-se em juiz de si mesmo) representa o que D’Inácio e Roy (1995) chama de *relações de invalidação circular* (jogo da invalidação recíproca, ou seja, entre as famílias e delas entre si). O clima de desconfiança e até de ressentimento

se revelava nas falas dos sujeitos durante as entrevistas e/ou conversas informais, cada um procurando legitimar seu comportamento condenando o dos outros.

Descodificando a situação problematizada

Os encontros realizados com os quatro Núcleos de Base (ver Quadro Síntese – Reuniões com os Núcleos de Base sobre o Projeto de Parcelamento do Solo, a seguir) foram organizados de forma que a proposta de Parcelamento do Solo fosse discutida em profundidade por cada grupo e as suas contribuições incorporadas nos desenhos, recortados e ajustados no sentido de atender às necessidade e expectativas do coletivo. O desenho final do Assentamento, resultado dessas discussões, representa o momento de síntese de um processo de aprendizagem social realizado a “várias mãos”.

Quadro síntese – Reuniões com os Núcleos de Base sobre o Projeto de Parcelamento do Solo

Núcleos	Local/Data	Assentados		Direção do MST	Assessoria e demais agentes envolvidos
		Total de famílias	Famílias presentes		
01 - Florestan Fernandes	Antiga Casa Grande / 27.04.2004	11	11	Pedro Neves Técnicos da AESCA	Equipe do GERAH/GEPEM
02 - Paulo Freire	Antiga Casa Grande / 04.05.2004	10	09	Pedro Neves	Equipe do GERAH/GEPEM
03 - Zumbi dos Palmares	Antiga Casa Grande / 07.05.2004	14	13	Pedro Neves Chico Santana	Equipe do GERAH/GEPEM
04 - Filhos de Chê	Antiga Casa Grande / 05.05.2004	10	10	Pedro Neves	Equipe do GERAH/GEPEM

Antes de iniciar as reuniões, enquanto ainda organizávamos o material (imagens, plantas e maquetes) para a realização dos debates, dialogávamos com alguns assentados que já haviam chegado. Havia uma grande expectativa por aquele momento de discussão, a ansiedade era evidente no olhar, nas falas e nos gestos. Afinal, após tantas fases de entrevistas, estudos e discussões iriam decidir sobre seus espaços de

viver. Alguns comentavam que já conseguiam visualizar as casas nos lotes de moradia (numa alusão ao desenho do *habitat* e das moradias) e que estavam produzindo mudas frutíferas e de algumas espécies medicinais para plantar nos quintais. Todos pareciam satisfeitos com os espaços disponibilizados nos lotes de moradia (dimensionados de forma a atender às demandas da comunidade) e no próprio *habitat*, possibilitando usos os mais diversos, a serem definidos pelo conjunto das famílias.

As reuniões eram abertas pelos Coordenadores de Núcleos que, após os cumprimentos formais, apresentavam a pauta de discussão. Na seqüência, os representantes da Direção Regional do MST, Pedro Neves e Francisco Santana, articuladores do processo de organização do PA Maria da Paz, procediam a uma avaliação da trajetória do Grupo, desde a época da mobilização até a imissão de posse e a entrada no Assentamento. Destacavam as dificuldades e avanços nessa caminhada, assim como a importância de se estar buscando construir naquele Assentamento um projeto de referência. Concluem alertando que o objetivo dos encontros era discutir a proposta de Parcelamento do Solo numa perspectiva de totalidade e não apenas a questão do local do *habitat*, de uma forma pontual.

Após a fala dos membros da Direção Regional, a Coordenação passava a palavra para a equipe do GERAH/GEPEM que procurava situar os presentes com relação ao processo de construção da proposta de Parcelamento do Solo, resgatando as discussões realizadas ainda na fase de Acampamento e os inventários técnicos que levaram ao Zoneamento Agroecológico. Em seguida, era apresentada para discussão a proposta preliminar de Organização Físico-Territorial, recortada e ajustada nos diferentes Núcleos de Base. Essa evolução, registrada nos desenhos (ver Plantas 1, 2, 3 e 4, no Volume 2) representava a “descodificação,” por parte dos assentados, da situação problematizada, possibilitando assim novas leituras do real.

Um aspecto que merece destaque, nesse contexto, é a ampla participação das famílias assentadas nos espaços de discussão (Ver

Quadro anterior), propiciadores de aprendizados social e político que contribuem para a formação de novas estratégias de pensamento (PAIVA, 2003). Um importante avanço, se considerarmos que esses trabalhadores rurais, socializados em relações de dominação, não conheciam relações democráticas, nem tinham a prática de discussões livres, além de sempre alguém ter decidido por eles (D' INCAO e ROY, 1995). A conquista da liberdade para esses assentados está associada à propriedade da terra, ter o seu próprio lote, lugar onde se pode trabalhar e morar, sem estar subordinado a um patrão que determina o tempo de trabalho, o que plantar e como se comportar dentro da área (PAIVA, 2003).

Com relação à participação das mulheres, é importante registrar que, embora tenham uma presença significativa nas reuniões e demonstrem interesse pelo objeto de discussão, no momento de externar as opiniões, de um modo geral, só os homens falam. É como se elas já se sentissem representadas com a fala deles. Essa atitude é um reflexo da cultura tradicional e machista que ainda existe na nossa sociedade e que predomina nos assentamentos de reforma agrária. A mulher é tratada como se nada soubesse do espaço extra doméstico, onde ocorrem as ações políticas e organizativas, que são inerentes aos homens. Esses valores conservadores têm historicamente se constituído em empecilho à presença da mulher nos espaços públicos, restringindo assim a sua participação nas decisões coletivas, em aspectos que dizem respeito à sua própria vida.

Durante a Oficina de Recursos Hídricos que realizamos com os quatro Núcleos de Base, as mulheres presentes tomaram a iniciativa e, com muita criatividade, elaboraram a maior parte dos desenhos sobre o Assentamento, embora, no momento de apresentá-los e discutí-los com os grupos, tenham sido os homens que assumiram essa posição. Dona Maria das Graças de Souza foi a única mulher que, após ter sido “provocada” pela equipe da Universidade, teve a coragem de expressar o seu pensamento sobre as atividades desenvolvidas.

A maioria dessas mulheres participava das reuniões após cansativas jornadas de trabalho (assumem os “afazeres domésticos”: a

casa, os filhos, os cuidados com a horta, pomar e pequenos animais, além de contribuírem nas áreas de produção), vencendo muitas vezes a implicância dos maridos que acham que *lugar de mulher é cuidando da casa* e “carregando” consigo os filhos menores. Como a nossa estratégia nesse processo de aprendizagem social era de “provocar” os sujeitos para uma participação dialógica e “desafiá-los” a superar a curiosidade ingênua por uma percepção mais crítica da realidade, começamos a questionar mais fortemente as mulheres, levando-as a se posicionarem sobre a questão problematizada.

Foi gratificante para toda a equipe poder constatar que, mesmo timidamente, algumas mulheres começaram a se expressar, dizer das preocupações e dos sonhos com relação ao desenho do Assentamento, a defender suas posições. O foco principal era o local do *habitat*, sua posição com relação à rua (numa referência à cidade) e a dimensão dos lotes de moradia, onde a maioria delas desenvolve suas atividades. Para aquelas que além dos “afazeres domésticos” também contribuíam, juntamente com os filhos maiores, nas áreas de produção familiar, havia uma certa expectativa com relação aos lotes de trabalho, também quanto à sua dimensão e distância do *habitat*. Esse “despertar” das mulheres teve reflexos positivos em etapas posteriores da implantação do Assentamento, como na participação no Curso de Formação para Pedreiros, ministrado por professores da UFRN/GERAH e na própria obra: demarcando terrenos, carregando material, levantando alvenaria, realizando compras, controlando almoxarifado, entre outros.

Durante todo o processo de discussão nos Núcleos de Base, algumas interferências foram estratégicas e geraram modificações e ajustes no desenho preliminar do Parcelamento do Solo, configurando os desejos e expectativas dos assentados. Essas contribuições permitiram a integração do saber científico, representado pelo conhecimento sistematizado dos pesquisadores, com o saber tradicional dos trabalhadores rurais, dando à proposta um novo sentido (mediante esse

novo saber, os sujeitos dialógicos também se transformam). Na seqüência, faremos uma síntese dessas principais contribuições.

Um dos assentados integrantes do Núcleo 1 – Florestan Fernandes faz a seguinte observação com relação à área proposta para produção/recuperação do agave, apontando para a Planta do Parcelamento do Solo: *eu sei onde é essa área aí é perto da Fazenda de Seu Kleber. A área vai ficar perdida se ficar só com agave, é um pé aqui outro acolá, não dá nem 50%. O que tem lá é muito mato, mufumbo e jurema preta. Já fizeram até roçado nela. Onde a senhora tá mostrando é só terra boa. O melhor é pegar essa área e lotear e onde tiver mais agave junto colocar como coletivo. Deixa aquela parte ali de cima mesmo prá guardar o gado.*

A alternativa apresentada por ele, a partir de um saber espontâneo, fruto de suas experiências cotidianas, atendia plenamente a uma preocupação técnica da equipe da Universidade: a disponibilidade de áreas na propriedade para estabelecer, além dos setores previstos no processo de planejamento, os lotes de produção familiar (relativos aos quatro Núcleos de Base) com dimensão mínima de 10 hectares, negociada previamente com o Grupo. Havia também uma outra questão importante: a área coletiva destinada à pecuária extensiva/confinamento do gado poderia ser reduzida ou até desaparecer, caso não fossem encontradas outras alternativas, consideradas viáveis, para dispor todos os lotes de produção familiar.

Dessa forma, através da utilização de parte da antiga área de produção de agave, conseguiu-se atender a duas situações específicas: a da área de pecuária extensiva, que permaneceu no mesmo local proposto pelo Zoneamento Agroecológico e o estabelecimento dos lotes de produção familiar relativos a dois Núcleos de Base. O setor onde havia uma maior concentração de agave continuou como área coletiva, destinada à exploração sustentável desse recurso (ver alterações nas Plantas 1 e 2, no Volume 2).

Nesse sentido, também se posiciona um outro integrante desse Núcleo, afirmando: *a área melhor prá deixar o gado é aquela acolá mesmo, a da cisterna. Na área do agave eu tô junto com a proposta dele, é ser loteada mesmo sabe, porque tem uns 40% a 50% perdido aí, que a mata fechou e matou o agave. E são terras boas prá milho, feijão, algodão. Um termo muito bom é que seja loteada mesmo. Sobre a localidade das casas eu achei ótimo.*

Aproximando-se mais das plantas que estavam expostas na parede, o primeiro assentado pergunta à equipe da Universidade: *agora eu quero saber aonde fica essas casas?. Eu mesmo não me incomodo de morar lá em Nova Descoberta...* (numa alusão a um lugar distante e também à polêmica gerada na reunião realizada na cidade de João Câmara). A Prof^a Amadja explicou no desenho a situação do *habitat* e dos lotes de moradia. Depois de olhar atentamente, ele diz: *Agora eu vou dá outra opinião a vocês sobre essa agrovila, a nós aqui, aí prá vocês não adianta porque não vão morar aqui* (apontando para os técnicos). *A parte de terra mais ruim as casas comeu. Essa parte de terra aí não presta não. Sabe que foi um negócio que gostei, a parte de terra mais ruim as casas comeu. Não presta prá nada. Nem o agave prestou aqui, sou morador há mais de 10 anos e sei.*

Esse depoimento só veio reforçar ainda mais a indicação feita pela equipe técnica para a localização do *habitat*. As áreas que haviam sido destinadas para a implantação dos lotes de moradia e dos equipamentos comunitários ocupavam realmente aqueles setores considerados menos recomendados para a prática agrícola.

Quando procurávamos explicar aos presentes sobre o uso das áreas de Reserva Legal e situávamos os setores selecionados na proposta para proteção ambiental, esse assentado se levantou e disse: *É isso mesmo, as únicas pontas de mata que tem aqui são aquela dali e aquela ali*, apontando para as áreas 1 e 2 definidas no Zoneamento Agroecológico (ver Mapa 8 no Volume 2).

Foram levantadas também outras questões relevantes sobre as áreas de Reserva Legal: *Essa área que vai ficar uns 20% então para o IBAMA é também uma área florestal, ela não pode ser desmatada, todo mundo aqui sabe disso, mas ela pode ficar uma área assim prá criação do gado, não pode?* Isso já havia sido discutido no campo, mas procurei esclarecer novamente porque nem todos estavam presentes naquela ocasião. No período seco, a Reserva Legal pode servir sim de suporte para alimentação do gado, desde que observe a capacidade de carga determinada por técnicos do IBAMA/RN, para que não venha a comprometer os recursos da área. Um Dirigente Regional do MST aproveita e informa que essas áreas de Reserva Legal são consideradas potenciais para desenvolver projetos de apicultura e que o Movimento, juntamente com o Grupo Colméias, já estava identificando nos assentamentos da região pessoas com interesse e aptidão para esse tipo de atividade.

Ainda com relação à área de Reserva Legal, um assentado pergunta preocupado: *Mas onde fica o meu lote eu posso desmatar prá trabalhar, não posso?* Esclareci que se deveria procurar, sempre que possível, uma orientação técnica adequada, mas que as restrições se referiam à área coletiva, destinada à conservação de remanescentes florestais. Quando ele escutou que a Reserva Legal era uma área coletiva, reagiu imediatamente: *Essa área não é minha não, é do IBAMA.* Então o Dirigente do MST procurou argumentar com ele o sentido de coletivo, como alguma coisa positiva, mas ele insistia: *Mais eu não quero que seja minha, só quero o meu local.* Essa resistência com relação a aceitar a idéia de práticas coletivas, não é apenas desse assentado, mas de muitos trabalhadores rurais que temem perder a autonomia e voltarem a ser “controlados” por alguma forma de autoridade. Além disso, aquilo que é comunitário acaba sendo impessoal, o que leva as pessoas a não terem interesse e a não se sentirem responsáveis por sua proteção.

E prosseguindo na sua fala, o assentado afirma: *Se fosse pra tirar meu lote só queria onde tivesse muito mato...* Perguntamos a ele por que é

tão importante ter muito mato no lote? E ele responde: *Porque eu gosto de trabalhar e onde tem mato a terra é melhor prá plantar. Nas capoeiras a terra tá cansada. Lá onde se plantou o algodão a terra tá fraca, mas as várzeas não cansam não.* Aproveitamos então a oportunidade e reforçamos a importância de se adotarem práticas de conservação do solo: como a rotação de culturas que, além de conservar a produtividade do solo, é uma forma eficaz de prevenção de pragas e doenças e da utilização de “cobertura morta”, evitando o excesso de evaporação da água do solo por impedir a insolação direta. Como manejo inadequado dos recursos, destacamos as práticas de capinar para manter limpas as áreas agrícolas (o que expõe o solo ao impacto das chuvas, que não infiltram e geram a erosão, e também à insolação), além das queimadas realizadas para a limpeza de roças e pastos, levando à destruição da matéria orgânica e, conseqüentemente, a uma queda na produtividade.

Essa leitura que alguns assentados fazem da realidade - que as áreas recobertas por vegetação são melhores para plantar que aquelas que se encontram desnudas (e por vezes esgotadas) - se dá a partir das suas experiências cotidianas, da observação atenta e curiosa das condições do ambiente, do saber herdado do grupo social a que pertence.

Nesse exercício dialógico, procuramos não apenas respeitar o saber construído no cotidiano desses sujeitos (que utilizam técnicas tradicionais da região), mas também passar-lhes confiança nas orientações técnicas, no sentido de que elas possam ser incorporadas e implementadas no seu cotidiano. Havia uma preocupação da equipe de que essa relação não se constituísse em um ato de doação, mas num esforço de integração entre diferentes saberes, na perspectiva da produção de novos conhecimentos, valores e atitudes com relação ao meio ambiente.

Fazendo uma crítica à ação do Estado, quando baseada em doações paternalistas ao homem do campo, Cunha (1998, p.116) argumenta: *Quando o único progresso que as pessoas vêem está acompanhado de doação, eles podem passar a acreditar que não são*

capazes de progredir por conta própria. E conclui afirmando: As pessoas muitas vezes se acostumam às doações e passam a esperá-las.

Durante as reuniões no Núcleo 2 – Paulo Freire, um assentado fez uma importante reflexão sobre as áreas propostas no Parcelamento do Solo: *Observem que a quantidade de áreas disponibilizadas para o uso coletivo no assentamento, que poderão ser utilizadas por todos os núcleos, ou seja, as 45 famílias, vão somar-se aos lotes de moradia e aos lotes de produção familiar, é muita área.* Essa intervenção foi estratégica, porque os assentados tendem a uma percepção de que as áreas passíveis de exploração pelas famílias restringem-se aos lotes de produção familiar e de moradia, considerados como de “sua propriedade”, não considerando, portanto, as possibilidades de uso das áreas comunitárias.

No Núcleo 3 – Zumbi dos Palmares, as intervenções iniciaram enquanto ainda explicávamos sobre a situação da área de Reserva Legal. Um assentado interrompe e diz: *Essa área aqui* (apontando na Planta do Parcelamento para uma das três áreas selecionadas pelos remanescentes florestais), *digamos que é quase que preservada, tem um pouco de mata sim, mata digamos virgem. Mas a maior parte do assentamento é mesmo capoeira.* Nesse depoimento, ele revela a situação do imóvel desapropriado pelo INCRA/RN: áreas desmatadas continuamente para a implantação de cultivos agrícolas e, principalmente, para a criação de pastagens para a pecuária bovina, tornando-se “cansadas” para produzir novamente.

As condições dos imóveis desapropriados para efeito de reforma agrária e a falta de qualificação dos trabalhadores rurais constituem-se numa séria limitante para o desenvolvimento dos assentamentos. De acordo Primavesi (2002, p.7): *Nós precisamos de fato de uma reforma agrária, mas não uma reforma agrária como está sendo feita hoje. Por exemplo, no Paraguai, é dada a melhor terra para o assentado e não a pior. Aqui no Brasil, é só terra marginal.*

Na reunião com o Núcleo 4 – Filhos de Che, as reflexões realizadas pelo Grupo e as contribuições de alguns de seus integrantes promoveram modificações muito importantes na proposta de Parcelamento do Solo. A

discussão se inicia com a fala de um dos seus integrantes : *Eu acho que se tirar essa área de reserva daqui (apontando na Planta para uma das três áreas de Reserva Legal, posicionada nos limites da propriedade) e colocar pra perto dos barreiros fica melhor pra gente ter um cercado certo de inverno a verão, nós tava assim despreocupado com água pro gado. Por que o seguinte, nesse cercado daí da área de confinamento precisa de uma bomba prá jogar água daqui prá aqui (mostrando a distância os cacimbões e a cisterna grande), mas eu não sei, talvez o consumo de energia seja alto. Eu acho que se colocar esses lotes de produção familiar aqui na área de confinamento, fica a área de agave toda livre pra pasto do gado. Assim fica com a estrutura da área do legal que veio pra cá, com a estrutura da área do agave e com essa outra área do legal (apontando para uma outra área proposta), dá pra manter bem o gado, porque do jeito que tá hoje é difícil. O gado deve ficar sim perto das fontes de água.*

A preocupação principal desse assentado era com relação à manutenção do gado. De acordo com ele já existiam cerca de 100 reses no Assentamento. A idéia de trazer uma das áreas de Reserva Legal para junto dos barreiros não era problema, mas mexer nos lotes de produção familiar situados na área do agave implicava alterar completamente a proposta do Núcleo 1 (que já definira a localização dos seus lotes de trabalho), levando-os para um local não indicado para práticas agrícolas, onde o estudo destinara para a pecuária extensiva, dada as condições do solo. Além disso, havia instalada nessa área de uso coletivo uma grande cisterna, construída pelo antigo proprietário visando disponibilizar água para os animais, tanto na época do inverno quanto no período seco.

O representante da Direção Regional do MST intervém lembrando ao grupo que: *a bomba que nós temos aí tem potência pra jogar água lá prá longe, em qualquer lugar, isso não é problema. Agora o que precisa saber é se as tubulações que estão aí, antigas, ainda prestam, se não prestam deve trocar. Mas isso aí vai então depender do esforço coletivo da comunidade.* Na seqüência, fala sobre a importância de se ter uma área destinada à

pecuária extensiva no Assentamento, já que estavam ali não só para plantar mas também para criar animais.

Numa referência à área do “baixio”, ele lembra que, com a construção da Barragem Subterrânea, as condições para o plantio vão melhorar bastante, por causa do suporte hídrico no período seco. E prossegue afirmando: *É preciso saber cuidar bem dessa área de produção, não queimar, não jogar veneno nas plantas, descobrir outras técnicas, que nós vamos ajudar e orientar, com fertilizantes naturais. Além do feijão, do milho e da batata e de tudo o que vocês plantam nesse “baixio”, vamos plantar também, em larga escala, a produção de hortaliças orgânicas. Naquele trecho do reflorestamento permanente (referindo-se às Áreas de Preservação Permanente), temos que usar árvores frutíferas, coisas que vão dá rentabilidade, que tanto vai ajudar na alimentação das famílias como também que dá prá vender fora.*

Um outro assentado integrante desse Núcleo, após ouvir com atenção todas as intervenções do grupo e demonstrando domínio sobre a leitura do Projeto, faz as suas reflexões: *A partir do momento que começaram a discutir eu vi algumas coisas, que tem como objetivo maior a produção, principalmente ali onde o companheiro quis mudar. A preocupação dele é válida, que é muito bom porque sempre fica o gado mais perto das agrovilas, mais se a gente põe o gado numa área onde a análise de solo diz que é propícia para a produção, a gente pode nem conseguir produzir a forragem do gado, porque o gado tá ocupando a área melhor que tem de produção. Essa é uma possibilidade sim, mas não tem lógica. Que seria bom seria, mas que não tem lógica. Eu tô pensando aqui enquanto a produção.*

E prossegue analisando a planta do Parcelamento do Solo: *seria bom as agrovilas ali perto da pista, tem essa possibilidade, que a gente não vive só de produção, a gente também precisa ir pra rua vender até a produção. Mas você olha aqui, a preocupação que ficou detalhada pra nós assentados. Pensando lá no Modelo, eu digo até baseado nos projetos, que o Modelo não teve a mesma sorte que nós temos aqui, porque nós tem*

várias linhas de produção como um quebra-cabeças. Porque futuramente, essa área aqui (apontando para as áreas livres projetadas próximas aos Núcleos, dentro do habitat), que as meninas da Universidade deixaram, é uma área muito boa, propícia, é fundo de agrovilas. Aqui a gente pode não só deixar uma vaca à noite, um boi, como nos projetos do PRONAF que já vêm, mas dá prá plantar forrageiras e essas coisas. Também fazer cocheira, projetos coletivos prá criação de galinha. No Modelo, eles não tiveram as mesmas possibilidades que a gente tem aqui porque os apiários ficaram muito expansivo das agrovilas e aí eles abandonaram tudo. Acontecia muito roubo porque ficava muito longe das casas e aqui eu tô vendo que fica bem perto, é diferente. Mesmo se eu desistir de criar galinha, fica fácil prá outros companheiros continuar a criação. Até sozinhos eles podem criar.

Faz uma ligeira pausa e pergunta se voltando para a equipe da Universidade, buscando uma confirmação: *Os lotes de produção familiar ficaram mesmo com 10 hectares, como combinado, não foi? Eu acho que é muita área pra um assentado só manejar, com certeza. Ele tem mais áreas pra trabalhar, o “baixio” e as outras áreas coletivas. Acho que ele deve deixar uns 5 a 6 hectares pra criar uma vaca de leite, um boi e ainda fica perto pra trazer o gado de noite pra comer ração nas agrovilas. E lá em cima (indicando a área para pecuária extensiva) pode ficar o gado de solta. A gente tem que pensar na produção, mas também na melhor maneira de sobreviver no assentamento. As coisas que as meninas montaram aqui, tudinho tem um pensamento e um objetivo pra tá aqui, vamos então pensar nisso.*

Essas contribuições apresentadas pelo Núcleo 4 ajudaram a redesenhar a proposta preliminar (que já evoluíra para incorporar as sugestões dos Núcleos), sem necessariamente alterar elementos estruturais do Projeto (ver Planta 4 no Volume 2). A relocação de uma das áreas de Reserva Legal (são três ao todo e a que foi proposta ser alterada não possuía remanescentes florestais significativos como as outras duas, sendo definida naquele local, entre outros fatores, para complementar os

20% exigidos pelo IBAMA/RN) para a área de entorno dos pequenos barreiros ou açudes foi muito importante pois, além de integrar as áreas de Reserva Legal com as Áreas de Preservação Permanente, ajuda a manter as escassas fontes de água existentes no Assentamento.

As áreas mais representativas com relação aos recursos florestais, indicadas como Reserva Legal, deverão ser resguardadas, tendo em vista, principalmente, o desenvolvimento de atividade de apicultura. Com a mudança proposta pelos assentados, a área para pecuária extensiva foi redimensionada, mantendo a cisterna existente e se adequando, em termos de acesso, para ficar mais próximo do *habitat*. Isso porque, no final da tarde, é costume dos assentados apanharem o gado que deixaram no pasto e levarem-no para os lotes de moradia, por questões de segurança. Nesse sentido, as áreas livres (inseridas no desenho do *habitat*), como sugerido por um dos assentados, poderão ser utilizadas tanto para instalar cocheiras e deixar o gado à noite, quanto para a criação de pequenos animais. Outros usos para esses espaços livres seriam pomares e hortas coletivas, além de áreas verdes destinados ao lazer.

3.3 – A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA PARA A TOMADA DE DECISÃO

Principais Embates e Conflitos

A reforma agrária é um processo permeado de contradições e conflitos entre diversos atores que se enfrentam na defesa de interesses divergentes. Nesse contexto, constituem-se os assentamentos rurais, enquanto espaços de relações sociais, onde as características heterogêneas individuais, homogeneizadas no processo de luta pela terra, ressurgem em novas bases, revelando o desejo de autonomia dos sujeitos e gerando conflitos que se expressam no cotidiano, como parte de um complexo jogo de forças.

Nessa perspectiva, D’Incao e Roy (1995, p.31) constatam que, no momento das mobilizações e durante o Acampamento, militantes e trabalhadores rurais dividem uma mesma aspiração e um mesmo objetivo: a conquista da terra. *É no assentamento que emergem as muitas diferenças existentes entre as famílias: além da idade, composição da família, conhecimento agrícola, possibilidade de convivência com as regras do mercado ou do sistema financeiro.* São distintas trajetórias de vida e, conseqüentemente, de interesses, objetivos e sonhos.

A discussão da proposta de Parcelamento do Solo do Assentamento Maria da Paz trouxe à tona demandas e conflitos latentes na comunidade, revelando os embates existentes nas relações entre os atores: assentados e o INCRA/RN; a direção do MST; os pesquisadores da Universidade e mesmo entre os próprios assentados. Foi fundamental que esses conflitos pudessem emergir, pois tornaram a discussão mais viva, gerando um maior interesse, motivando os sujeitos e qualificando a tomada de decisão.

A discussão sobre o local do *habitat*, que dividiu as opiniões das famílias assentadas, reflete bem esses conflitos. A maioria dos assentados reivindicava que o *habitat* ficasse próximo dos lotes de produção familiar (desde a fase de Acampamento) e que os lotes de moradia fossem maiores (de 30mx80m, por exemplo), mas algumas famílias, mesmo em número reduzido, entendiam que não havia problema a área de produção ficar mais distante do *habitat* e os lotes de moradia serem menores, desde que o *habitat* ficasse perto da estrada de acesso à cidade. O que fica evidente a partir das posições apresentadas é que existe uma diversidade de visões e interesses em disputa na definição dessa questão.

O assentamento não é isolado, existe uma relação externa das famílias assentadas com a cidade de João Câmara, no sentido dos serviços de educação e saúde, principalmente, e das condições de trabalho (nas feiras livres, construção civil, entre outros) e também com outros assentamentos da região, onde desenvolvem relações de compadrio e de trabalho. A maior parte desses trabalhadores (as), mesmo que tenham as suas origens no campo, residiam antes da conquista da terra na periferia

da cidade, tendo incorporado, hábitos e costumes urbanos. Há que se considerar, que passado o período das chuvas, os assentamentos rurais do semi-árido, de modo geral, não conseguem produzir adequadamente, ficando as famílias na dependência de outros meios de sobrevivência, procurando-os na cidade.

Uma assentada integrante do Núcleo 2 – Paulo Freire, se diz preocupada com a situação do *habitat*, acha que ficou muito distante da entrada do Assentamento e que: *Tudo vai ser abandonado, virar mato. O povo trabalha muito e não tem tempo para cuidar e limpar. De noite é perigoso.* Já outro assentado pensa diferente: *Como é que essa área que tão falando vai virar mato...e as agroindústrias?* Na percepção dele, a própria instalação dessas estruturas de produção deverá demandar cuidados mais permanentes na área, como limpeza e iluminação, além de aumentar o fluxo de pessoas. Após analisar atentamente a planta do Parcelamento do Solo, um assentado desse Núcleo argumenta: *Não dá pra puxar pra cá. Vejo que esse pequeno espaço aqui* (referindo-se a área que vai da entrada do Assentamento até o setor onde passa a linha de alta tensão) *não dá pra colocar os lotes do tamanho maior. A não ser que alguém queira diminuir o lote...* Isso porque havia uma reivindicação antiga da comunidade que os lotes de moradia fossem maiores do que o padrão da região, ou seja, em torno de 30m x80m.

Uma das mais antigas lideranças do MST na região, presente na reunião do Núcleo 3 – Zumbi dos Palmares, percebendo o impasse gerado pela questão do local do *habitat* coloca a seguinte reflexão: *Qual é a maior dificuldade, se a gente tá direto aqui?. Na cidade é uma ou duas vezes por semana. Vocês imaginem, todo dia, continuamente, para o local de trabalho.* Um assentado interrompe e retruca as suas palavras: *O lote de trabalho são quatro a cinco meses no ano, num inverno bom, o restante é o ano todo.* O ele quer dizer é que os assentados não têm como sobreviver apenas da terra, explorando a agricultura, porque no período seco não conseguem produzir, procurando a cidade em busca de trabalho. O Dirigente então lhe responde: *De qualquer maneira essa atividade tem diariamente. A gente*

temos que ver, olhar o que pode acontecer mais na frente, futuramente. O que a gente quer é um futuro melhor, uma vida melhor. A gente só vê a viagem à cidade. Mas o que a gente tem que ver, como a gente gosta de chamar, é a nossa penitência diária, a ida e a volta do trabalho no campo.

É possível observar na fala desses sujeitos, mais uma dificuldade que emerge no processo de discussão: o atendimento às necessidades imediatas dos sujeitos e a perspectiva de se planejar o futuro. De modo geral, em função das trajetórias de vida e das dificuldades e carências cotidianas, os assentados costumam priorizar o atendimento às suas necessidades imediatas. A experiência anterior de parceiro ou meieiro, ou de trabalhador assalariado, a própria relação com a produção do campo, em que os tempos de plantar e colher, reproduzir e crescer, são definidos por fatores externos aos sujeitos da ação (pelo patrão, pelo proprietário, pelos ciclos vitais) são fatores que podem intervir na maneira de lidar com o tempo, reforçando a sua componente cíclica, ligada à repetição, o que dificulta trabalhar com o tempo processual, com etapas que se sucedem diferenciadamente, como nas práticas de planejamento. Essa perspectiva imediata condiciona a sua visão de mundo e determina as suas prioridades.

A liderança do MST defende, na sua argumentação, que vão ser implantadas melhorias no Assentamento, gerando novas oportunidades e condições de trabalho mas, que isso também não acontece de imediato, faz parte de um processo, uma conquista diária, visando à construção de um futuro melhor para todos. Como militante do MST, ele teve a oportunidade de aprender, através dos Cursos de Formação promovidos pelo Movimento e, nos processos de mobilização para a conquista da terra, sobre a importância de planejar as ações a serem executadas. Possui uma noção de tempo diferente. Aprendeu como definir objetivos e estabelecer estratégias. Essas experiências ampliaram a sua visão de mundo, fizeram-no adquirir novos conhecimentos, permitindo-lhe considerações para além da demanda imediata.

No saber tradicional, utilizado pela maioria dos assentados, os mecanismos utilizados não obedecem a essa seqüência (não são organizados objetivamente, em etapas), mas apresentam uma lógica própria para explicar e solucionar os problemas que se apresentam no cotidiano. Por isso o processo dialógico, enquanto prática educativa é tão importante, porque permite que essas diversas concepções da realidade interajam, de forma que um conhecimento possa estar contribuindo com o outro, na aquisição de novos saberes.

Um outro integrante desse Núcleo, dirigindo-se a equipe da Universidade e aos Dirigentes do MST diz enfático: *Uma coisa poderia ver, o que a gente tá pensando hoje aqui. Uma coisa é vocês dizerem que vai ser ali e a gente ouvir. E outra coisa é perguntar: vocês têm uma outra proposta, que não seja no beijo da pista? Qual é a proposta de vocês? Primeira coisa. Depois, o embelezamento que Ademar Bogo fala nos seus livros e que agente consegue ver nos assentamentos do sul graças a Deus, e é muito bom saber que existe... vai ser muito diferente daqui a um ano com essas casas construídas a 600 metros da pista. Você vê esse embelezamento, que começou com o mesmo pensamento há 13 anos atrás no Marajó, o embelezamento que tem no Modelo. Hoje no Marajó tem uma creche, um mês que o prefeito fez e já foi roubada três vezes e é bem no centro da agrovila. Foi preciso colocar forro e botar pega ladrão. Aí você vai fazer um entreposto, banco de sementes e outras coisas e podem ser roubados, os equipamentos valem dinheiro. No Surubim, um mês que foi implantada a casa de farinha foi roubado o motor e a agrovila é em frente, a 100 metros. São as coisas que agente tá vendo na realidade. Se tudo isso não conta...*

No sentido de responder as questões colocadas por esse assentado, um Dirigente do MST pede a palavra: *Uma assentada do Núcleo 2 disse outro dia, "pra que um cartão postal (referindo-se a entrada do Assentamento) se vai virar macega? Essa é a visão dela e de mais uns dois assentados desse Núcleo. A gente tem que refletir sobre isso. Analisar todo o nosso processo histórico. A partir dessa reflexão, procurar não fazer as mesmas burradas que os outros fizeram, olhando os exemplos que se tem*

para evitar. Esse é o trabalho da organização como um todo. É tão bonito ver as experiências dos outros Estados, não é? Por que os outros Estados fazem as coisas e conseguem se desenvolver e a gente não pode criar uma referência de reforma agrária no Rio Grande do Norte? O que nós queremos é mostrar uma visão diferente do que é reforma agrária. É isso que nós estamos construindo. Eu sabia que muitas coisas iam acontecer, que tudo é mais difícil quando se tem a posse da terra. Mas nós não vencemos a batalha ainda não. Não entendo, é como se estivessem apostando no pessimismo das coisas no assentamento. A proposta de vocês era de que o lote de moradia e de produção fossem maiores, isso já vem se debatendo. Se for olhar meramente pelo argumento de que tem que está na beira da pista porque tem a questão da cidade, também deve ser olhado todos os outros aspectos. Esse local da agrovila é um detalhe numa questão muito maior que é a construção da reforma agrária. Nós não quer construir aqui as coisas erradas que foram feitas nos outros lugares. O que eu tô vendo, que tá me parecendo é que em vez de caminhar pra frente estão querendo andar prá trás. O Assentamento Maria da Paz foi discutido nas instâncias do Movimento Sem-Terra e com as famílias acampadas. A gente tem que torcer pras coisas dar certo.

Esse confronto entre Dirigentes do MST e lideranças locais, que apresentam posições divergentes, faz parte do jogo democrático. No espaço de negociação em que se constituía a discussão do Parcelamento do Solo, todos tinham o direito de dar a sua opinião livremente e fazer propostas. A idéia era que os resultados desses embates pudessem contribuir para melhorar a qualidade da proposta e as condições de vida da comunidade. A disputa política travada no processo de organização do Assentamento, entre Dirigentes do MST e lideranças locais, revela as relações de poder existentes e os interesses específicos que estão em jogo, envolvendo o desejo de legitimação e reprodução de um ideário político por um lado e, por outro, a aspiração de reconhecimento de uma outra opção organizativa, que questiona as regras de conduta e as práticas coletivas que compõem esse ideário, gerando embates e conflitos. Uma parcela das

famílias assentadas se identifica organicamente nessa estrutura de representação política, enquanto outras questionam suas práticas e princípios norteadores.

A prof^a Amadja destaca que a equipe da Universidade estava aberta a ouvir sugestões: *Os Núcleos 1 e 2 ajudaram muito, vamos ver se o Núcleo 3 colabora, dá idéias também. Se agente tiver várias idéias, vai fazer um trabalho muito melhor.* Na seqüência, ela pergunta ao grupo se existe alguma outra proposta a ser discutida, no sentido de ajudar o coletivo. Um assentado então responde: *Tem sim, a agrovila a 100 metros da pista, começando de lá para cá.*

No sentido de refletir melhor sobre a situação específica do local do *habitat*, sugerimos uma nova leitura do Projeto, considerando não apenas a proximidade da cidade de João Câmara, mas todas as outras variáveis envolvidas, visando decidirem juntos e com segurança o que era melhor para a comunidade. Algumas modificações que estavam sendo propostas iriam alterar situações estratégicas, já consensuadas pelo grupo. Mas, não senti interesse em aprofundar o assunto, na realidade, aquela já era uma proposta fechada pelos integrantes do Núcleo. A Prof^a Amadja se dirige ao quadro e começa a desenhar possíveis alternativas, considerando essa nova proposta. Os ânimos continuam exaltados por parte de alguns presentes, então ela diz: *Deixa eu dar uma sugestão. Todo mundo tá um pouco nervoso. Vamos acalmar prá ver se a gente conversa, se chega a uma proposta comum.*

Em todas as situações estudadas, considerando os resultados dos estudos e os fatores limitantes do terreno, ocorria sempre a necessidade de redução dos lotes de moradia e aumentava a distância dos lotes de produção familiar com relação ao *habitat*. O próprio desenho do *habitat* já aprovado pela Coordenação do Assentamento seria alterado, além da área projetada para as pequenas agroindústrias. Enquanto se buscava novas alternativas para o desenho do Assentamento, um Dirigente do MST faz um alerta ao grupo: *Não se pode mexer nas áreas de aluvião e nem de produção de sementes selecionadas. Isso é impossível, é preciso pensar nas*

implicações... Um assentado presente rebate imediatamente: Não tem como mexer porque você não quer. A liderança então argumenta: Além de outros problemas, vai mexer na referência do assentamento, vai acabar com tudo por causa da vontade individual de duas pessoas que não pensam no coletivo.

Essa polarização entre o “individual” e o “coletivo” permanece dando o tom dos discursos e do debate, através das disputas entre essas duas lideranças. O assentado rebate: *De duas pessoas só não, pergunte aí aos outros. E se a referência do assentamento fosse ser a agrovila ali ou acolá, isso não é referência pro senhor que não sabe. Referência de assentamento é a questão da produção, da maneira como as pessoas vivem e se comportam e não onde vai botar prá morar, é isso que eu quero lhe dizer. Precisa se rediscutir sim, já se discutiu com os outros e aceitou as idéias dos outros, a gente também tem que dá a opinião da gente. Se mudou para os outros, a gente também tem opinião de mudar prá gente. O Dirigente do MST complementa: mas se não definir os locais de moradia, a agrovila, não tem como se organizar a produção...*

As famílias que desejam o *habitat* próximo da pista, não se identificam e apresentam resistência com relação às propostas organizativas do MST, baseadas no ideário coletivo. Na sua visão, a questão da autonomia e auto-suficiência com relação à terra, está associada a conquista da liberdade, existindo o medo de voltar a uma condição de subordinação, a obedecer a algum tipo de autoridade. Quando afirmam que o acesso ao *habitat* vai ficar abandonado e sem segurança, é porque não pensam nas áreas coletivas como de sua responsabilidade, restringindo-se apenas aquelas que consideram de “sua” propriedade e, também, não acreditam que através de práticas coletivas possam-se articular os sujeitos para a superação de problemas comuns, para fazer diferente e melhor, construir algo novo.

Uma assentada, também integrante do Núcleo 3, pede a palavra e dirige-se a Prof^a Amadja: *Eu falo assim, sei que você como professora entende o que eu vou dizer. Na minha visão é um grande desperdício de*

terra a primeira casa ficar a 600 metros da pista. Aí eu pergunto, prá que esse desperdício de terra? E ela continua: o que nosso grupo tá querendo, nós até fizemos reunião, é que não fique 600 metros desperdiçado. Por que não 100 metros de distância da pista, a primeira casa começando daí? Nós estamos muito satisfeitos com o trabalho de vocês. Eu sei também que se a gente procurou a terra é porque não vai trabalhar na cidade, mas mesmo assim... Fui outro dia ao Marajó e, amiga, achei muito longe. Fica muito mato até chegar lá.

As opções existem, diz a Prof^a. Amadja, fica todo mundo um pouco mais apertado. Se ganha com a proximidade da pista mas se abre mão de outras coisas muito importantes. Os lotes de moradia, por exemplo, vão ser menores, provavelmente de 10x20m, como no Assentamento Santa Terezinha, não sei ainda, tem que estudar mais. Um assentado então pede a palavra: Por que não procurar aproveitar as casas dos antigos trabalhadores da fazenda?. Ela explica (o que já fora dito anteriormente) que em função de uma norma interna do INCRA/RN, as casas de alvenaria não podem ser utilizadas para moradia, apenas para usos coletivos. Essa foi uma das razões, dentre outras, de se ter projetado naquela área, o setor para pequenas agroindústrias.

Em meio ao clima tenso da reunião, um assentado pede a palavra, levando todos a uma reflexão: Não é desfazendo do Movimento e nem do bom esforço de vocês da Universidade, de todo trabalho que vocês vêm fazendo com a gente. Eu respeito muito vocês da liderança do MST, agora a nossa preocupação pra aqui ficar a estrutura da fazenda eu vou lhe explicar, é porque nós tamos num projeto de plantação de tomates e outras verduras. É um grupo de umas 20 pessoas que vai plantar nessa baixa aqui. Nós temos os três cacimbões, todos nesse vale, no riacho. E temos duas bombas pra instalar nos cacimbões. Se agente ficar a 600 metros pra ali pra cima, vai ficar distante prá cuidar da horta e horta, vocês sabem é obrigado tá diariamente dentro, cuidando dela. Vai ser difícil a gente que vai lutar com isso.. Os cacimbões são aqui, não são lá em cima. O açude que tem lá em cima seca, mas os cacimbões sustentam a água. A nossa

preocupação pra quem vai trabalhar nesses produtos é essa e não morar a 600 metros da pista. Esses produtos que agente trabalha é diferente do milho, do feijão e do algodão, eles num pode esperar muito, tem que tá olhando. O que a gente tá enxergando é isso.

Na seqüência, ele dirigiu-se a uma das lideranças do MST e a um companheiro assentado dizendo: *agora se agente veio pra uma reunião pra escutar discussões eu discordo. A gente tem o direito a nossa liberdade, se eu dever a minha liberdade, não sou eu que tomo de conta dela é a justiça que vai tomar conta. Se eu não devo, eu tenho direito a minha liberdade .Nesse caso, a preocupação é a estrutura da agrovila ser aqui, onde a companheira falou. Agora o que eu tô achando feio é a gente tá ouvindo essa discussão tanto do lado do Movimento como do grupo da gente, porque é um direito que nós temos. O companheiro acolá se alterou, o outro também se alterou-se. E justamente... Eu entendo companheiro, eu observo certas coisas. Eu não sei lê, mas observo. Eu entendo, tem certos momentos, que eu fico calado, mas tem certas horas que você se altera um pouco e é criticado, eu também sou como coordenador da disciplina. Sou criticado e sou ameaçado, eu entendo. E a gente vai levando no dia-a-dia. A gente tem a nossa liberdade. Eu não tô dizendo que vai ser aqui e tem que ser.*

O discurso desse assentado revelou o que a maioria das pessoas presentes gostaria de expressar, mas que silenciaram. Um dos assentados que criou o impasse se ausenta. Solicitamos que cada uma das famílias presentes se posicionassem sobre a proposta para podermos consolidar as contribuições desse Núcleo. Uma assentada que ainda não havia se pronunciado argumenta: *Se for pra ficar longe do lote de trabalho pra mim não tem problema, porque a gente vai de carroça, passa o dia todo lá, vem no final da tarde e à noite já tá em casa. O lote da agrovila menor também não tem problema. O importante é que fique mais próxima a área comunitária, que é onde a gente vai cuidar mais, trabalhar mais.* Um outro assentado reforça as suas palavras dizendo: *Se a gente precisar pegar transporte na pista fica distante, é esquisito. O lote de trabalho longe não*

importa, sou do campo e estou acostumado. Na seqüência, um dos assentados se levanta e afirma: *Vou me submeter à decisão da maioria*

O último encontro desse ciclo de negociações com os Núcleos de Base, foi realizado com o Núcleo 4 – Filhos de Che. A questão do local do *habitat* continua sendo o foco principal das discussões. Iniciando, uma assentada se coloca, dizendo achar importante estar participando e saber como vai ficar o desenho do Assentamento. Ela diz: *Onde a agrovila ficar mais perto dos lotes de trabalho pra mim é melhor. O que é que adianta a gente ficar aqui perto da pista e o lote de trabalho ficar lá longe.* Uma outra assentada presente expressa sua posição: *eu acho melhor ficar aqui, onde é mais perto do local de trabalho, da produção familiar.* Diferentemente dessas opiniões, um assentado levanta e diz: *Eu prá mim ficando ali é melhor* (referindo-se a proximidade da pista). *Porque eu penso que é melhor prá conseguir transporte lá prá rua. Tenho uma menina que levo e pego todo dia na parada, ela vai prá escola de 6 horas e volta de 12 horas.*

A expectativa da maioria dos assentados (as) desse Núcleo era no sentido de que os lotes de moradia fossem maiores, *prá ter área suficiente prá cultivar.* Um grupo de assentadas reforça esse desejo: *Eu concordo ficar ali* (indicando a localização original), *a agrovila é ampla, dá pra criar e dá pra plantar ; como eu gosto muito de criar galinha e de plantar fruteiras, eu quero mesmo é aquela proposta que tem o lote de moradia maior ; e eu concordo também. Por quê? Porque o lote de moradia é grande, bom pra gente criar e plantar. Só isso mesmo.*

As famílias que desejam que os lotes de produção fiquem mais próximos do *habitat* e lutam para que os lotes de moradia sejam maiores (são esses, portanto, os fatores que definirão o local do *habitat*), estão mais voltadas para o trabalho campo, como parte da sua rotina diária. A concretização dos projetos de vida têm mais relação com conquistas e avanços no próprio Assentamento, do que com as expectativas que a cidade coloca.

A reunião da Coordenação do PA Maria da Paz para decidir sobre o desenho final do Assentamento, tendo como base os resultados das

discussões realizadas nos quatro Núcleos de Base, ocorreu em maio de 2004, na Sede do MST, em João Câmara. Foram apresentados pela equipe da Universidade os mapas e plantas representando a evolução de todo o processo de discussão, sendo destacados os principais pontos de conflito, as alterações propostas e a decisão final de cada Núcleo. Ao encerrar a sua parte, a Prof^a Amadja afirma: *Que na busca do impossível (referindo-se a concretização dos sonhos dos assentados) a gente chega ao possível.*

Um pouco antes dar início a essa reunião, fomos informados pelos Coordenadores do Núcleo 3, que o grupo voltara a reunir-se para as deliberações finais e, que nessa ocasião, havia “rachado” internamente, por falta de consenso. A Direção Regional do MST procurou não interferir na questão, até por entender que esses conflitos fazem parte do processo de construção coletiva e que a decisão final seria da Coordenação do Assentamento. Os estudos realizados com relação às propostas do Núcleo 3 foram apresentados, quando da exposição da equipe da Universidade, mas em função das alterações profundas (modificação na disposição espacial da agrovila, redução no tamanho dos lotes de moradia, maior distância da agrovila com relação aos lotes de produção, alterações na área de aluvião, entre outros) na proposta construída com os Núcleos 1, 2 e 4, esses resultados foram descartados pelos membros da Coordenação.

Na deliberação sobre o desenho final do Assentamento, foi adotada a seguinte sistemática: cada Coordenador (a) de Núcleo se colocava, procurando justificar a posição do seu grupo, buscando chegar naquela que deveria ser a melhor situação para o Assentamento, enquanto coletivo. Os Coordenadores (as) votaram pela proposta original incorporadas às alterações indicadas pelos Núcleos 1 e 4 (ver Planta 4 no Volume 2). O resultado da votação representou o “consenso possível”. O INCRA/RN, parceiro nesse processo de planejamento, aguardava a definição do Parcelamento do Solo para proceder aos serviços de topografia relativos à demarcação do *habitat*. Na seqüência seriam iniciadas as construções das moradias.

Enxergando com Novas Lentes

A nossa perspectiva na experiência de construção coletiva do Projeto de Parcelamento do Solo do Assentamento Maria da Paz era poder estimular os assentados a exercitarem o direito de escolher os seus lugares de viver (de moradia, produção, proteção ambiental e lazer), sem terem de sujeitar-se a regras fixadas para eles pelos diversos agentes que atuam nesse processo. Uma tarefa complexa, devido às muitas tensões e conflitos presentes nesse campo. Enquanto integrante da equipe da UFRN (GERAH/GEPEM), nosso papel foi no sentido de contribuir com a construção de estratégias de planejamento em bases sustentáveis, dentro de um processo de aprendizagem social (numa perspectiva crítica e emancipatória), respeitando a cultura e o saber local.

Essa prática educativa procurou trazer novos elementos para a relação dos assentados com a natureza, levando-os a se apropriarem de novos conhecimentos e valores voltados para um uso sustentável dos recursos da *Caatinga* e estimular o exercício da autonomia para a tomada de decisão. A perspectiva é que o grupo possa desenvolver experiências bem sucedidas, que favoreçam a melhores condições de vida.

A produção de consensos nesse processo de construção coletiva, constituiu-se em um desafio, pois implicava na construção permanente do direito de falar por “todos” (princípios da igualdade e da liberdade) de respeitar e assumir a decisão da maioria. A falta de participação em processos de decisão coletiva, reflexo da situação de dominação a que historicamente foram submetidos e as disputas internas de poder foram alguns, dentre outros elementos, que dificultaram o estabelecimento de consensos.

Os embates e conflitos que emergiram nesse processo de aprendizagem social, reflexo do campo plural que é a reforma agrária, revelam questões importantes a serem problematizadas no planejamento

físico-territorial de assentamentos rurais. Destacaremos algumas delas, no sentido de contribuir para uma reflexão crítica desse processo:

- Não ocorre, tradicionalmente, um trabalho de parceria entre os diversos atores envolvidos no planejamento e implantação de assentamentos rurais no Estado. Essa é uma questão que precisa ser refletida e pensada, pois sem uma integração em nível interinstitucional e interdisciplinar, o processo de planejamento fica fragmentado e não se viabiliza adequadamente. No caso particular do PA Maria da Paz, foi realizado um esforço no sentido de integrar o INCRA/RN, o MST e a UFRN (GERAH/GEPEM), além do IBAMA/RN e do IDEMA, de forma que os resultados da experiência pudessem servir de referência para intervenções em outras áreas no Estado e, também, se refletirem em melhores condições de vida para as famílias assentadas.

- Os recursos do Crédito Habitação têm sido liberados pelo INCRA/RN antes da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, gerando conflitos entre as necessidades imediatas dos assentados e aquelas relativas à organização físico-territorial da área. Nos assentamentos do Estado, o que ocorre, de modo geral, é que se “atropela” a etapa de realização dos estudos básicos (aspectos físico-ambientais, sócio-econômicos e culturais) e a elaboração da proposta de Organização Físico-Territorial, com a construção das moradias. As estruturas edificadas deveriam ser implantadas após o processo de discussão e aprovação do Projeto de Parcelamento do Solo. Para que esse fato não se reproduzisse no Assentamento Maria da Paz, foi realizada uma parceria entre a UFRN/DARQ e o MST (incorporando, posteriormente, o INCRA/RN), ainda na fase de Acampamento, no sentido de prestar assessoria técnica na organização do espaço físico-territorial do Assentamento, além de propostas relativas aos locais do *habitat* e projetos específicos visando à construção de moradias, equipamentos comunitários e de produção;

- Os valores liberados atualmente pelo INCRA/RN para a contratação de empresas ou entidades prestadoras de serviços visando à

elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA, que é de R\$ 100,00 (cem reais) por família, são insuficientes para a contratação de uma equipe interdisciplinar e a realização de todos os estudos básicos, com a qualidade técnica necessária. Na experiência do PA Maria da Paz, foi possível desenvolver esses estudos, pela participação voluntária de vários especialistas;

- Na elaboração dos PDAs, de modo geral, não tem sido observado pelas empresas contratadas o que estabelece o “Roteiro Básico para Elaboração do Plano de Desenvolvimento”, ou seja, que: os diagnósticos realizados (integrando as dimensões ambiental, institucional, econômica e social do Assentamento, suas principais potencialidades e limitações) sejam materializados na forma de Programas Temáticos (Organização Territorial, Produtivo, Social e Ambiental), identificados com as necessidades e expectativas dos assentados, o que significa dizer, um processo de planejamento participativo; deve-se procurar localizar as diferentes atividades produtivas, em relação às unidades ambientais delimitadas no diagnóstico e ao desenho proposto para a organização territorial; que sejam implementados programas de educação ambiental visando orientar os assentados a explorarem de forma racional os recursos da área; o Programa Ambiental esteja integrado à lógica da organização territorial, com ênfase na sustentabilidade do Plano Produtivo e na conservação dos recursos naturais. A não observância dessas importantes orientações no planejamento físico-territorial tem se refletido em situações de impacto ambiental e nas condições socioeconômicas dos assentados.

Ao longo desse processo de aprendizagem social, tivemos algumas conquistas no que se refere à construção coletiva de novos e conhecimentos, valores e atitudes com relação ao meio ambiente. Foram mudanças significativas, apesar de ainda localizadas e que podem ser identificadas a partir de situações concretas, vivenciadas no próprio Assentamento e das falas dos sujeitos. Há que se ressaltar, que essa experiência educativa dialógica, foi apenas desencadeada (nesses dois

anos), que não se esgotaram as suas possibilidades com a conclusão da Tese, por constituir-se em um que-fazer permanente e desafiador para os sujeitos envolvidos.

Em agosto de 2004, após a demarcação do local do *habitat*, um momento considerado marcante na trajetória do Assentamento, ocorreu um episódio bastante significativo para todos nós que fazemos a equipe da Universidade e que reflete, em parte, os resultados da experiência dialógica desenvolvida com os assentados, no que se refere a preservação e ao uso sustentável dos recursos naturais da área.

Enquanto os assentados estavam envolvidos com os preparativos para o início da construção das casas (num sistema de autogestão), moradores de uma comunidade vizinha conhecida pelo nome de Amarelão entraram no Assentamento de forma clandestina, guiando uma camionete, para extrair madeira numa das áreas de Reserva Legal. A área escolhida era exatamente a mais conservada, que fora definida tanto pelo biólogo como pelo engenheiro florestal como “mata bruta”, pela relevância dos remanescentes florestais e estado de conservação. Também havia sido definida nessa área, em discussão com a AESCA e a Coordenação do Assentamento, a implantação de projetos de apicultura.

Ocorre que um assentado que passava próximo ao local, percebendo o fato informou imediatamente a um coordenador de Núcleo, que articulou os demais companheiros para irem ao local. Mesmo conhecendo a “fama de brabo” do povo do Amarelão, acostumados, segundo eles, a resolver as “coisas na bala”, e já com inúmeras ocorrências policiais na cidade de João Câmara, os assentados não se intimidaram. Reuniram um grupo de cerca de 20 pessoas (entre homens e mulheres) *para impedir aquele estrago*. Não levaram armas, o enfrentamento se deu a partir da pressão do próprio grupo.

Mesmo estando em desvantagem, eram três homens e duas mulheres, os *invasores* não queriam parar o desmatamento e nem abandonar as árvores cortadas no local (dezesesseis troncos de pau-ferro adulto). Outros assentados foram chegando, ampliando o grupo inicial. O

clima era bastante tenso, pois os vizinhos faziam ameaças: que voltariam novamente para cortar madeira e também para caçar (andam sempre com *cachorros bravos*) e *que ninguém ia empatar*. Já ao anoitecer resolvem se retirar.

A madeira cortada fora recolhida pelos assentados e guardada junto à casa de outro coordenador de Núcleo, considerado como um dos articuladores dessa mobilização. Procuramos o IBAMA/RN por solicitação do grupo (havia dificuldade para telefonar e, além disso, já se previa a falta de técnicos para atender situações de emergência) e a vistoria foi realizada dias depois. Os fiscais foram ao local da Reserva e, posteriormente, avaliaram a madeira retirada. Na seqüência, foram conversar com integrantes da família vizinha no sentido de evitar novos confrontos. A orientação para os assentados era de que se houvesse reincidência, fosse imediatamente comunicado. De acordo com o fiscal do IBAMA/RN, essa mesma família já fora autuada, diversas vezes, pela caça predatória da arribação.

Para nós da Universidade e para o próprio IBAMA/RN, essa foi uma grande conquista dos assentados, no sentido mesmo de conscientização acerca da importância desses recursos para o Assentamento. Primeiro porque ao invés deles próprios degradarem (como ocorre tradicionalmente na grande maioria dos assentamentos no Estado) os recursos da Reserva Legal, defenderam-na como importante patrimônio coletivo. Depois, por terem enfrentado com coragem e determinação, de forma pacífica, uma família conhecida na região pelo uso da força e da violência. De acordo com um assentado, *eles não só ameaçam, matam mesmo, não obedecem a ninguém*. A própria decisão do grupo, estimulada pelo MST, de desenvolver nessas áreas de Reserva Legal projetos voltados para a apicultura e o manejo sustentado da *Caatinga*, revelam uma nova perspectiva com relação as formas de apropriação dos recursos naturais, dentro de uma perspectiva de sustentabilidade socioambiental.

Essa experiência educativa também possibilitou, a partir das práticas cotidianas, a troca de saberes entre a equipe da Universidade e as

famílias assentadas. A integração entre o conhecimento tradicional e o técnico - científico se revelou em vários momentos das atividades de campo, já relatadas nesse trabalho, mas se concretizou através dos ajustes e recortes produzidos pelos assentados no desenho do Parcelamento do Solo. As contribuições apresentadas pelos Núcleos de Base durante o processo de discussão tiveram reflexos positivos na preservação e conservação dos recursos naturais da área. A mudança de uma das áreas de Reserva Legal, menos dotada de remanescentes significativos, por exemplo, para o setor de entorno das pequenas barragens, ampliou mais ainda o percentual de áreas protegidas no âmbito do Assentamento, além de contribuir para a manutenção das poucas reservas hídricas existentes (ver Planta 4 no Volume 2).

A percepção do uso sustentável dos recursos florestais na conservação do solo (*onde tem mato a terra é melhor pra plantar*) e da água (*assim nos ficava despreocupado com água pra o gado*), como suporte para alimentação do gado (*prá ter um cercado certo de inverno a verão*) e para manter as condições de produção/sobrevivência da comunidade (*nas capoeira o solo tá cansado, não produz*), revela um conhecimento adquirido no cotidiano e partilhado com a equipe técnica quando da elaboração do Zoneamento Agroecológico.

O crescimento das mulheres assentadas através da participação nos espaços coletivos de decisão constituiu-se em um salto qualitativo, com reflexos no momento de implantação do *habitat e*, mais especificamente, durante o processo de construção das moradias. A ruptura com a posição de “silêncio”, significou também uma quebra da lógica de dominação existente nos assentamentos rurais, baseada na cultura machista. Durante a construção da proposta de Parcelamento do Solo, algumas mulheres se destacaram, revelando sensibilidade na leitura e apreensão da temática abordada, apontando possibilidades e alternativas. Essa mudança de atitude pode ser exemplificada na figura de Dona Maria das Graças, uma assentada do Núcleo 3, que incorporando o projeto da moradia, explicava com naturalidade (através da maquete) a

um grupo de assentados que vieram conhecer a experiência do PA Maria da Paz, o diferencial dessa proposta.

A nossa expectativa é que essa experiência de parceria possa ultrapassar, pelos seus resultados, os limites do Assentamento Maria da Paz, no sentido de beneficiar outras comunidades de trabalhadores rurais sem-terra no Estado. Que os novos conhecimentos e valores produzidos pelos assentados, durante o processo de construção coletiva, possam proporcionar-lhes condições de autonomia na negociação com outros atores, na luta pela conquista dos direitos sociais fundamentais do ser humano: habitação, saúde, educação, trabalho e lazer. E que a partir dessa nova forma de olhar (enxergar com novas lentes) e se apropriar da natureza, dentro de uma perspectiva socioambiental, os assentados possam compatibilizar as práticas agrícolas com a proteção do meio ambiente e serem capazes de transformar a sua própria realidade.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. O mundo desencantado dos assentados. In: MEDEIROS, Leonilde, *et al* (orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: ABDR, 1994. p.313-320.

_____. Agricultura Familiar e Capitalismo no Campo. In: STÉDILE, João Paulo (org.). **A questão agrária hoje**. 3.ed. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002.

AGUIAR, Roberto Armando Ramos de. **Direito do meio ambiente e participação popular**. 2.ed. Brasília: IBAMA, 1998. (Coleção meio ambiente. Série estudos - educação ambiental, 2).

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes. **Segredos íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária**. Fortaleza: EDUFC, 2001. p.106

ALMEIDA, J. Ribeiro de. *et al*. **Planejamento ambiental: caminho para a participação popular e gestão para nosso futuro comum: uma necessidade, um desafio**. Rio de Janeiro: Trex: Biblioteca Estácio de Sá, 1993.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: A dinâmica da agricultura sustentável**. 3.ed. Porto Alegre: EDUFRGS, 2001. p.10-11.

ANDRADE, Ilza Araújo Leão de (coord.), *et al*. **Relatório preliminar do mapeamento e análise dos conflitos urbanos em Natal – 1976/ 1986: pesquisa movimentos sociais urbanos e Estados do Nordeste**, Coordenado pelo Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro de Pernambuco. Natal: 1987. p. 43.

ANDRADE, Sueli Amália. Crise civilizatória e o surgimento da questão ambiental. In: LEITE, Ana Lúcia T. A., MEDINA, Naná Mininni. **Educação ambiental: curso básico à distância: questões ambientais, conceitos, histórico, problemas e alternativas**. 2.ed. Brasília: MMA, 2001. p.17- 24. v.5.

_____. Considerações gerais sobre a problemática ambiental. In: LEITE, Ana Lúcia T. A., MEDINA, Naná Mininni. **Educação ambiental: curso básico à distância: questões ambientais, conceitos, histórico, problemas e alternativas**. 2.ed. Brasília: MMA, 2001. p.47-55. v.5.

ARAÚJO, Severina Garcia. **Assentamentos rurais trajetória dos trabalhadores assentados e cultura política: Assentamento Fazenda Zabelê**. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFRJ, 2000. (Tese de Doutorado em Ciências, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).

ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA DO RIO GRANDE DO NORTE - AESCA. **Plano de desenvolvimento sustentável do projeto de Assentamento Maria da Paz** - município de João Câmara. Natal, 2004 (Mimeo.) p. 28-29.

BEZERRA, Maria do Carmo Lima, VEIGA, José Eli da (coord.). **Agricultura sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio Museu Emílio Goeldi, 2000.

BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BORGES, Amadja Henrique. **MST: habitats em movimento**. São Paulo, 2002. (Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo). p. 15.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: EDUFPR, 1999.

BRASIL. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Estatuto da terra: lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. COLETÂNEA - MEAF/1983. Brasília: INCRA, 1983. p. 18.

_____. **Plano nacional de reforma agrária**: - PNRA. decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. Brasília, 1985. p.18.

_____. **Política de assentamento**. Brasília, 1987.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Norma de execução INCRA nº 2 de 28/03/2001**. Disponível em: www.incra.gov.br/estrut/pj/resolu/excecs5.htm. Acesso em: 16 jul. 2002a.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento sustentável**: versão preliminar. Recife: IICA, 1995. (Apostila)

BURSZTYN, Marcel (org.) **Ciência, ética e sustentabilidade – desafios ao novo século**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 14-15.

CARVALHO, Adailton José E. *et al.* **Boletim técnico**: potencial econômico dos recursos florestais em áreas de assentamento do RN. 2. ed. Brasília: MMA, 2000. n.1. p.3-4.

CARVALHO, Isabel C. de Moura. Movimentos sociais e políticas de meio ambiente: a educação ambiental aonde fica? In: SORRENTINO, Marcos *et al* (org.). **Cadernos do III fórum de educação ambiental**. São Paulo: Gaia, 1995. p.58-62

_____. **A invenção ecológica**: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: EDUFRGS, 2001.

_____. Qual educação ambiental: elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – EMATER/RS**. v. 2, n, 21, abr./jun. 2001.

_____. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Educação ambiental crítica. In: **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Educação e movimento**: formação de educadoras e educadores do MST. Petrópolis: Vozes 1997.

CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA CAATINGA (BRASIL). Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTEMA. **Cenários para o bioma caatinga**. Recife: SECTEMA, 2004. p.195-196.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cutrix, 2002.

CORIOLOANO, Catarina. **Mapeamento geológico**: estrutural ao longo da falha sísmica Samambaia - João Câmara. Natal, 2001. (Monografia do Curso de Geologia da UFRN).

CASCINO, Fábio, JACOB, Pedro; *et al.* **Educação, meio ambiente e cidadania**: reflexões e experiência. São Paulo: SMA/CEAM, 1998. (Mimeo.)

CERQUEIRA, Maria Cândida Teixeira de. **Assentamento Margarida Alves**: contribuição para o processo de criação de uma metodologia para o desenho de habitats concentrados de assentamentos rurais do MST. Natal: UFRN, 2003. (Trabalho Final de Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Departamento de Arquitetura).

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CNUMAD. **Agenda 21 global**. 3.ed. Brasília: Ed. Senado Federal, 2001.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, 1999.

COVRE, Maria de Lurdes M. *et al.* **A cidadania que não temos**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CUNHA, José Carlos Santos. Técnicas agrícolas tradicionais: eficiência social/ambiental no semi-árido sergipano. **Curitiba**, v.1, n.1, jul./dez. 1998. p.111-125.

DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta M. C. Almeida. **Ensino de ciências**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

DELORS, Jacques. **Educação** : um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o Século XXI. 6.ed. São Paulo: Cortez; MEC; UNESCO, 2001.

D'INCAO, Maria Conceição; ROY, Gerard. **Nós, cidadãos**: aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DIACONIA. **Convivendo com o semi-árido**: manejo de recursos hídricos. Recife: Diaconia, 2002. (Série compartilhando experiências, 1).

DUQUE, José Guimarães. **Solo e água no polígono das secas**. Fortaleza: DNOCS, 1974.

ESTERCI, Neide, MEDEIROS, Leonilde Sérvulo de; *et al.* Assentamentos rurais: um convite ao debate. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v.22, n. 3. Campinas, 1992. p. 4 -15.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **M.S.T**: formação e territorialização em São Paulo. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERREIRA, Leila da Costa, VIOLA, Eduardo (org.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: EDUNICAMP, 1996.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. **Conscientização:** teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

_____. **Educação como prática da liberdade.** 24.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Educação e atualidade.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GERMER, Claus. O Desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Paulo (org.). **A questão agrária hoje.** 3.ed. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia:** processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: EDUFRGS, 2000.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação.** Campinas: Papirus, 1995.

_____. Educação ambiental crítica. In: Ministério do Meio Ambiente. **Identidades da educação ambiental brasileira.** Brasília, 2004

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia.** São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **Os sem - terra, ONG's e cidadania.** São Paulo: Cortez, 1997.

GOUVEIA, Antonio Fernando. **Teorias e métodos de educação popular:** Paulo Freire : curso de pedagogia da terra - Nova Cruz. Natal, 2004.

HOGAN, Daniel Joseph, VIEIRA, Paulo Freire (orgs). **Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável.** 2.ed. Campinas: EDUNICAMP, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL – IBDF. **Código florestal.** Brasília: [s.n], 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS – IBAMA. **Relatório de vistoria do Assentamento Maria da Paz**. Natal, 2003. (Mimeo.) p. 1-4.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Levantamento preliminar de dados e informações** – Relatório agrônômico. Natal, 2001. (Mimeo.) p.14.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Estudo hidrogeológico regional detalhado do Estado do Rio Grande do Norte**: relatório nº 15795. São Paulo: [s.n], 1982. v.1.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO RN – IDEMA. Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental. **Programa de Educação Ambiental do Rio Grande do Norte**. Natal: IDEMA, 2000. p.11-13.

KRÜGER, Eduardo. Uma abordagem sistêmica da atual crise ambiental. In: FLORIANI, Dimas, HEEMANN, Ademar (Org). **Desenvolvimento e meio ambiente**. n, 4, Curitiba: Editora da UFPR, 2001. p. 37-43.

LANFREDI, Geraldo Ferreira. **Política ambiental**: busca de efetividade e seus instrumentos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. p.198.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Tradução Sandra Venezuela São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino, MEDINA, Nana Mininni. **Educação ambiental**: curso básico à distância: questões ambientais, conceitos, história, problemas e alternativas. Brasília: MMA, 2001.

_____. **Educação Ambiental**: primeiro curso básico à distância: educação e educação ambiental. Brasília: MMA, 2001.

LEMOS, José de Jesus Souto. Níveis de degradação do Nordeste Brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.32, n.3, jul./set. 2001. p. 406-429

LIMA, Deborah, POZZOBON, Jorge. **Amazônia Socioambiental**: sustentabilidade ecológica e diversidade social. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n503.pdf>. Acesso em: junho de 2004

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: BAETA, Anna Maria Bianchini, SOFFIATI, Arthur, LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo (org.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 109-141.

_____. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. In: Ministério do Meio Ambiente. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYARGUES, Philippe P.; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Educação ambiental transformadora. In: Ministério do Meio Ambiente. **Identidades da educação Ambiental Brasileira**. Brasília: MMA, 2004.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.

MARTINS, Adalberto. O que levar em conta para a organização do assentamento: a discussão no acampamento. **Cadernos de Cooperação Agrícola**, n.10. CONCRAB: São Paulo, 2001.p.

MEDEIROS, Leonilde, *et al.* **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1994.

MEDINA, Naná Mininni. **A construção do conhecimento: suas implicações na educação ambiental**. Brasília: IBAMA, 1996. (Série meio ambiente em debate).

_____. **Educação ambiental para o século XXI**. Brasília: IBAMA, 1996. (Série meio ambiente em debate).

_____. ; SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Antecedentes históricos: conferências internacionais. In: LEITE, Ana Lúcia T. A., MEDINA, Naná Mininni. **Educação ambiental: curso básico à distância: documentos e legislação da educação ambiental**. 2. ed. Brasília: MMA, 2001. p17-85. v.5.

MENDES, Benedito Vasconcelos. As fazendas do semi-árido norte-riograndense. **Revista Conviver – Nordeste semi-árido**. Fortaleza, 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2004.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: UFSC, 2001.

MOREIRA, João Carlos, SENE, Eustáquio de. **Geografia geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2002. (Série Parâmetros).

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, repensar o pensamento. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MOTA, Carlos Renato. As principais teorias e práticas de desenvolvimento. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p.27-28.

MST. **Construindo o Caminho**. São Paulo, 2001.

NEDER, Ricardo Toledo. **Crise sócio-ambiental**: estado e sociedade civil no Brasil (1982-1998). São Paulo: Annablume; FAPESP, 2002.

NOGUEIRA, Jorge Madeira. **Desenvolvimento e educação ambiental**. In: SEMINÁRIO DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Brasília: Gerência de Programa Editorial do INEP. 1991. p.17-22.

NOVAES, Washington (Coord.). **Agenda 21 brasileira**: bases para discussão. Brasília: MMA/PNUD, 2000.

PAIVA, Irene Alves. **Os aprendizados da prática coletiva**: assentados e militantes do MST. São Paulo, 2003. (Tese de doutorado em Educação - Universidade de São Paulo/Faculdade de Educação).

PERNAMBUCO, Marta Maria Castanho Almeida. Significações e realidade: conhecimento. In: PONTUSCHKA, Nídia Nasibi (org.). **Ousadia no diálogo**. São Paulo: Loyola, 1993. p.67-92.

_____. Quando a Troca se Estabelece. In: PONTUSCHKA, Nídia Nasibi (org.). **Ousadia no diálogo**. São Paulo: Loyola, 1993. p.19-35.

_____. **Educação e escola como movimento**. São Paulo, 1994. (Tese de Doutorado- Faculdade de Educação USP)

PONTUSCHKA, Nídia Nacib, *et al.* **Ousadia no diálogo: interdisciplinaridade na escola pública**. São Paulo: Loyola, 1993. (Série Práticas pedagógicas)

PRIMAVESI, Ana. **O manejo ecológico do solo: agricultura em regiões tropicais**. São Paulo: Nobel, 1982.

PRIMEIRA Conferência Nacional da Educação Ambiental. [**Resultados**]. Brasília: MMA/MEC, 1997.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Tradução Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIO GRANDE DO NORTE (Governo do Estado). **Plano de desenvolvimento sustentável do litoral norte: diagnóstico**. Natal, 2002. v.1. p. 25; 33.

RIO GRANDE DO NORTE. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do RN. **Informativo municipal de João Câmara 1999**. Natal: SEPLAN/IDEMA, 1999.

RIO GRANDE DO NORTE. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do RN. Companhia Hidro Elétrica do Vale do São Francisco – CHESF. **Seminário de capacitação em educação ambiental – relatório final**. Natal: SEPLAN/IDEMA, 2001.

ROMANDO, Jorge Osvaldo. Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos: comentários a um debate. In: MEDEIROS, Leonilde, *et al* (orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: ABDR, 1994. p.249-258.

RUSCHEINSKY, Aloísio, *et al.* **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artemed, 2002.

SAFATLE, Amália, *et al.* Questão agrária: as boas novas do campo. **Revista Carta Capital**, n. 288, São Paulo: Confiança, 28 abr. 2004, p.22-33.

SAITO, Carlos Hiroo. Política nacional de educação ambiental e construção da cidadania: desafios contemporâneos. In. RUSCHEINSKY, Aloísio (org.). **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artemed, 2002.

SILIPRANTI, Emma. Desafios para a extensão: o social na transição agroecológica. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – EMATER/RS**. v. 3, n. 3, jul./set. 2002.

SANTOS, Aline et al. **Um assentamento em construção**. Natal: UFRN, Curso de Arquitetura e Urbanismo, 2002 (Mimeo.)

SILVA, Andréa Lima da; BEZERRA, Karla Maria Brito. **Educação ambiental**: atividade periférica ou estratégica para o desenvolvimento Sustentável? Natal/RN: UFRN, 2000. (Monografia de conclusão do curso de Serviço Social. Departamento de Serviço Social. Centro de Ciências Sociais Aplicadas).

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. **Análise agroambiental de imóveis para uma reforma agrária sustentável**. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=14&titulo=Artigo+do+Mês>. Acesso em: 14 jun 2004 .

SILVA, José Gomes da. A reforma agrária no Brasil. In: STÉDILE, João Paulo (org.). **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002. p. 165-190.

SILVA, José Graziano da. O desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro e a Reforma Agrária. In: STÉDILE, João Paulo (org.). **A questão Agrária Hoje**. 3ª ed. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002. p. 137-143.

STEIN, Leila de Menezes (org.). **Cidadania e educação**: leituras em direitos humanos. Araraquara, SP: EDUNESP/FCL, 1999.

TOMAZI, Nelson Dacio, *et al.* **Iniciação à sociologia**. São Paulo: Atual, 2000.

UNESCO. **Educação para um futuro sustentável** : uma visão transdisciplinar para uma ação compartilhada. Brasília: IBAMA, 1999.

UNGER, Nancy Mangabeira (org.). **Fundamentos filosóficos do pensamento ecológico**. São Paulo: Loyola, 1992.

VIANA, Gilney, SILVA, Marina *et al.* (org.). **O desafio da sustentabilidade**: um debate sócio ambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

VICENTINO, Cláudio *et al.* **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1977.

VIEIRA, Liszt; BREDARIOL, Celso. **Cidadania e política ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1998.